Grupo Ultra em 2020

ULTRA

ULTRAGAZ ULTRACARGO OXITENO Ipiranga extrafarma pra você viver melhor

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Em 2020, nossos negócios tiveram um início de ano promissor, alavancados pela perspectiva positiva do cenário macroeconômico no Brasil. A partir de março, porém, o avanço da pandemia do novo coronavírus trouxe severas consequências para a economia mundial e afetou fortemente o País. Além do impacto econômico, as medidas de isolamento social e a restrição à movimentação de pessoas aceleraram tendências de mudanças estruturais, como o trabalho à distância e a interconectividade virtual entre as pessoas. Fomos ágeis em adaptar nossas operações aos primeiros sinais da pandemia, o que nos permitiu continuar a cumprir nosso papel de provedor de produtos e serviços essenciais para a sociedade, sem qualquer interrupção ou descontinuidade. Apoiamos nossos fornecedores e parceiros, cuidamos da saúde de nossos colaboradores, preservamos nossa solidez financeira, e contribuímos com o grande esforço nacional de apoio social em diferentes frentes. Coroando todo esse empenho e dedicação, em 2020 alcançamos bons resultados e demos passos importantes para acelerar o crescimento e a geração de valor da Companhia no futuro. Do ponto de vista de suporte no combate aos efeitos da pandemia, dedicamos cerca de R$ 37 milhões para ações sociais, incluindo a construção de hospitais, doações de cestas básicas, refeições, equipamentos hospitalares, GLP e outros materiais, além de itens de higiene. Na linha de assegurar a manutenção de um alto nível de liquidez face às incertezas geradas nos primeiros meses da pandemia, adotamos maior seletividade nos investimentos, captamos novas linhas de financiamento e negociamos com fornecedores a flexibilização nos prazos de pagamento. Por outro lado, atuamos junto aos nossos parceiros e clientes, negociando medidas para alívio de seu capital de giro, contribuindo para assegurar a integridade e continuidade das cadeias de valor em que estamos inseridos. O ano de 2020 demonstrou a resiliência de nosso portfólio de empresas, com resultados crescentes em todos os nossos negócios, exceto Ipiranga, cuja atividade foi diretamente afetada pelas medidas de isolamento social e restrição à mobilidade. A receita líquida totalizou R$ 81,2 bilhões, 9% inferior à de 2019, afetada diretamente pela pandemia. Apesar disso, a Companhia atingiu um EBITDA de R$ 3,5 bilhões, ou 4,3% sobre a receita, o que representa uma evolução da margem de 2019, de 3,1%. O lucro líquido evoluiu de R$ 403 milhões em 2019 para R$ 928 milhões em 2020, dos quais R$ 480 milhões serão distribuídos via dividendos para os acionistas. Destaca-se, ainda, a geração recorde de caixa operacional (após investimentos), que totalizou R$ 2,1 bilhões e contribuiu para a redução gradativa da nossa alavancagem financeira. Encerramos o ano com uma posição de caixa de R$ 8,7 bilhões e prazo médio de vencimento da dívida de 4,6 anos. Detalhando o desempenho de nossos negócios, começamos pela Ultragaz, que alcançou resultados recordes em 2020, alavancados pelo aumento de demanda por GLP para consumo residencial e pelas iniciativas de redução de custos e despesas. A empresa segue investindo no aumento de sua presença nas regiões Norte e Nordeste, no desenvolvimento de novos canais digitais com clientes e revendedores, e no desenvolvimento de novas aplicações de GLP para uso empresarial, abrindo novos mercados e frentes de crescimento. A Ultracargo também obteve resultados recordes, contando com as expansões realizadas nos terminais de Santos e Itaqui, além de ganhos de produtividade e eficiência. A empresa segue investindo no aumento de sua capacidade e capilaridade nos portos nacionais, incluindo a construção do novo terminal em Vila do Conde (PA), que lhe proporcionará maior competitividade na região Norte. A otimização na execução dos projetos de investimento, tanto em prazo quanto em custo, tem viabilizado uma crescente geração de caixa e de retorno sobre o capital investido. A Oxiteno teve um ano de forte crescimento de resultados, puxados pelo aumento na demanda por especialidades químicas, principalmente nos setores de higiene e limpeza e agronegócio. A desvalorização cambial também contribuiu para a melhoria de resultados, uma vez que muitos de seus produtos seguem referências de preço internacional. Além disso, a empresa otimizou sua estrutura de custos e aumentou sua eficiência operacional, inclusive avançando no nível de ocupação de sua fábrica nos EUA e na penetração naquele mercado. A Ipiranga foi o negócio mais impactado pela pandemia, a exemplo das demais empresas do setor, devido à forte retração na demanda por combustíveis, particularmente no segundo trimestre do ano. A alta volatilidade nos preços ao longo do ano também contribuiu para pressionar as margens das distribuidoras e das redes de postos em todo o País. Diante desses desafios, a empresa agiu com firmeza na redução de custos e despesas, bem como na gestão de seu capital de giro e seletividade nos investimentos, em grande medida compensando a redução nas receitas e obtendo uma sólida geração de caixa. Importante ressaltar o protagonismo da Ipiranga em oferecer mecanismos de suporte a seus revendedores durante a fase mais aguda da pandemia, o que contribuiu para assegurar a continuidade do abastecimento da população e fortaleceu os laços de seu relacionamento com a rede. Ainda no contexto Ipiranga, a AmPm concluiu um amplo projeto de revisão do seu modelo de negócio, envolvendo o reposicionamento da marca, revisão do mix de produtos vendidos, novo layout de loja e desenvolvimento de vendas por meio de canais digitais. Além do modelo tradicional de franquia, a AmPm passou a operar 55 lojas próprias ao longo do ano, com resultados iniciais promissores. A Extrafarma também foi diretamente afetada pela pandemia, pois teve parte de suas lojas (em shopping centers, cerca de 7% da rede) fechadas ou com restrições de horário em boa parte do ano. A despeito disso, a empresa alcançou resultados recordes no segundo semestre, fruto de uma expansão mais seletiva, de um processo mais rigoroso de depuração de lojas, dos investimentos em logística e TI e dos ganhos de produtividade e de gestão de despesas. Os produtos de marca própria e as vendas por meio de canal digital evoluíram significativamente em 2020, com boas perspectivas para o futuro. Por fim, em julho criamos uma nova empresa, voltada a pagamentos digitais e varejo eletrônico, unindo o aplicativo “abastece aí” e o programa de fidelidade “Km de Vantagens”, o maior do País. Essa iniciativa visa acelerar a captura de valor dessas plataformas e a expansão dos serviços prestados, potencialmente criando um ecossistema digital de grande dimensão e capilaridade. Desde o lançamento do novo aplicativo, em agosto, já foram abertas mais de 2,3 milhões de contas digitais e o total de transações processadas superou R$ 3,5 bilhões, o que demonstra a rápida aceitação dos consumidores e o potencial de crescimento do negócio. Iniciamos o ano de 2021 bem posicionados para o futuro. Por um lado, acreditamos que nosso direcionamento estratégico de priorizar a alocação de capital na cadeia de *downstream* de óleo & gás nos habilita a desenvolver oportunidades que advirão da abertura do mercado de refino para empresas privadas e da expansão da cadeia de gás natural no Brasil. Por outro lado, aprimoramos nosso modelo de gestão e governança, com os negócios aumentando sua autonomia e correspondente responsabilidade pelos resultados, uma maior integração entre Diretoria e Conselho de Administração, e uma maior agilidade e solidez no processo decisório. Por fim, seguimos dedicados em fortalecer nosso *pipeline* de líderes empresários, alicerce fundamental para sustentar o crescimento e contínua geração de valor da Companhia. Nosso plano de investimentos para 2021 totaliza R$ 1,9 bilhão e supera os montantes investidos nos últimos dois anos, com projetos de expansão concentrados na Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo. Aquisições que venham a ocorrer não estão consideradas nesse plano, representando investimentos adicionais. Finalmente cabe ressaltar que temos intensificado nossa atenção e dedicação de recursos aos temas relacionados a ESG. Em 2020 desenvolvemos nossa matriz de materialidade, aprovamos nossa Política de Sustentabilidade e emitimos nosso primeiro Relatório Integrado seguindo as diretrizes da GRI. Em 2021 a frente ESG ganhará novo impulso, com a criação da Diretoria de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos, que acelerará e integrará os esforços e ações dos diversos negócios do Grupo Ultra em uma agenda unificada, objetiva e de ampla visibilidade, inclusive com metas claramente definidas e divulgadas. Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* pela confiança e suporte. De forma especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores, tanto aqueles que estão na linha de frente quanto os que estão trabalhando remotamente em seus lares, pela dedicação incansável e firme compromisso com o nosso propósito, que é criar valor para a sociedade através de empresas sustentáveis e essenciais para a vida das pessoas.

Pedro Wongtschowski
Presidente do Conselho de Administração

Frederico Fleury Curado
Diretor Presidente

PERFIL DA COMPANHIA

A Ultrapar teve sua origem em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz, empresa pioneira na distribuição do gás liquefeito de petróleo (GLP) como gás de cozinha. Desde então, a Ultrapar tem crescido e expandido seus mercados de atuação, se consolidando como um dos maiores grupos empresariais do país. Os negócios do Grupo Ultra ocupam posição de destaque em seus respectivos segmentos de atuação: cadeia de óleo e gás, através da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo; especialidades químicas, por meio da Oxiteno, e varejo farmacêutico, com a Extrafarma. A Ultrapar mantém, desde 1999, ações listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), e pertence ao Novo Mercado da B3 desde 2011. **Ultragaz -** Empresa pioneira e líder no mercado nacional de distribuição de GLP, é referência em inovação e na criação de soluções para uso do produto. Possui um moderno laboratório de pesquisa e desenvolvimento para gases especiais, segmento no qual também é líder de mercado. **Ultracargo -** Maior empresa privada de armazenagem de granéis líquidos do Brasil, está presente em locais estratégicos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul com seis terminais. Em 2022, está previsto o início da operação do novo terminal localizado no porto de Vila do Conde, Pará, expandindo sua atuação geográfica para a região Norte do país. **Oxiteno -** Líder na produção de tensoativos e especialidades químicas na América Latina, detém cerca de 20% da capacidade de etoxilação das Américas e possui onze unidades industriais: seis no Brasil, três no México, uma nos Estados Unidos e uma no Uruguai. A Oxiteno também possui escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia, além de centros de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil, México e EUA. **Ipiranga -** Uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país, reúne uma rede de mais de 7 mil postos cada vez mais completos e digitais, além da maior franquia de lojas de conveniência do Brasil, a AmPm, com 1,8 mil lojas. **Extrafarma -** Rede de varejo farmacêutico originada na região Norte, hoje está presente em dez Estados brasileiros, com 405 lojas e quatro centros de distribuição. **abastece aí -** Empresa de pagamentos digitais criada em 2020 para alavancar benefícios provenientes do programa de fidelidade Km de Vantagens e do aplicativo abastece aí. Consiste no desenvolvimento de um ecossistema de vantagens e benefícios aos clientes, focado no público automobilista, e conta com mais de 2,3 milhões de contas digitais abertas em 2020.

COVID-19

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Ultrapar e suas subsidiárias atuaram em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira da Companhia. O regime de *home office* foi imediatamente adotado para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a manutenção das atividades. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, a Companhia praticou diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como *lives* direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas. Por meio de um comitê multidisciplinar, foi estruturado um plano de retomada gradual para a volta dos colaboradores das áreas administrativas aos escritórios, a partir da adequação dos locais de trabalho por meio de inúmeras medidas preventivas e intensificação da limpeza e segurança, segundo orientações dos governos estaduais e municipais e entidades de saúde. Durante o ano de 2020, a Companhia contribuiu com o esforço nacional no combate à crise, beneficiando também as comunidades do entorno. Ao todo, aproximadamente R$ 37 milhões foram direcionados ao enfrentamento da pandemia e de suas consequências. O Grupo Ultra fez parte da iniciativa de *matchfunding* Salvando Vidas, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apoiou a maior rede de hospitais filantrópicos do País, responsável por mais de 50% dos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), e fez doação de 10 mil cestas básicas ao Governo de São Paulo, que foram distribuídas a famílias em situação de vulnerabilidade em todo o Estado. A **Ultragaz** apoiou a construção de um hospital de campanha na capital paulista e forneceu GLP para outros hospitais de campanha de São Paulo e da Bahia. Doou, ainda, 8 mil botijões de GLP, 6 mil cestas básicas e 650 mil barras de sabão biodegradável a comunidades da Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Com o Ministério da Saúde e a participação dos revendedores, a empresa distribuiu folhetos informativos sobre prevenção ao coronavírus em 57 municípios, impactando aproximadamente 10 milhões de pessoas. A **Ultracargo** apoiou a campanha Pernambuco Solidário contra o COVID-19 da Associação Incubadora Porto Social e do Governo do Estado, e doou equipamentos e leitos hospitalares no Maranhão e no Pará. Também distribuiu 3 mil cestas básicas para as comunidades vizinhas de seus seis terminais. A **Oxiteno** realizou ações de apoio no Brasil, Uruguai e Estados Unidos, incluindo a doação de recursos para a compra de cestas básicas destinadas a famílias de baixa renda que vivem no entorno de suas unidades industriais brasileiras. A **Ipiranga** integrou uma iniciativa empresarial que construiu um novo hospital em Porto Alegre (RS), além de apoiar a construção de um hospital de campanha no Rio de Janeiro (RJ). Entre outras doações, forneceu combustível a hospitais de campanha e a movimentos que distribuíram álcool gel a secretarias de saúde e hospitais, além de refeições para caminhoneiros em diversas partes do país. Por meio do aplicativo abastece aí, ofereceu desconto de 10% em cada abastecimento realizado por profissionais da saúde nos postos da rede. A **Extrafarma** doou 80 mil máscaras e luvas para o Governo do Pará e 60 mil itens de higiene a dez instituições do Pará, Pernambuco, Bahia e Ceará. A **Ultragaz**, a **Ultracargo** e a **Oxiteno** também participaram de uma iniciativa coletiva do Polo Petroquímico de Camaçari (BA), que entregou respiradores ao Governo da Bahia, e a **Ultracargo** e a **Extrafarma** doaram conjuntamente 90 mil máscaras e luvas de proteção para o Governo do Maranhão.

INOVAÇÃO

As empresas do Grupo Ultra possuem seus próprios processos e estrutura para inovação voltada aos seus mercados de atuação. Para fomentar a troca de experiências e ideias, assim como para incentivar e reconhecer as principais iniciativas de inovação, o Grupo Ultra possui um Comitê de Inovação, contando com representantes de todos os negócios, permitindo uma visão do tema de modo transversal na organização, com agilidade e dinamismo. Este comitê é liderado por um diretor executivo da Ultrapar, o que representa a importância do assunto e facilita a comunicação e orientação sênior das atividades. Em 2020, 113 iniciativas foram catalogadas e compartilhadas no comitê. Estruturado em 2020, o Ultra Venture Capital se inclui no ambiente de inovação do Grupo Ultra, investindo em empresas promissoras que possam se alavancar ou sejam complementares aos negócios da Companhia, além de apoiar o mapeamento e compartilhamento de *startups* e novas tecnologias. A perspectiva é que o fundo invista até R$ 150 milhões ao longo de cinco anos. A **Ultragaz** acelerou sua jornada de digitalização e multicanalidade, com o lançamento de um novo portal de autoatendimento para os clientes do segmento empresarial e de novos canais digitais de venda no segmento domiciliar, como o aplicativo Ultragaz, com uma série de funcionalidades que proporcionam uma melhor experiência para os clientes e parceiros revendedores. A companhia seguiu apostando em inovação e expandiu o desenvolvimento e oferta de novas soluções que agregam valor e proporcionam comodidade para os clientes dos segmentos empresarial e domiciliar, com destaque para o início dos testes de um botijão de GLP mais leve, que garante melhores condições de ergonomia em seu uso. Para impulsionar novas ideias na organização, a Ultragaz atua ativamente com iniciativas de inovação aberta, trabalhando em conjunto com universidades, parceiros de tecnologia e *hubs* de startups, fomentando o ecossistema de inovação e promovendo o espírito empreendedor. Como exemplo, realizou em 2020 o Desafio Ultragaz de Inovação Aberta, uma iniciativa de ideação com o objetivo de desafiar as empresas juniores de todo o país a desenvolverem soluções inovadoras que ajudarão pequenos negócios a se reerguerem diante deste cenário de crise. O grupo vencedor foi contratado pela Ultragaz para apoiar na estruturação e desenvolvimento da solução proposta no desafio. Em 2020, a **Ultracargo** lançou o Conecta, projeto de transformação digital que traz um novo olhar para a arquitetura de sistemas e processos, visando o alcance de patamares superiores de eficiência operacional. Na construção em andamento do novo terminal de Vila do Conde, em Barcarena (PA), a empresa contará com centrais de transferência automatizadas, fruto de iniciativas de inovação, garantindo mais segurança e eficiência operacional. Na **Oxiteno**, a transformação digital foi alavancada por meio da criação do XLab, um espaço colaborativo projetado para criar condições mais favoráveis de interações e troca de ideias. Com uma abordagem de pensamento criativo (*design thinking*) e uso de tecnologias de ponta, tais como inteligência artificial, robotização e análise de dados, soluções têm sido desenvolvidas para otimizar os processos da companhia, buscar novas oportunidades de negócio e melhorar a experiência do cliente. A Oxiteno aposta no desenvolvimento de novas soluções em co-criação com os clientes, sempre buscando aliar alta performance e redução de impactos ambientais. Em 2020, a empresa também investiu em projetos de inovação aberta, conduzindo iniciativas com universidades, *startups* e empresas parceiras, sejam clientes ou fornecedores. A empresa possui um robusto portfólio de projetos de P&D cujos destaques de 2020 foram (i) a criação de novas frentes de pesquisa, com o objetivo de alavancar os mercados atuais e levar a Oxiteno para novos mercados; (ii) a realização de projetos com *startups*; (iii) a criação de um *roadmap* de sustentabilidade para incorporar esse conceito na gestão de inovação e projetos de P&D; e (iv) a elaboração de um processo estruturado para o plano de lançamento de produtos, ganhando agilidade. Em 2020, foram desenvolvidos e lançados 48 produtos. A **Ipiranga** conta, desde 2019, com o *hub* de inovação Turbo, que fomenta a cultura de inovação a seus colaboradores e reforça o posicionamento da empresa como marca inovadora no mercado. Atualmente, o *hub* conta com uma base de mais de 1.300 *startups* mapeadas, dentro dos temas de interesse da Ipiranga, tais como Mobilidade, Energia, Varejo, Logística e Eficiência Operacional. Em 2020, o Turbo capacitou mais de 120 colaboradores em métodos ágeis e organizou palestras com profissionais de referência sobre temas atuais e inspiradores, para fomentar a difusão da inovação na organização e acelerar o desenvolvimento das iniciativas em andamento. A **Extrafarma** também acelerou sua jornada de digitalização, com o lançamento do *delivery* pelo WhatsApp e do *e-commerce* (vendas pela internet). Os canais digitais devem contribuir para a expansão do faturamento da empresa e estão em linha com a atual estratégia, contribuindo com a rentabilização da rede existente. Em 2020, dando mais um passo na jornada de personalização, foi lançado o cupom de desconto personalizado em todas as lojas, buscando aumentar o ticket médio e a fidelização dos clientes. A Extrafarma avançou também na expansão da marca própria Be Better, lançando novas linhas de produtos de cuidados básicos e vitaminas. Alinhado com a estratégia de ampliar a oferta de serviços farmacêuticos para os clientes, a Extrafarma iniciou uma parceria com a maior clínica de vacinação do Pará, com a inauguração de uma sala de vacinação ao lado de uma loja. Ainda em 2020, todos os sistemas de caixa e balcão foram substituídos, possibilitando uma melhor experiência de compra e maior produtividade aos pontos de venda. O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) também lançou seu programa de conexão com *startups* em 2020, com desafios para atender às necessidades nas áreas de Contabilidade, Tributos, Tecnologia da Informação e Tesouraria.

DESEMPENHO ESG

Gestão da sustentabilidade - Em 2020, a agenda de sustentabilidade ganhou ainda mais relevância no Grupo Ultra, sendo acompanhada periodicamente pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Ultrapar. A Companhia conduziu uma reavaliação da matriz de materialidade, que considera os temas de sustentabilidade mais relevantes para o Grupo. A revisão buscou garantir o alinhamento entre os temas materiais, o planejamento estratégico dos negócios a longo prazo e a aderência aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Alguns temas foram agrupados e outros renomeados, o que facilitará o monitoramento de sua evolução. São oito temas materiais: • Transição energética • Operações ecoeficientes • Ética e integridade • Privacidade de dados • Cultura inovadora, inclusiva e de excelência • Saúde e segurança • Responsabilidade com o entorno • Cadeia de valor. Atualmente, o Grupo Ultra trabalha na definição das metas a serem alcançadas até 2030 para cada tema material. Foram criados grupos de trabalho com representantes de todos os negócios, contribuindo para a definição dos indicadores de monitoramento e dos planos de ação para o atingimento das metas. Para reiterar o compromisso com a prestação de contas e a transparência, a partir do terceiro trimestre de 2020 os *releases* de resultados trimestrais divulgados ao mercado passaram a conter uma seção específica com os principais destaques e atualizações relacionados ao desempenho ambiental, social e de governança (ESG) do Grupo Ultra. Em paralelo, a gestão de sustentabilidade nas empresas também passou por avanços. A **Ultracargo**, a **Ipiranga** e a **Extrafarma** concluíram seu processo de análise de materialidade em 2020. A **Ipiranga** ainda lançou sua estratégia e política de sustentabilidade durante o ano. A **Oxiteno** deu continuidade às ações previstas no plano de sustentabilidade 2030, lançado em 2019, e a **Ultragaz** atualizou sua matriz de materialidade. **Transição energética -** Os desafios relacionados às mudanças climáticas vêm impulsionando movimentos em prol da descarbonização da economia, por meio de ganhos de produtividade e eficiência e da substituição gradual de fontes de origem fóssil por fontes renováveis na produção e consumo de energia. Com uma perspectiva que considera riscos e oportunidades, a alta liderança do Grupo Ultra acompanha com atenção o tema da transição energética, especialmente em função de sua atuação relevante na cadeia de óleo e gás. Enquanto no curto prazo há oportunidades de continuar investindo no setor, com possibilidade de gerar valor e benefícios para toda a cadeia, a Companhia integra em seu planejamento estratégico as potenciais mudanças de médio e longo prazo relacionadas ao tema de transição da matriz energética brasileira e mundial. . O GLP é menos poluente que os combustíveis usualmente utilizados para cocção de alimentos e, por isso, contribui para uma matriz energética mais sustentável. O Grupo Ultra tem vantagens competitivas estruturais em seus três atuais negócios que estão na cadeia de óleo e gás – Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, e está participando do processo de desinvestimento de ativos de refino da Petrobras. São negócios maduros e geradores de caixa, que têm capacidade de financiar a sua entrada e o crescimento de investimentos em energia de transição, como o gás natural, ou em seus negócios adjacentes que não dependem de combustíveis fósseis, como as lojas de conveniência. Desde 2014, o Grupo Ultra participa do programa *Disclosure, Insight, Action, do Carbon Disclosure Project* (CDP) e, em 2020, manteve a nota B no tema mudanças climáticas. O desempenho do Grupo Ultra foi superior à nota média da América do Sul e à nota média do setor de varejo de óleo e gás, ambos classificados no score D. O questionário está alinhado às diretrizes do *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TFCD). Além disso, desde 2012, o Grupo compõe a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), que incentiva as empresas emissoras a medir, divulgar e monitorar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), se preparando para atuar em uma economia de baixo carbono. Nos negócios atuais, a **Ipiranga** já atua na distribuição de etanol e biodiesel (biocombustíveis de origem renovável) e mantém estações de carregamento rápido para veículos elétricos em postos da rede localizados na rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo (SP) ao Rio de Janeiro (RJ), Rodovia dos Bandeirantes e postos urbanos, por exemplo. A ambição da Ipiranga é ser um *player* relevante e preparado para disponibilizar às pessoas os combustíveis que elas demandarem. Os desafios relacionados às mudanças de clima e à transição energética integram o planejamento estratégico da empresa. Em 2020, a empresa iniciou a compra de 2,9 milhões de CBIOs, em cumprimento às metas ligadas ao Renovabio do Ministério de Minas e Energia, contribuindo para o incentivo ao maior consumo de combustíveis renováveis. A **Ultracargo**, cujos terminais são concebidos a partir de um conceito multipropósito, apresenta condições de armazenar e movimentar combustíveis alternativos aos derivados de petróleo. Os negócios contam com processos estruturados para gerenciar as emissões de gases de efeito estufa decorrentes de suas atividades e, sempre que possível, estruturar ações para reduzi-las e mitigá-las. A **Ultragaz**, por exemplo, já estabeleceu meta de redução de emissão do escopo 1 (diretas), em relação ao seu desempenho histórico. A **Oxiteno**, que, por suas atividades industriais, apresenta o maior volume de emissões do escopo 1 entre os negócios**,** prioriza a melhoria contínua de equipamentos para alcançar o compromisso expresso em seu plano de sustentabilidade, de reduzir em 25% a intensidade de emissões por tonelada produzida até 2030. A **Ipiranga** mantém o programa Carbono Zero desde 2007, por meio do qual monitora seu desempenho e implementa as estratégias de redução e compensação de emissões. Nessa última frente, adquire créditos de carbono de projetos que apoiam a conservação da floresta amazônica e o desenvolvimento das comunidades locais, compensando 100% de suas emissões dos escopos 1 e 2. **Operações ecoeficientes -** O compromisso com a ecoeficiência se traduz em iniciativas para otimização do consumo de energia elétrica, de combustíveis e dos recursos hídricos, redução do volume de resíduos gerados nas operações e sua correta disposição, e ações preventivas para evitar a contaminação do ar, água, solo e biodiversidade. Além dos ganhos ambientais diretos, a ecoeficiência pode também gerar oportunidades de redução de custos e de ganhos de produtividade. **Energia -** Atualmente a matriz do **Grupo Ultra**, em São Paulo (SP), a matriz e o prédio anexo à matriz da Ipiranga, no Rio de Janeiro (RJ), a base de São Caetano (SP), o *pool* de Paulínia (SP) da **Ipiranga** e 7 bases da **Ultragaz** são abastecidos pelo mercado livre de energia. Os terminais de Itaqui (MA) e Aratu (BA), da **Ultracargo**, e os centros de distribuição de Aquiraz (CE) e Benevides (PA), da **Extrafarma**, também ingressaram no mercado livre de energia em 2020. No caso da **Ultracargo**, a energia adquirida é 100% oriunda de fontes renováveis e há estudos em andamento para a migração dos demais terminais, como o caso do terminal de Santos, com expectativa de abastecimento pelo mercado livre no primeiro semestre de 2021. A **Oxiteno**, cuja meta é reduzir em 10% seu consumo de energia até 2030, iniciou em 2019 a operação da nova subestação de energia da unidade de Camaçari (BA), que, além de melhorar a eficiência energética da planta, pode gerar ganhos financeiros, já que possibilita ampliar sua atuação no mercado livre de energia. A **Ipiranga** realizou parceria com a GDSolar para a construção e operação de cinco usinas solares para redução de custos com energia elétrica em seus postos e franquias e para aumentar a participação de fontes renováveis em sua matriz energética. A expectativa é de gerar mais de 50 mil MWh/ano a partir de abril de 2021, energia suficiente para abastecer aproximadamente 300 postos da rede. A iniciativa significará uma economia anual de mais de R$ 70 milhões para a rede participante. Na **Extrafarma**, duas usinas de biogás entraram em operação no Maranhão e em Pernambuco, garantindo energia renovável a 85 lojas e, em 2021, serão inauguradas duas usinas de energia solar no Pará e no Ceará, que abastecerão cerca de 200 lojas. A empresa estabeleceu que 90% das lojas serão abastecidas por fontes renováveis de energia e que todos os centros de distribuição serão abastecidos pelo mercado livre de energia até 2025. **Água -** Em 2020, o Grupo Ultra respondeu ao questionário sobre segurança hídrica do *Carbon Disclosure Project* (CDP), obtendo a nota B, o mesmo da América do Sul e do setor de varejo de óleo e gás. A **Ultragaz** estabeleceu meta de redução do consumo de água, tendo como base o resultado de 2019. Atualmente, 90% da água empregada para a lavagem dos botijões de GLP é reaproveitada e o projeto da nova base de engarrafamento que está sendo construída no Pará contempla avaliação de captação de água de chuva. A **Ultracargo** implementou nas obras do terminal de Vila do Conde (PA) um sistema de reuso de água para testes hidrostáticos, que possibilita importante redução de consumo. Além disso, o terminal prevê um sistema de captação e reuso de água da chuva, que também será utilizado na expansão do terminal de Itaqui (MA). A **Oxiteno** tem o compromisso de reduzir em 10% o consumo de água e dobrar a utilização de água de reuso até 2030. A **Extrafarma** reduziu em 20% o consumo médio de água em cada loja em 2020. A empresa também se comprometeu a trabalhar para que, até 2025, entre 70% e 80% de suas lojas mantenham o consumo de água dentro das faixas mínimas estabelecidas pelas concessionárias de abastecimento. **Resíduos e efluentes -** A **Ultragaz** realizou a requalificação de mais de 2,4 milhões de vasilhames de GLP em 2020, superando a meta projetada para o ano. A **Ultracargo** reduziu o uso de madeira com substituição parcial por materiais metálicos reutilizáveis nas obras do terminal de Vila do Conde (PA). Adicionalmente, o projeto contempla otimização da emissão e do tratamento de efluentes. A **Oxiteno** deu sequência à revitalização dos sistemas de efluentes das unidades industriais do Brasil, permitindo inspeções rotineiras e manutenção preventiva para o controle operacional e gestão de contaminação de solo e água subterrânea. A **Ipiranga** realiza gestão para prevenir vazamentos ou perdas de produtos líquidos combustíveis ou inflamáveis nas bases de distribuição durante o transporte do produto e nos postos revendedores. A **Extrafarma** começou a trabalhar na estruturação de centrais de coleta, para triagem, segregação e destinação de resíduos, e se dedicará também ao projeto de logística reversa de medicamentos vencidos ou em desuso, que abrange todo o varejo farmacêutico e os fabricantes. **Ética e integridade -** O Grupo Ultra se mantém comprometido com os mais altos padrões de ética e integridade. Suas diretrizes estão presentes no Código de Ética e em políticas corporativas específicas, como a Política Anticorrupção, a Política Concorrencial e a Política de Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas. Todas as iniciativas ligadas à ética e integridade estão reunidas no Programa de Ética e *Compliance*, gerenciado pela Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria, que se aplicam a todos os negócios. Os resultados do programa são acompanhados diretamente pelo Comitê de Conduta. Em 2020 foi divulgado o primeiro relatório do Programa de Ética e *Compliance* e o segundo diagnóstico para avaliar a maturidade da cultura de *compliance* entre as equipes, com a participação de mais de mil colaboradores. A classificação consolidada do Grupo Ultra, de acordo com a matriz *hearts and minds,* foi no perfil Proativo Inicial, atestando que há um forte nível de adesão à cultura de *compliance* e proatividade em todos os níveis da Companhia. Na frente de treinamentos, foram realizadas capacitações para reforçar as diretrizes do Código de Ética, anticorrupção, concorrencial e conflito de interesses. Nesses temas, as capacitações e campanhas de sensibilização se estendem aos parceiros de negócio, especialmente à rede da Ipiranga e aos revendedores da Ultragaz, responsáveis pelo contato direto com os clientes finais. Houve, ainda, mais de 15 mil pesquisas reputacionais para apoiar a contratação de fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócios, além do monitoramento contínuo sobre eventuais transações com partes relacionadas. **Privacidade de dados -** Em 2020, o Grupo Ultra centrou esforços para garantir a adequação de seus processos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A lei entrou em vigor no mês de setembro e estabelece regras para assegurar o correto tratamento de informações pessoais por parte de empresas e outros agentes. Em novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, que prevê a estruturação do programa de privacidade e a criação de um comitê de proteção de dados pessoais, vinculado à diretoria da Ultrapar, para apoiar o acompanhamento do tema. Vale destacar que o Grupo Ultra já possui a Política de Segurança da Informação desde 2017. O tema também avançou em todos os negócios, que trabalharam (i) no desenvolvimento e atualização de políticas relacionadas, (ii) na estruturação de áreas específicas e do fluxo de governança para o acompanhamento das questões sobre privacidade e proteção de dados, (iii) na adequação de *softwares* e sistemas de Tecnologia da Informação, (iv) na inclusão de cláusulas em contratos de fornecimento e de prestação de serviços e (v) no treinamento das equipes, entre outras ações. **Cultura inovadora, inclusiva e de excelência -** O Grupo Ultra acredita que uma cultura balizada por preceitos de inovação, inclusão e excelência são centrais para a perenidade de seus negócios. Além de iniciativas que buscam atrair, engajar, treinar e reter talentos, a Companhia busca a formação de profissionais de alto desempenho, que possam trabalhar em um ambiente e cultura organizacional que preze pela transparência, equidade, diversidade e inclusão. A taxa de rotatividade consolidada do Grupo Ultra foi de 21,8% em 2020, inferior ao resultado de 2019, quando ficou em 24,4%. O Grupo Ultra encerrou o ano com 15,9 mil colaboradores.

Colaboradores -

NÚMERO DE COLABORADORES E TAXA DE ROTATIVIDADE POR NEGÓCIO

	2020		2019		Δ (%) colaboradores 2020 vs 2019
	Número de colaboradores	**Taxa de rotatividade**	**Número de colaboradores**	**Taxa de rotatividade**	
Holding	405	25,7%	393	43,2%	3%
Ultragaz	3.397	11,3%	3.414	13,9%	0%
Ultracargo	926	22,3%	792	23,7%	17%
Oxiteno	1.851	13,3%	1.844	19,6%	0%
Ipiranga	3.378	17,7%	3.289	18,7%	3%
Extrafarma	5.921	32,6%	6.292	32,1%	-6%
abastece aí	68	-	-	-	n/a
Total	**15.946**	**21,8%**	**16.024**	**24,4%**	**0%**

Desenvolvimento, capacitação e retenção - Comprometidos com uma cultura inovadora e de excelência, o Grupo Ultra buscou adaptar seus processos de carreira e sucessão e seus programas de desenvolvimento e capacitação para o formato online. Essas ações suportam o desenvolvimento de talentos para o planejamento sucessório no Grupo Ultra, que visa garantir um time de profissionais com perfil de liderança preparado para assumir novas posições. A **Ultragaz** iniciou em 2020 alguns projetos importantes como o Cultura, para promover a transformação cultural da organização, tornando a empresa mais ágil e competitiva, fomentando resultados através da inovação, eficiência interna e diversidade. Além disso, desenvolveu o programa Transformerz que é a jornada de desenvolvimento do time comercial, um programa 100% online. A Ultragaz manteve também a formação de Futuros Líderes, programa de aceleração de colaboradores potenciais, onde 78% dos participantes já foram promovidos. A **Ultracargo** iniciou em 2020, pelos terminais de Santos (SP) e Itaqui (MA), a implementação do novo Sistema de Operações Ultracargo (SOUL), que aprimora os processos e otimiza o modelo de operação de terminais, com captura de ganhos importantes em segurança e produtividade, além da redução de perdas. Como parte do esforço, a empresa ofereceu treinamentos para as equipes operacionais com foco nas metodologias que compõe o sistema de operações.

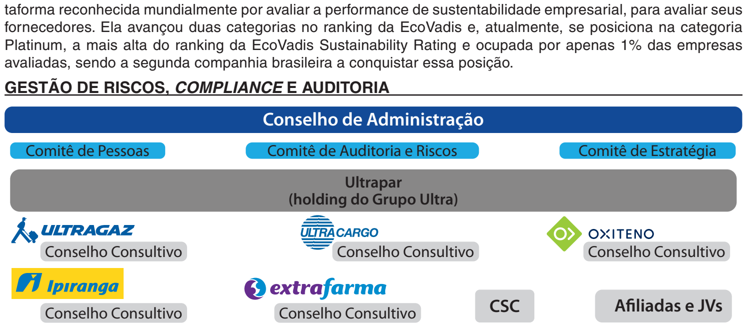
A **Oxiteno** lançou seu novo portal de educação (OxiEducation), que atua por meio de cinco centros de aprendizagem (BeOxi, BeLeader, BeCustomer, BeIndustrial e BeEfficient), com diversos conteúdos e diferentes trilhas de aprendizagem. Esse portal tem como objetivo transformar as experiências de aprendizado, auxiliando os colaboradores a serem protagonistas de suas carreiras. As novas competências organizacionais da **Ipiranga**, focadas nos temas pessoas, clientes, resultado, futuro e sociedade, serviram de base para a atualização da universidade corporativa. A Universo Ipiranga se consolidou como um ecossistema de aprendizagem online com escolas e trilhas específicas por função. O objetivo da nova universidade é impulsionar o aprendizado contínuo e o protagonismo do colaborador em sua trajetória de desenvolvimento. A **Extrafarma** trabalhou na disseminação dos elementos de sua nova cultura organizacional, que reforça o compromisso dos colaboradores com os clientes, o negócio e suas equipes, por meio de *workshops*, *lives*, campanhas de comunicação e treinamentos. O portal DNA Extrafarma, de ensino a distância, lançou 143 novos conteúdos de formação. Por meio da Escola de Varejo, foram realizadas 33 *lives* entre junho e dezembro. Todos os colaboradores contratados no regime CLT do Grupo Ultra têm direito a um plano de previdência privada, que é administrado pela **Ultraprev** Associação de Previdência Complementar. Os colaboradores definem anualmente seu percentual de contribuição, que pode chegar a até 11% do salário, tendo como contrapartida a contribuição pelas empresas do Grupo Ultra do mesmo valor contribuído pelo participante.

ULTRAPREV

	Participantes ativos	Patrimônio social (R$ milhões)
2020	7.290	938
2019	8.008	911
2018	8.052	836

Atração de talentos - O Programa de Estágio 2020 da ***Holding*** ofereceu 9 vagas para o escritório administrativo, na capital paulista. A *Holding* também manteve as iniciativas de estágio de férias para estudantes do Brasil e para jovens brasileiros que vivem no exterior, além de participar de eventos com foco na atração de jovens profissionais. A **Ultragaz**, como parte de seu plano de desenvolvimento interno, promoveu 50% das pessoas que participaram do seu programa de estágio em 2020. Desenhou também a jornada do candidato para garantir a mesma experiência em qualquer lugar do Brasil. Todo o caminho de comunicação com os candidatos Ultragaz foi estruturado, de uma forma inovadora, padronizada e mais moderna, atraindo assim cada vez mais talentos para a organização. O grande destaque da **Oxiteno** foi o programa de recrutamento interno, que existe desde 2019 e, em 2020, conseguiu alcançar um percentual recorde de 48% das posições abertas preenchidas com talentos internos. Além disso, aproximadamente 7 mil pessoas se inscreveram para o seu programa de trainee 2021, contando com 5 vagas para a formação específica de engenharia. Outro projeto importante foi a Neurodiversidade, parceria com a consultoria especializada Specialisterne, para o desenvolvimento e contratação de profissionais autistas. Até o momento, o projeto piloto conta com dois profissionais contratados como prestadores de serviço, com potencial de expansão para outras áreas. A Oxiteno possui também o programa de talentos em TI, em parceria com a ShareRH, para atrair e desenvolver novos talentos. Em 2020, foram selecionados 30 candidatos para receberem formação básica em Java. A **Ipiranga** realizou a segunda edição de seu programa de trainees e registrou recorde no número de inscritos. Foram 24,3 mil profissionais, que disputaram 15 vagas nas áreas comercial, planejamento e finanças; tecnologia, inovação e novos negócios; sustentabilidade; e operações. **Engajamento -** Com o *workplace*, plataforma do Facebook para comunicação interna, o processo de comunicação do Grupo Ultra se tornou ainda mais ágil e fluido, potencializando a interação com as equipes e o engajamento dos colaboradores. Em 2020, 98% dos colaboradores participaram da plataforma e interagiram em mais de 80 grupos. Foram 2,5 mil publicações, 7,3 mil comentários e 60 mil reações. Em 2021, a *Holding* e os negócios conduzirão suas pesquisas de clima organizacional. De periodicidade bienal, o último levantamento foi conduzido em 2019 e apontou 80% de favorabilidade. Em 2020, a **Oxiteno** deu início à campanha de comunicação interna global Nossa Fórmula Faz Bem, conectando os conceitos de propósito, valores, estratégia, cultura e defesas da marca, com o objetivo de dar clareza aos colaboradores sobre a atuação, o papel, os objetivos e as iniciativas da empresa. A campanha visa enaltecer o senso de pertencimento, orgulho e conexão com o propósito da empresa de “contribuir para o bem-estar das pessoas através da química”, além de dar clareza sobre mitos e verdades no que se refere à química. Em pesquisa de satisfação realizada no final do ano, 80% dos colaboradores afirmaram que a campanha ajudou a reforçar a essencialidade da química e os benefícios do trabalho da Oxiteno para a sociedade. **Inclusão e diversidade -** O compromisso com a inclusão e a diversidade também avançou em 2020. A **Ipiranga** e a **Extrafarma** já contam, desde 2019, com programas dessas naturezas. Em 2020, a **Ipiranga** estruturou o Comitê de Diversidade e os grupos de afinidade (gênero, pessoas com deficiência, negros e LGBTQIA+) e realizou o primeiro censo de diversidade, cujo resultado será importante para a definição de metas. A **Extrafarma** conduziu diversas ações de sensibilização e engajamento. Durante o processo de atração de profissionais para o novo centro de distribuição de São Luís (MA), a empresa priorizou a contratação de mulheres e pessoas acima de 50 anos, com o objetivo de aumentar a diversidade de gênero e de idade em sua área logística, que anteriormente contava com público predominantemente masculino e mais jovem. A empresa encerrou 2020 com 5% dos colaboradores na faixa etária acima de 50 anos (frente gerações) e 61% de mulheres em cargos de liderança (frente gênero). Também havia 194 profissionais com deficiência e cinco refugiados vindos de Angola, Haiti e Togo (frente diversidade cultural) no quadro de colaboradores. A **Oxiteno** está desenvolvendo seu programa de diversidade, que deve ser lançado em 2021, e a **Ultragaz** e a **Ultracargo** pretendem impulsionar o tema a partir de 2021. **Saúde e segurança -** Um dos princípios de negócio que orienta a atuação do Grupo Ultra se refere à segurança. Em 2020, dado o contexto da pandemia do COVID-19 e a manutenção das operações nos negócios, considerados atividades essenciais, rapidamente foram instituídos e reforçados os protocolos de saúde e segurança, que incluíram distribuição de álcool gel 70% e equipamentos de proteção individual (EPIs); medição da temperatura na entrada das unidades; reforço nos procedimentos de higienização e limpeza dos ambientes; e monitoramento de todos os colaboradores com sintomas, entre outras medidas. Houve, ainda, o cuidado para assegurar as condições ergonômicas adequadas aos profissionais que passaram a trabalhar remotamente. Aberto aos colaboradores e a seus familiares, o Grupo Ultra também disponibilizou um canal 0800 para prestar apoio psicossocial. Além dos esforços durante a pandemia, todos os negócios mantiveram suas práticas e programas voltados à segurança das equipes, cujas diretrizes estão estabelecidas em políticas específicas e cujos resultados são monitorados nos sistemas de gestão das empresas. Há iniciativas e esforço contínuo para consolidar a cultura interna de segurança e fomentar o comprometimento e o protagonismo das lideranças e das equipes no tema. Entre os destaques do ano, a **Ultragaz** investiu em revisões de fluxos de trabalho e melhorias de equipamentos e processos – em 2020, por exemplo, concluiu a automação da base de engarrafamento em Caucaia (CE), aumentando a segurança das equipes. A **Ultracargo** investiu no elemento humano e na percepção de riscos, reduzindo a exposição de pessoas aos riscos operacionais. Formou multiplicadores responsáveis por disseminar a cultura de segurança e implementou melhorias nos procedimentos de trabalho e de combate a incêndios. Além disso, investiu em revitalização de ativos, modernização de linhas, tanques e sistemas de combate a incêndio de todos os terminais, contribuindo para aumento da confiabilidade e segurança para as equipes. A Oxiteno está na fase final de revitalização de seu sistema de combate a incêndios da unidade de Mauá (SP), planta industrial mais antiga da empresa. Na **Ipiranga**, foi lançado o novo Plano de Continuidade de Negócios, com as diretrizes para o gerenciamento de emergências, contingências e crises. Também foi instituído o processo de observação comportamental, que reconhece aqueles colaboradores que incorporam as orientações de segurança em todas as suas atividades e orienta aqueles profissionais que cometem desvios que os expõe a riscos. A **Extrafarma** implementou o programa CD Mais Seguro, cujo objetivo é envolver os colaboradores para que eles contribuam diretamente com a prevenção de acidentes e de doenças relacionadas, aumentando a segurança de todos nos centros de distribuição. **Responsabilidade com o entorno -** Pautado pelas premissas de responsabilidade, transparência, efeitos de longo prazo e diálogo, o Grupo Ultra gerencia os impactos no entorno de suas operações para contribuir com o desenvolvimento das comunidades vizinhas, além de atuar de forma eficiente na minimização dos potenciais impactos negativos. Na frente social, o objetivo do Grupo Ultra é garantir que haja mais convergência entre as ações desenvolvidas em cada negócio em torno dos temas materiais e que os impactos positivos das atividades sejam potencializados. A ***Holding*** apoia a instituição École 42, que atua em diversas partes do mundo, oferecendo gratuitamente cursos de programação a jovens, agindo como elemento transformacional por meio da educação, além de ajudar a suprir carência de formação de profissionais de tecnologia no Brasil. A **Ultragaz** adaptou seus programas de voluntariado para o formato remoto. Com a ONG Junior Achievement, colaboradores voluntários participaram dos programas O futuro do trabalho e Conectado com o Amanhã, voltados a alunos da rede pública de ensino. No projeto Ler é presente, voluntários se dedicaram a contar histórias para crianças que participam dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) e dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICAS). A empresa também apoiou campanhas de conscientização de combate à violência doméstica, sobre votar com segurança durante as eleições 2020, e o projeto Telas Abertas, que divulgou informações sobre convivência segura, aprendizagem em casa e atividades lúdicas e educacionais no Canal Futura, nas redes sociais e via folhetos impressos. As iniciativas sociais apoiadas pela Ultragaz impactaram mais de 20 milhões de pessoas em 2020. A **Ultracargo** renovou o apoio ao programa Na Mão Certa, iniciativa da ONG Childhood Brasil, que combate a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e portos brasileiros. Como compromisso, a empresa replica materiais de sensibilização e realiza campanhas de comunicação entre seus colaboradores, clientes, motoristas que circulam pelos terminais e outros parceiros. Também manteve o patrocínio ao prêmio Comunidade em Ação, promovido pelo Jornal A Tribuna, de Santos (SP), que reconhece projetos sociais desenvolvidos na Baixada Santista (SP), onde se localiza o maior terminal da Ultracargo. A **Oxiteno** seguiu patrocinando o projeto Baú das Artes, que fornece livros, jogos e instrumentos ludo-pedagógicos a estudantes da rede pública de ensino. Com os materiais, os professores, que participam de *workshops* de formação prévios, trabalham temas como ética, meio ambiente e cultura com os alunos. Em 2020, os materiais foram adaptados ao formato digital. A iniciativa impactou mais de 26 mil alunos e cerca de 300 professores, de 24 escolas dos municípios de Mauá, Suzano e Tremembé, em São Paulo, e de Camaçari (BA) e Triunfo (RS). A **Ipiranga** também adaptou seu programa de voluntariado realizado em parceria com a ONG Junior Achievement para o formato digital. A iniciativa impactou mais de 10 mil alunos dos três anos do Ensino Médio de 80 escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Com o programa itinerante Saúde na Estrada, voltado aos caminhoneiros e demais pessoas que circulam pelas rodovias brasileiras, houve 126 dias de ações, em 64 postos Ipiranga Rodo Rede de 10 Estados. A **Extrafarma**, durante a crise de abastecimento de energia que atingiu o Estado do Amapá no mês de novembro, doou cerca de 9 mil itens de higiene a três instituições estaduais. A empresa participou também da 22ª Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe, disponibilizando algumas de suas unidades para atuar como postos de vacinação. Aderiu, ainda, à campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e veiculou na mídia e nas redes sociais uma campanha de conscientização sobre o descarte correto de medicamentos. **Cadeia de valor -** O Grupo Ultra também busca gerar valor a toda a sua cadeia de revendedores, parceiros de negócios e fornecedores. Na **Ultragaz** e na **Ipiranga**, o êxito dos negócios depende diretamente da rede de revendedores e parceiros, por meio dos quais as duas marcas e seus produtos chegam aos consumidores finais. São 5,1 mil revendedores na **Ultragaz** que a partir de 2020 passaram a contar com um novo aplicativo, Meu Aplicativo Parceiro, com diferentes funcionalidades que apoiam o gerenciamento das revendas, projeto este desenvolvido em parceria com os revendedores. Para conscientizar os parceiros e seus funcionários sobre o coronavírus, a Ultragaz distribuiu kits com álcool gel 70% e máscara de proteção a um grupo de revendedores e realizou uma série de *lives* sobre o tema. Desde 2015, a Ultragaz convida seus fornecedores críticos a participarem do diagnóstico do *Carbon Disclosure Project* (CDP), visando engajá-los na proteção dos ecossistemas e enfrentamento das mudanças climáticas. Em 2020, 78% dos fornecedores críticos se engajaram em relação a mudanças climáticas e 56% aderiram às questões relacionadas a recursos hídricos (tema introduzido em 2020). Na **Ipiranga**, são 7,1 mil postos gerenciados por empreendedores que integram a rede de revenda, além dos parceiros à frente das lojas franqueadas das redes AmPm e Jet Oil. O foco em 2020 foi apoiar a sustentabilidade financeira desses parceiros, que tiveram seus empreendimentos fortemente afetados pelas medidas de restrição à circulação de pessoas. O pacote de ajuda oferecido pela Ipiranga, que foi a primeira empresa do setor a disponibilizar esse programa, incluiu postergação do pagamento de aluguéis e financiamentos, suspensão temporária de cláusulas de performance de volume, suporte a linhas de crédito para reforçar o capital de giro dos parceiros e iniciativas para acelerar as vendas. Na relação com os fornecedores, o cumprimento de requisitos legais e a adoção de boas práticas nos temas de ética, direitos humanos e do trabalho, saúde e segurança e proteção ao meio ambiente são condições avaliadas para o relacionamento. A **Oxiteno** se tornou a primeira indústria química brasileira a utilizar a metodologia da EcoVadis, plataforma reconhecida mundialmente por avaliar a performance de sustentabilidade empresarial, para avaliar seus fornecedores. Ela avançou duas categorias no ranking da EcoVadis e, atualmente, se posiciona na categoria Platinum, a mais alta do ranking da EcoVadis Sustainability Rating e ocupada por apenas 1% das empresas avaliadas, sendo a segunda companhia brasileira a conquistar essa posição.

GESTÃO DE RISCOS, *COMPLIANCE* E AUDITORIA



Conselho de Administração

Comitê de Pessoas
Comitê de Auditoria e Riscos
Comitê de Estratégia

Ultrapar
(holding do Grupo Ultra)

ULTRAGAZ – Conselho Consultivo
ULTRACARGO – Conselho Consultivo
OXITENO – Conselho Consultivo
Ipiranga – Conselho Consultivo
extrafarma – Conselho Consultivo
CSC
Afiliadas e JVs

A Ultrapar possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, *compliance* e auditoria, que abrange todos os seus negócios.

A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria tem níveis de reporte diferentes na organização de acordo com cada uma de suas competências. A área está vinculada administrativamente à presidência do Grupo Ultra, sendo responsável pelo gerenciamento integrado de riscos, manutenção do Programa de Ética e *Compliance*, e pela auditoria interna. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração na gestão dos riscos corporativos, na consolidação das informações e controles e na condução do processo geral de auditoria interna. O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, implantado em 2019, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (iii) das qualificações e independência do auditor independente, (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria) e dos auditores independentes, e (v) da gestão de riscos, inclusive se reunindo com a Administração sempre que julgar necessário. O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos conta com três membros que também são conselheiros independentes do Conselho de Administração da Ultrapar e um membro externo e independente, que exerce as funções de Coordenador do Comitê. Desde 2004, o Grupo Ultra mantém o Comitê de Conduta, cujas principais funções são supervisionar a evolução e cumprimento do Programa de Ética e *Compliance* e recomendar as ações em casos de violação ao Código de Ética e às Políticas Corporativas. O comitê é um órgão vinculado ao Conselho de Administração, responsável por eleger seus membros. **Gestão Integrada de Riscos -** A estrutura de gestão de riscos do Grupo Ultra combina a coordenação corporativa à interface direta com cada negócio, fazendo com que esse processo seja abrangente e considere as características setoriais específicas. A Matriz Sistêmica de Riscos é composta por temas que abrangem as principais ameaças às operações dos negócios e estão agrupados em cinco famílias, com olhar interdependente e avaliações dinâmicas. Como resposta rápida a transformações no ambiente de negócios e novos temas de maior impacto, em 2020 foram identificados os riscos que poderiam ser potencializados e que deveriam ser monitorados em função da pandemia. Além disso, houve também a revisão da Matriz Sistêmica, fruto da melhoria contínua de gestão de riscos, resultando em uma readequação dos temas de riscos, com maior destaque para os riscos estratégicos. As discussões ocorrem de forma estruturada e independente em cada negócio e na *holding*, cobrindo temas de riscos internos e externos, avaliando cenários quantificados em termos de impacto e vulnerabilidade e gerando planos de ação mitigadores. **Auditorias Interna e Externa -** Vinculada à Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria, a Gerência de Auditoria Interna é responsável por acompanhar os procedimentos e controles de todos os negócios, identificando riscos e oportunidades de melhorias, que, de modo sinérgico, contribuem para as atualizações do mapa de riscos e do processo de gestão de riscos do Grupo Ultra e do Programa de Ética e *Compliance*. A gerência também revisa todos os pagamentos do Grupo e executa auditorias operacionais internas, segundo planejamento aprovado anualmente, e realiza os testes de efetividade dos controles internos como parte do processo de certificação da lei Sarbanes-Oxley (SOX), exigido para as demonstrações financeiras apresentadas ao mercado norte-americano. A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as regras de auditoria aplicáveis, as quais consideram a obtenção de entendimento dos controles internos relevantes ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, o planejamento dos trabalhos de auditoria e a realização dos procedimentos necessários à emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ***Compliance* -** A Ultrapar possui um Programa de Ética e *Compliance* supervisionado pelo Comitê de Conduta, que contém diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, dentre as quais o Código de Ética. O Programa estabelece temas anuais para comunicação e treinamentos, como combate à corrupção, boas práticas concorrenciais e conflitos de interesses e assédio, dentre outros, sempre visando fortalecer a cultura de integridade da Companhia. Indo além da prestação de contas sistemática à alta liderança, foi produzido em 2020 o primeiro relatório com os resultados consolidados do programa nos últimos cinco anos, distribuído a todos os colaboradores da *Holding*, dos negócios, Comitês e Conselho de Administração. O Programa de Ética e *Compliance* também determina a disponibilização de um canal de denúncias a todo o público de relacionamento, que garanta o anonimato e não retaliação aos denunciantes. Gerenciado por uma empresa externa independente que garante essas condições, o Canal Aberto Ultra está disponível aos colaboradores e *stakeholders* externos e recebe, no Brasil e no exterior, pedidos de orientação sobre as diretrizes de ética e integridade e notificações sobre eventuais desvios ao Código de Ética e às políticas corporativas. Os relatos são encaminhados à Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria, responsável pelas tratativas, com o suporte do Comitê de Conduta. Em 2020, o canal recebeu 834 relatos, o que demonstra um crescimento das ações de conscientização de ética e integridade, bem como um aumento na confiança do canal pelos usuários.

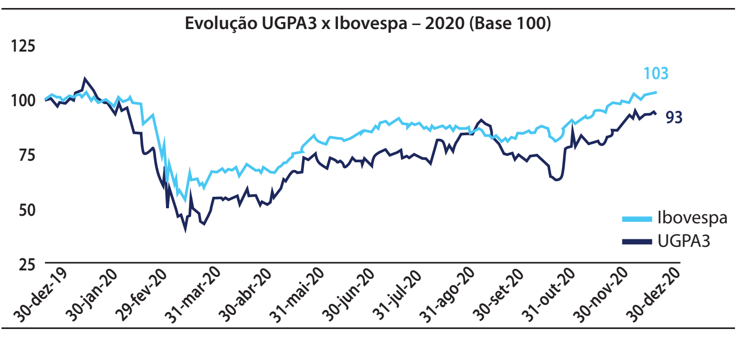
MERCADO DE CAPITAIS

O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R$ 180 milhões/dia em 2020 (+17%). As ações da Ultrapar encerraram 2020 cotadas a R$ 23,74 na B3, queda de 7% no ano, enquanto o índice Ibovespa valorizou 3% no mesmo período. Na NYSE, as ações da Ultrapar apresentaram desvalorização de 27% no ano fechando a US$ 4,53, enquanto o índice Dow Jones apresentou valorização de 7%. A Ultrapar encerrou o ano com valor de mercado de R$ 26 bilhões. Em fevereiro e agosto de 2020, o Conselho de Administração da Ultrapar confirmou a emissão de 2.108.542 e 86.978 ações ordinárias, respectivamente, com os mesmos direitos atribuídos às demais ações da Companhia já emitidas, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia na incorporação de ações da Extrafarma. Como consequência dessas emissões, o capital social da Companhia passou a ser representado por 1.115.005.712 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

(continua)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2020 (Base 100)



DIVIDENDOS

HISTÓRICO DE DIVIDENDOS			
Exercício	Total distribuído (R$ milhões)	Valor por ação (R$)	*Payout*
2020	480	0,44	52%
2019	479	0,44	119%
2018	685	0,63	60%
2017	951	0,88	62%
2016	907	0,84	58%

O Estatuto Social da Ultrapar estabelece distribuição de dividendo mínimo obrigatório a seus acionistas de 50% do lucro líquido. Nos últimos anos, a parcela do lucro líquido destinada ao pagamento de dividendos *(payout)* foi, em média, de 60%. O maior *payout* em 2019 decorre do menor lucro líquido por efeito não-recorrente do *impairment* do ágio da Extrafarma, que não teve efeito caixa. Em 2020, a Ultrapar declarou dividendos de R$ 480 milhões, um *payout* de 52% sobre o lucro líquido do ano e um *dividend yield* de 2,4% sobre o preço médio das ações de emissão da Ultrapar.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2020

Ambiente econômico-operacional

INDICADORES MACROECONÔMICOS	2020	2019	∆ (%) 2020 v 2019
PIB*	-4,3%	1,1%	-5,4pp
Inflação (IPCA)	4,5%	4,3%	0,2pp
Taxa Selic acumulada	2,8%	5,9%	-3,2pp
Dólar médio (R$/US$)	5,16	3,95	31%
Petróleo Brent (US$/barril)	42	64	-34%

* Projeção Focus de 05/02/21 para 20.

O início de 2020 foi marcado por um clima de otimismo, com expectativas em relação às reformas estruturais, após a aprovação da reforma da previdência em novembro de 2019. Contudo, com o início da pandemia do COVID-19, a conjuntura macroeconômica se tornou mais desafiadora, mesmo com medidas de auxílio econômico e com o menor patamar histórico de 2% da taxa de juros básica da economia a partir de agosto de 2020. Os pacotes de estímulo e as políticas de apoio financeiro à população para combater os efeitos da pandemia resultaram também numa piora da situação fiscal do Estado. A expectativa é de queda de 4,3% no PIB em 2020, segundo relatório Focus de 05/02/2021. O índice BOVESPA, após a queda de 30% no mês de março, início da pandemia, retornou gradativamente aos patamares pré-pandemia, apresentando valorização de 3% durante o ano de 2020. A cotação média do dólar em 2020 foi, por sua vez, para R$ 5,16/US$, desvalorização de 31% comparado à média de R$ 3,95/US$ em 2019. A recuperação econômica nos últimos meses de 2020, com melhoras nos ambientes nacional e global, e a evolução do desenvolvimento de vacinas contribuíram para um cenário mais positivo. A perspectiva do mercado é de um crescimento de aproximadamente 3,5% do PIB em 2021, inflação abaixo da meta em 3,6% e taxas de juros ainda baixas, conforme projeção Focus de 05/02/21. O mercado de distribuição de combustíveis apresentou forte retração em 2020, com um volume de vendas registrado pela ANP 5% menor em relação a 2019. O volume do ciclo Otto foi diretamente impactado pelas medidas de isolamento social e restrição à movimentação de pessoas, sendo agravado pela alta volatilidade dos preços de petróleo, ao passo que o volume do diesel se mostrou mais resiliente. Em 2020, também entrou em vigor o programa Renovabio, que visa à renovação da matriz energética do país por meio de incentivos a biocombustíveis, implementando metas de descarbonização a usinas e distribuidoras. Os reflexos da pandemia também foram sentidos, com menor intensidade, no mercado de GLP, de maneira distinta em cada um dos segmentos. Por um lado, as vendas até P-13 na ANP registraram um aumento de 5% frente aos valores de 2019, decorrentes do maior isolamento social, ao passo que as demais embalagens registraram queda de 2%, principalmente em função das menores vendas para comércios e serviços, atenuadas por maiores vendas para indústrias. Em 2020, os preços de referência do eteno e do MEG, principais *commodities* químicas que influenciam o desempenho da Oxiteno, apresentaram queda de 20% e 18%, respectivamente, enquanto o óleo de palmiste apreciou 32%, fruto da menor oferta do produto. O resultado do negócio também foi favorecido pela depreciação do real frente ao dólar, visto que as receitas e boa parte dos custos são atrelados à moeda americana, e pelo maior volume de vendas para o segmento de *Home & Personal Care*. O segmento de armazenagem de graneis líquidos vem crescendo no país e foi impactado pela retração na importação de combustíveis derivados de petróleo, compensada por altas históricas no nível de participação em volume de importações de produtos químicos, segundo estimativas da Abiquim, além de um expressivo aumento das importações de óleo vegetal para produção de biodiesel em momentos de oferta restrita de soja. No varejo farmacêutico, a receita bruta registrada pelas redes associadas da Abrafarma foi de R$ 58 bilhões comparado a R$ 53 bilhões em 2019 (+9%), com adição líquida de 393 farmácias no Brasil. A tendência de digitalização, já em curso em anos recentes e acelerada com a pandemia, também favorece o uso de meios de pagamentos digitais, o que reforça o potencial do abastece aí. A partir da mudança de hábitos da população, métodos eletrônicos de pagamento que dispensam contato direto se tornaram cada vez mais relevantes nas transações cotidianas.

Ultragaz

O volume de vendas da Ultragaz apresentou crescimento de 2% em 2020, reflexo do crescimento do mercado no período. No segmento envasado, o volume cresceu 2%, em função do aumento do consumo residencial, que foi impulsionado pelas restrições impostas pela pandemia. No segmento granel, o volume permaneceu estável, com maiores vendas para a indústria e de gases especiais (propelentes), atenuadas pelo menor volume para comércios e serviços, setor mais afetado pelas medidas de isolamento da pandemia. A receita líquida da Ultragaz cresceu 4% em 2020, principalmente em função do maior volume de vendas e dos reajustes nos preços do GLP pela Petrobras. O custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 3%, pelos mesmos motivos citados anteriormente, além de maiores gastos com frete, devido à necessidade de retiradas de GLP em polos de abastecimento mais distantes, e de maiores custos com armazenagem. As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 3% no ano. Apesar do aumento de fretes em função do maior volume e da inflação no período e de maiores despesas com consultoria para ganhos de eficiência operacional, a Ultragaz implementou diversas iniciativas para redução de despesas, especialmente na linha de pessoal, além de menores despesas com materiais e com provisões para créditos de liquidação duvidosa. O EBITDA da Ultragaz totalizou o valor recorde de R$ 729 milhões em 2020, crescimento de 24% em relação a 2019, principalmente em função do maior volume de vendas, maior eficiência operacional e redução de despesas. A Ultragaz investiu R$ 282 milhões em 2020, direcionados principalmente à aquisição e reposição de vasilhames, instalações em novos clientes no segmento granel, construção de novas bases de engarrafamento e manutenção das operações existentes.

Ultracargo

A capacidade estática média da Ultracargo em 2020 apresentou crescimento de 12%, fruto das expansões de capacidade em Santos e Itaqui nos últimos 18 meses. Consequentemente, o m³ faturado cresceu 14%, em função da maior movimentação de combustíveis nos dois terminais e de maiores movimentações *spot*. A Ultracargo encerrou o ano com *market share* de movimentação de produtos a 25,2% *versus* 23,7% no fechamento de 2019, decorrente do seu plano de crescimento. A receita líquida cresceu 19% em 2020, impulsionada pela maior movimentação de combustíveis, em decorrência das expansões e de movimentações *spot*, assim como pelas maiores tarifas decorrentes de reajustes contratuais. O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 3%, fruto dos aumentos de capacidade entre os períodos. O custo dos serviços prestados por m³ faturado apresentou redução de 9%, refletindo ganhos de produtividade nos terminais. As despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 3% no ano, devido a menores despesas com pessoal, atenuadas por maiores gastos com sistemas de informação para fortalecimento da plataforma tecnológica da Ultracargo e projetos de engenharia conceitual para estudos de expansões. A linha de outros resultados operacionais apresentou melhora de R$ 71 milhões, resultado principalmente do provisionamento em 2019 de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relacionado ao incêndio em 2015 de R$ 66 milhões e da constituição de R$ 12 milhões créditos tributários em 2020. A Ultracargo registrou um EBITDA de R$ 337 milhões em 2020. Desconsiderando os efeitos de R$ 66 milhões do TAC em 2019 e dos créditos extraordinários de PIS/Cofins de R$ 12 milhões em 2020, o crescimento de EBITDA recorrente na comparação anual foi de 41%, em função das expansões de capacidade e ganhos de eficiência nos terminais, reajustes contratuais e ganhos de produtividade. Na Ultracargo, foram investidos R$ 215 milhões em 2020, direcionados às obras do novo terminal de Vila do Conde, à expansão do terminal de Itaqui, à aquisição de novas áreas e à manutenção e segurança operacional dos terminais existentes.

Oxiteno

O volume de vendas da Oxiteno apresentou crescimento de 3% em 2020. O volume de especialidades químicas aumentou 6%, resultado de fortes vendas para os segmentos de higiene, beleza e agronegócio no mercado interno, do aumento nas vendas dos Estados Unidos e de maiores exportações. O volume de *commodities* foi 10% menor na comparação com 2019, em função da menor demanda no mercado. A receita líquida da Oxiteno apresentou aumento de 22%, decorrente da desvalorização média de 31% do Real (R$ 1,21/US$) e do maior volume de vendas, atenuados pela redução de 6% dos preços médios em dólar, seguindo a queda dos preços de petroquímicos no mercado internacional. O custo dos produtos vendidos cresceu 18% em 2020, devido à desvalorização média de 31% do Real (R$ 1,21/US$) e ao maior volume de vendas, parcialmente compensados pela redução de 12% nos custos médios unitários em dólar. As despesas gerais, administrativas e de vendas registraram aumento de 13% em 2020, fruto de maiores gastos com fretes (maior volume e efeito cambial em fretes internacionais), do efeito da variação cambial sobre as despesas das unidades internacionais e de maiores amortizações de *softwares*, atenuados por menores gastos com pessoal e pelas iniciativas de redução de despesas. A linha de outros resultados operacionais registrou uma variação positiva de R$ 151 milhões, principalmente resultado da constituição de créditos extraordinários de PIS/Cofins no montante de R$ 156 milhões em 2020. A linha de resultado na venda de bens da Oxiteno registrou uma variação positiva de R$ 8 milhões, devido principalmente à baixa de projetos no valor de R$ 5 milhões em 2020 e à baixa de ativos na unidade da Venezuela no valor de R$ 14 milhões em 2019. O EBITDA da Oxiteno totalizou R$ 785 milhões em 2020. Desconsiderando os efeitos de R$ 156 milhões dos créditos extemporâneos de PIS/Cofins em 2020 e da baixa de ativos da Oxiteno Andina de R$ 14 milhões em 2019, o crescimento na comparação anual foi de 167%, explicado principalmente por (i) maior volume de vendas, (ii) melhora das margens de contribuição em dólar, (iii) *ramp-up* da planta dos Estados Unidos, e (iv) desvalorização média de 31% do Real (R$ 1,21/US$). A Oxiteno investiu R$ 202 milhões em 2020, direcionados principalmente à manutenção e segurança das unidades produtivas.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga apresentou redução de 9% em 2020, em função dos efeitos da pandemia que impactaram significativamente o consumo de combustíveis no Brasil, principalmente no segundo trimestre de 2020, com recuperação gradual desde então. O ciclo Otto, segmento mais afetado, registrou queda de 14% no ano, enquanto o diesel apresentou redução de 3%. A receita líquida da Ipiranga reduziu 12%, fruto, principalmente, do menor volume de vendas e das movimentações de preços médios de combustíveis. O custo dos produtos vendidos também apresentou queda de 12%, pelos mesmos motivos que afetaram a receita líquida elencados acima. As despesas gerais, administrativas e de vendas caíram 15%, devido principalmente à redução nas despesas com pessoal e frete (menor volume de vendas), além da menor provisão para créditos de liquidação duvidosa e do contingenciamento de despesas em várias frentes. A linha de outros resultados operacionais apresentou redução de 77%, resultado principalmente da apropriação dos custos relativos às metas do Renovabio no valor de R$ 124 milhões em 2020 e menores receitas de *merchandising* com fornecedores, além da constituição de créditos extraordinários de PIS/Cofins nos dois períodos. A linha de resultado na venda de bens registrou um valor positivo de R$ 80 milhões em 2020, fruto da venda de terrenos, dentro do processo de gestão mais ativa dos pontos de venda da Ipiranga. O EBITDA da Ipiranga totalizou R$ 1.712 milhões, redução de 31% em relação a 2019, principalmente devido ao menor volume de vendas e menores margens, agravadas pelas oscilações de preços dos combustíveis, além da variação de outros resultados operacionais. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas iniciativas de contingenciamento de despesas e maior resultado na venda de bens. Na Ipiranga, foram investidos R$ 688 milhões em 2020, direcionados principalmente à ampliação e manutenção das redes de postos e franquias e à infraestrutura logística. Do total investido, R$ 204 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R$ 351 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R$ 132 milhões a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de recebimento.

Extrafarma

A Extrafarma abriu 2 novas lojas e fechou 13 em 2020, uma redução de 3% da rede, que encerrou o ano com 405 lojas. No final do período, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 25% da rede, resultado da maior seletividade na expansão e maior rigor em relação a lojas com baixo desempenho.A receita bruta da Extrafarma apresentou redução de 3% em 2020, em função do menor número de lojas (-3%) e do reflexo da pandemia no fechamento temporário de 7% das lojas localizadas em shoppings durante alguns meses do ano e no menor fluxo de clientes nas lojas. Esses efeitos foram atenuados pelo maior faturamento de mesmas lojas em operação (+4,0%), impulsionado pelo maior ticket médio e pelo reforço e expansão de vendas por meio de canais digitais. O custo dos produtos vendidos reduziu 4% em 2020, principalmente em decorrência de menores vendas. O lucro bruto atingiu R$ 589 milhões (-1%), equivalente a uma margem bruta de 28%, 0,5 p.p. superior a 2019, devido principalmente às melhores margens do varejo e à menor participação nas vendas do segmento atacado, que possui menor margem. As despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 11% em 2020, reflexo do menor número de lojas e das iniciativas de contingenciamento, ganhos de produtividade e otimização logística. A linha de outros resultados operacionais apresentou uma variação de R$ 33 milhões negativos na comparação de 2020 *versus* 2019, resultado da constituição de créditos extraordinários de PIS/Cofins e verbas previdenciárias em 2019. A linha de resultado na venda de bens registrou uma variação positiva de R$ 15 milhões, decorrente principalmente da baixa de investimentos em função do fechamento de lojas em 2019. Além disso, em 2019 foi registrado também um *impairment* no ágio da aquisição da Extrafarma no montante de R$ 593 milhões, sem efeito caixa, como consequência dos resultados inferiores ao do plano inicial. O EBITDA da Extrafarma totalizou R$ 84 milhões em 2020, crescimento de 208% na comparação anual, excluindo os efeitos do *impairment* de 2019. Esse crescimento é consequência do processo de depuração implementado, da maior rentabilização da rede existente, de melhores margens e de iniciativas para ganho de produtividade e redução de despesas. A Extrafarma investiu R$ 39 milhões em 2020, direcionados principalmente à construção do centro de distribuição do Maranhão, à tecnologia da informação e à manutenção e reforma de lojas.

Ultrapar

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS			
R$ milhões	**2020**	**2019**	**∆ (%) 2020 v 2019**
Receita líquida	**81.241**	**89.298**	**-9%**
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(75.628)	(83.187)	-9%
(=) Lucro bruto	**5.613**	**6.111**	**-8%**
(-) Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(4.098)	(4.367)	-6%
(-) Outros resultados operacionais	221	180	23%
(-) Resultado na venda de bens	76	(30)	na
(-) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)	-	(593)	na
(=) Lucro operacional	**1.812**	**1.301**	**39%**
(-) Resultado financeiro	(269)	(507)	-47%
(-) Equivalência patrimonial	(44)	(12)	259%
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.499**	**782**	**92%**
(-) Imposto de renda e contribuição social	(571)	(379)	51%
(=) Lucro líquido	**928**	**403**	**130%**
(=) Lucro líquido ex-não recorrente*	**740**	**869**	**-15%**

* Exclui efeitos não recorrentes (no lucro líquido, efeitos líquidos de impostos):

- 2019: TAC de R$ 66 milhões na Ultracargo, *impairment* de R$ 593 milhões na Extrafarma e baixa de ativos da Oxiteno Andina de R$ 14 milhões na Oxiteno.
- 2020: créditos extraordinários de PIS/Cofins de R$ 156 milhões na Oxiteno e de R$ 12 milhões na Ultracargo.

A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R$ 81.241 milhões em 2020, redução de 9% em relação a 2019, como consequência principalmente da queda na receita da Ipiranga. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R$ 75.628 milhões em 2020, diminuição de 9% em comparação a 2019, em função principalmente da redução do custo na Ipiranga. A Ultrapar apresentou lucro bruto de R$ 5.613 milhões em 2020, queda de 8% frente a 2019, em função da diminuição do lucro agregado da Ipiranga, negócio que foi mais afetado pela pandemia, apesar do crescimento do lucro bruto da Ultragaz, Ultracargo e Oxiteno. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar registraram redução de 6%, devido as diversas iniciativas implementadas para contenção das despesas em todos os negócios, além de fatores específicos de cada negócio, parcialmente atenuados pelos efeitos da inflação. A linha de "outros resultados operacionais" apresentou crescimento de 23% em comparação a 2019, reflexo da constituição de créditos tributários na Oxiteno e Ultracargo em 2020, parcialmente compensados pela apropriação dos custos relativos às metas do Renovabio na Ipiranga também em 2020, TAC na Ultracargo e créditos tributários na Extrafarma, ambos em 2019. O aumento de R$ 106 milhões na linha de resultado na venda de bens decorre principalmente da venda de terrenos na Ipiranga em 2020 e depuração de lojas na Extrafarma e baixa de ativos da Oxiteno Andina, ambos em 2019. O registro de R$ 593 milhões em 2019 na linha de "redução ao valor recuperável de ativos" se refere ao *impairment* do ágio da aquisição da Extrafarma.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO			
R$ milhões	**2020**	**2019**	**∆ (%) 2020 v 2019**
(=) Lucro líquido	**928**	**403**	**130%**
(=) Lucro líquido ex-não recorrentes*	**740**	**869**	**-15%**
(+) Imposto de renda e contribuição social	571	379	51%
(+) Resultado financeiro	269	507	-47%
(+) Depreciação e amortização	1.267	1.145	11%
(=) EBITDA	**3.036**	**2.433**	**25%**
(+) Cash flow hedge dos bonds	154	12	na
(+) Amortização de ativos de contratos com cliente - direito de exclusividade (Ipiranga e Ultragaz)	289	355	-19%
(=) EBITDA Ajustado	**3.479**	**2.800**	**24%**
(=) EBITDA Ajustado ex-não recorrentes*	**3.311**	**3.473**	**-5%**

* Exclui efeitos não recorrentes (no lucro líquido, efeitos líquidos de impostos):

- 2019: TAC de R$ 66 milhões na Ultracargo, *impairment* de R$ 593 milhões na Extrafarma e baixa de ativos da Oxiteno Andina de R$ 14 milhões na Oxiteno.
- 2020: créditos extraordinários de PIS/Cofins de R$ 156 milhões na Oxiteno e de R$ 12 milhões na Ultracargo.

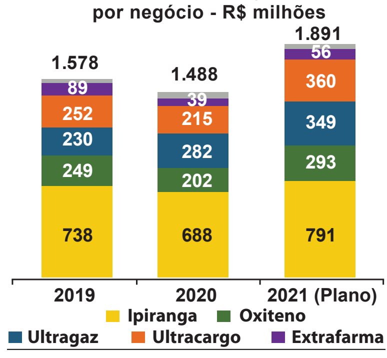
O EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar atingiu R$ 3.311 milhões em 2020, redução de 5% em relação a 2019, em função da diminuição do EBITDA da Ipiranga, negócio mais afetado pela pandemia, apesar do crescimento de EBITDA da Ultragaz, Ultracargo, Oxiteno e Extrafarma. O total de custos e despesas com depreciação e amortização[1] em 2020 foi de R$ 1.557 milhões, aumento de 4% em comparação a 2019, em função dos investimentos realizados ao longo do período e de maiores amortizações de softwares.

[1] Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade.

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R$ 1.812 milhões em 2020, resultado 39% maior que 2019, em função principalmente do *impairment* da Extrafarma em 2019. O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R$ 269 milhões em 2020, redução de 47% frente a 2019, devido principalmente a apropriação de juros sobre créditos tributários extemporâneos no valor de R$ 238 milhões no ano. O lucro líquido ex-não recorrentes da Ultrapar de 2020 alcançou R$ 740 milhões, redução de 15% em relação ao registrado em 2019, principalmente pelo menor EBITDA no período e maiores impostos, atenuados por uma menor despesa financeira. **Resultado *Holding*, coligadas e abastece aí -** Em adição aos resultados dos cinco principais negócios, a Ultrapar registrou um resultado negativo de R$ 169 milhões em 2020, composto principalmente de (i) R$ 107 milhões de despesas da *Holding*, (ii) R$ 42 milhões de EBITDA negativo com o abastece aí (nova empresa de pagamentos digitais), devido às despesas com pessoal, tecnologia e marketing para estruturação e crescimento do negócio e(iii) R$ 20 milhões de EBITDA negativo com as coligadas. **Endividamento -** A Ultrapar encerrou o exercício de 2020 com uma dívida bruta de R$ 17.376 milhões e caixa de R$ 8.672 milhões, perfazendo um endividamento líquido de R$ 8.704 milhões. Considerando os arrendamentos a pagar (IFRS 16), o endividamento líquido totaliza R$ 10.537 milhões, um aumento de R$ 268 milhões em relação a 2019. O endividamento líquido ao final de 2020 corresponde a 3,0x do EBITDA dos últimos 12 meses, estável em relação ao final de 2019, desconsiderando o *impairment* da Extrafarma.

Investimentos e perspectivas

Investimentos orgânicos por negócio - R$ milhões



Em 2020, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R$ 1,5 bilhão, uma queda de 6% em relação ao montante investido em 2019, principalmente devido à redução preventiva de investimentos em 2020 como medida de contingenciamento de caixa, em função do cenário incerto imposto pela pandemia e menor crescimento dos mercados. O plano de investimentos da Ultrapar para 2021 totaliza R$ 1.891 milhões, montante superior aos investimentos realizados em 2019 e 2020. A parcela de investimentos em expansão, que representa cerca de metade do plano, prioriza investimentos para o crescimento dos negócios por meio de aumento de capacidade ou ganhos de eficiência e produtividade, com retornos consequentemente melhores, em linha com o planejamento estratégico da Companhia. Os principais investimentos em expansão inclusos no plano de 2021 estão concentrados na Ipiranga, Ultracargo e Ultragaz. Os investimentos em expansão da Ipiranga se concentram (i) na expansão da infraestrutura logística, com a construção das bases de distribuição em Belém (PA), Cabedelo (PB), Vitória (ES)(concessões obtidas em 2019) e Fortaleza (CE), (ii) no crescimento da rede de postos, por meio da adição de postos com maior galonagem, priorizando o volume vendido, e (iii) na expansão das operações próprias e novas franquias da AmPm. Os investimentos em expansão da Ultracargo serão destinados à construção do terminal em Vila do Conde (PA) e à expansão do terminal de Itaqui (MA), no valor de R$ 280 milhões, que resultará no crescimento de 19% da atual capacidade de armazenagem da empresa. A Ultragaz investirá em expansões com novas bases de engarrafamento em Belém, PA e Fortaleza, CE, que totalizam aproximadamente R$ 70 milhões em 2021, e na captura de novos clientes principalmente no segmento granel. A Oxiteno e a Extrafarma concentrarão seus investimentos de expansão em otimizações logísticas para aumento de produtividade e no crescimento de suas plataformas digitais, respectivamente. Aproximadamente metade do plano de investimentos para 2021 será destinada à sustentação dos negócios, incluindo principalmente investimentos em segurança, manutenção dos ativos e de participação de mercado, renovação e reforma dos pontos de venda, além de investimentos em tecnologia da informação.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes, anexa ao Regimento do Comitê de Auditoria e Riscos, que assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditorias das demonstrações financeiras prestados pelos auditores independentes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que durante o exercício de 2020 contratamos dos nossos auditores independentes trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria das demonstrações financeiras, que representaram 12% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), auditoria para emissão da carta de conforto em conexão com o processo de oferta de títulos de valores mobiliários e revisão de créditos fiscais, que totalizaram R$ 1.156 mil. O prazo de prestação desses serviços foi inferior a um ano. Nossos auditores Independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo	**explicativa**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	948.649	42.580	2.661.494	2.115.379
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4.b	88.100	95.829	5.033.258	3.090.212
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.318.927	3.635.834
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	549.129	436.188
Estoques	6	-	-	3.846.196	3.715.560
Tributos a recuperar	7.a	154	-	1.044.850	1.122.335
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	47.913	49.750	366.080	325.343
Dividendos a receber		150.301	3.074	1.152	3.630
Demais contas a receber		58.300	6.321	56.955	36.765
Despesas antecipadas	10	3.684	72	132.122	111.355
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	478.908	465.454
Total do ativo circulante		1.297.101	197.626	17.489.071	15.058.055
Não circulante					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4.b	-	-	977.408	506.506
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	72.195	53.666
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	419.255	364.748
Sociedades relacionadas	8.a	753.459	759.123	2.824	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	64.993	41.613	974.711	653.694
Tributos a recuperar	7.a	-	-	1.474.808	767.360
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	39.446	39.447	261.205	104.947
Depósitos judiciais	22.a	2	17	949.796	921.443
Ativo de indenização - combinação de negócios	22.c	-	-	204.439	193.496
Demais contas a receber		-	-	20.238	3.430
Despesas antecipadas	10	3.888	255	70.507	69.216
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	1.227.423	1.000.535
Total do ativo realizável a longo prazo		861.788	840.455	6.654.809	4.639.531
Investimentos em:					
Controladas	12.a	10.530.177	10.085.953	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 12.b	-	18.792	139.100	153.076
Coligadas	12.c	-	-	25.588	25.750
Outros		-	-	2.793	2.793
		10.530.177	10.104.745	167.481	181.619
Ativos de direito de uso, líquido	13	35.062	5.799	2.150.286	1.980.912
Imobilizado, líquido	14	14.328	2.532	8.005.860	7.572.762
Intangível, líquido	15	254.242	246.163	1.782.655	1.762.593
Total do ativo não circulante		11.695.597	11.199.694	18.761.091	16.137.417
Total do ativo		12.992.698	11.397.320	36.250.162	31.195.472

	Nota	Controladora		Consolidado	
Passivo	**explicativa**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	16	1.038.499	-	2.306.036	867.871
Debêntures	16.g	9.996	28.713	949.908	249.570
Fornecedores	17	16.870	2.173	2.745.019	2.158.478
Fornecedores - convênio	17	-	-	1.295.633	541.593
Salários e encargos sociais	18	42.400	958	468.630	405.636
Obrigações tributárias	19	812	389	286.014	269.922
Dividendos a pagar	25.h	439.094	14.689	442.133	16.694
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.264	-	169.317	164.757
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	27.077	28.951
Provisão para retirada de tanques	21	-	-	4.267	3.847
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a	-	-	43.660	40.455
Arrendamentos a pagar	13	4.688	144	260.189	206.396
Demais contas a pagar		10.157	3	224.676	213.273
Receita diferida	23	-	-	18.282	27.626
Total do passivo circulante		1.566.780	47.069	9.240.841	5.195.069
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	16	-	-	8.526.064	6.907.113
Debêntures	16.g	1.724.117	1.723.368	5.594.208	6.368.168
Sociedades relacionadas	8.a	5.272	4.220	3.711	3.925
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	12.732	7.531
Benefícios pós-emprego	20.b	2.527	-	257.647	243.916
Provisão para retirada de tanques	21	-	-	49.168	47.395
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a; 22.c	280	399	854.385	884.140
Arrendamentos a pagar	13	33.246	5.855	1.573.099	1.382.277
Bônus de subscrição - indenização	24	86.439	130.657	86.439	130.657
Provisão para passivo a descoberto de controladas e empreendimento controlado em conjunto	12.a;12.b	35.794	27.497	2.096	-
Demais contas a pagar		4.497	-	139.507	190.106
Total do passivo não circulante		1.892.172	1.891.996	17.099.056	16.165.228
Patrimônio líquido					
Capital social	25.a; 25.f	5.171.752	5.171.752	5.171.752	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	25.b	22.404	11.970	22.404	11.970
Reserva de capital	25.d	594.049	542.400	594.049	542.400
Ações em tesouraria	25.c	(489.068)	(485.383)	(489.068)	(485.383)
Reserva de reavaliação de controladas	25.e	4.337	4.522	4.337	4.522
Reservas de lucros	25.f	4.408.275	3.995.414	4.408.275	3.995.414
Ajustes de avaliação patrimonial	25.g.1	(464.990)	(146.317)	(464.990)	(146.317)
Ajustes acumulados de conversão	25.g.2	231.596	102.427	231.596	102.427
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	25.h	55.391	261.470	55.391	261.470
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		9.533.746	9.458.255	9.533.746	9.458.255
Acionistas não controladores de controladas		-	-	376.519	376.920
Total do patrimônio líquido		9.533.746	9.458.255	9.910.265	9.835.175
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.992.698	11.397.320	36.250.162	31.195.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receita líquida de vendas e serviços	26	-	-	81.241.102	89.297.975
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	-	-	(75.628.214)	(83.187.109)
Lucro bruto		-	-	5.612.888	6.110.866
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	27	-	-	(2.547.850)	(2.610.384)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(13.947)	(30.003)
Gerais e administrativas	27	-	-	(1.536.580)	(1.726.253)
Resultado na venda de bens	28	-	-	76.150	(30.019)
Redução ao valor recuperável de ativos	15; 28	-	-	-	(593.280)
Outros resultados operacionais, líquidos	29	1.755	312	221.394	179.625
Lucro operacional		1.755	312	1.812.055	1.300.552
Equivalência patrimonial	12	950.566	394.793	(43.617)	(12.145)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		952.321	395.105	1.768.438	1.288.407
Receitas financeiras	30	43.022	73.201	527.710	457.289
Despesas financeiras	30	(120.907)	(122.359)	(797.084)	(964.143)
Resultado financeiro líquido	30	(77.885)	(49.158)	(269.374)	(506.854)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		874.436	345.947	1.499.064	781.553
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9.b; 9.c	(4.299)	-	(659.306)	(476.074)
Diferido	9.b	23.246	27.579	87.939	97.465
		18.947	27.579	(571.367)	(378.609)
Lucro líquido do exercício		893.383	373.526	927.697	402.944
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		893.383	373.526	893.383	373.526
Acionistas não controladores de controladas		-	-	34.314	29.418
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada anual) - R$					
Básico	31	0,8218	0,3437	0,8218	0,3437
Diluído	31	0,8170	0,3418	0,8170	0,3418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 *(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)*

	Nota	Controladora				Consolidado			
	explicativa	**31/12/2020**	**%**	**31/12/2019**	**%**	**31/12/2020**	**%**	**31/12/2019**	**%**
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e *royalties*	26	-		-		87.582.515		95.034.980	
Abatimentos, descontos e devoluções	26	-		-		(1.871.825)		(1.494.814)	
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	5	-		-		(13.947)		(30.003)	
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-		-		(289.436)		(355.250)	
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	28;29	-		-		297.544		149.606	
		-		-		85.704.851		93.304.519	
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-		-		(6.098.913)		(5.621.164)	
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-		-		(69.648.742)		(77.651.614)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		172.813		12.255		(2.743.436)		(2.657.370)	
Redução ao valor recuperável de ativos "*impairment*"	15.a; 28	-		-		-		(593.280)	
(Perda) Recuperação de valores de ativos		1		-		(44.763)		(29.876)	
		172.814		12.255		(78.535.854)		(86.553.304)	
Valor adicionado bruto		172.814		12.255		7.168.997		6.751.215	
Retenções									
Depreciações e amortizações	13a; 14; 15	(7.465)		-		(1.267.163)		(1.144.705)	
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	14; 15	-		-		(15.683)		(14.918)	
		(7.465)		-		(1.282.846)		(1.159.623)	
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		165.349		12.255		5.886.151		5.591.592	
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	12	950.566		394.793		(43.617)		(12.145)	
Aluguéis e *royalties*	26	-		-		110.929		144.354	
Receitas financeiras	30	43.022		73.201		527.710		457.289	
		993.588		467.994		595.022		589.498	
Valor adicionado total a distribuir		1.158.937		480.249		6.481.173		6.181.090	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		134.453	12	9.890	2	1.965.227	30	2.098.706	34
Impostos, taxas e contribuições		1.374	-	(23.016)	(5)	2.959.368	45	2.798.355	45
Despesas financeiras e aluguéis		129.727	11	119.849	25	628.881	10	881.085	14
Dividendos distribuídos		479.748	41	354.850	74	504.127	8	355.843	6
Lucros retidos		413.635	36	18.676	4	423.570	7	47.101	1
Valor adicionado distribuído		1.158.937	100	480.249	100	6.481.173	100	6.181.090	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro líquido do exercício		893.383	373.526	927.697	402.944
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros próprio, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	126	6	126	6
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	(313.397)	(51.346)	(313.397)	(51.325)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	190	(978)	190	(978)
Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos e de imposto de renda e contribuição social	25.g.2	129.169	36.570	129.169	36.570
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
(Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego próprio, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	156	-	156	-
(Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	(6.623)	(23.219)	(17.918)	(29.996)
(Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	875	(6.791)	875	(6.791)
Resultado abrangente do exercício		703.879	327.768	726.898	350.430
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		703.879	327.768	703.879	327.768
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	23.019	22.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		893.383	373.526	927.697	402.944
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	12	(950.566)	(394.793)	43.617	12.145
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	289.436	355.250
Amortização de ativos de direito de uso	13.a	4.690	-	328.322	300.058
Depreciações e amortizações	14; 15	2.775	-	938.841	844.647
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	14; 15	-	-	15.683	14.918
Juros, variações monetárias e cambiais		99.209	65.346	904.937	1.248.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(23.246)	(27.579)	(87.939)	(97.465)
Resultado na venda de bens	28	-	-	(76.150)	30.019
Redução ao valor recuperável de ativos "*impairment*"	15.a; 28	-	-	-	593.280
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	5	-	-	13.947	30.003
Provisão para perda em estoques	6	-	-	269	(816)
Provisão para benefício pós-emprego	20.b	(2.195)	-	(22.950)	10.682
Instrumento patrimonial outorgado	8.c	4.526	-	10.434	7.661
Provisão de descarbonização - CBIO)	15; 29	-	-	124.287	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a; 22.c	(119)	(399)	18.817	6.604
Demais provisões e ajustes		895	-	(795)	2.364
		29.352	16.101	3.428.453	3.761.035
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	209.468	361.563
Estoques	6	-	-	(125.001)	(357.553)
Impostos a recuperar	7	1.683	(10.045)	36.748	(550.805)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		299.749	1.521.209	4.836	4.108
Demais contas a receber		(51.979)	(2.731)	(20.191)	21.737
Despesas antecipadas	10	(3.612)	(173)	(74.622)	(15.507)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	17	14.697	1.901	1.147.541	(31.605)
Salários e encargos sociais	18	41.442	730	62.994	(22.556)
Obrigações tributárias	19	423	(11.174)	16.092	1.917
Imposto de renda e contribuição social		4.264	(9.238)	347.224	250.486
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	(1.874)	(16.704)
Demais contas a pagar		10.153	(3.970)	307	66.819
Receita diferida	23	-	-	(9.344)	1.054
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	(73.036)	11.422
Impostos a recuperar	7	-	9.238	(863.706)	(19.526)
Depósitos judiciais		15	(17)	(28.353)	(39.936)
Demais contas a receber		-	-	(27.751)	(797)
Despesas antecipadas	10	(3.633)	(225)	14.965	(4.379)
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	20.b	4.958	-	12.072	(15.415)
Demais contas a pagar		7.240	(939)	(49.282)	27.698
Receita diferida	23	-	-	-	(11.850)
Aquisição de CBIO	15	-	-	(125.345)	-
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	(356.045)	(330.068)
Pagamentos de contingências	22.a	-	-	(45.367)	(25.080)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(342.664)	(141.206)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		354.752	1.510.667	3.138.119	2.924.852
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	4.b	7.729	470.101	(1.116.774)	(555.378)
Aquisição de imobilizado	14	(13.539)	(2.532)	(965.747)	(1.020.042)
Aquisição de intangível	15	(9.111)	-	(185.067)	(151.997)
Aporte de capital em controlada	12.a	(97.956)	(1.453.964)	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	12.b	-	-	(28.840)	(79.124)
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso	13	-	-	-	(68.007)
Receita com a venda de bens	28	-	-	160.023	39.287
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(112.877)	(986.395)	(2.136.405)	(1.835.261)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	16	994.996	-	3.591.624	2.105.737
Amortização	16	-	-	(2.795.002)	(2.644.704)
Juros pagos	16	(68.788)	(112.675)	(740.853)	(1.469.780)
Contraprestação de arrendamento	13	(6.256)	-	(360.787)	(321.716)
Dividendos pagos	25.h	(261.422)	(594.381)	(284.767)	(596.436)
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste		-	-	-	(2.180)
Aumento de capital realizado por acionistas não-controladores da Iconic		-	-	-	6.996
Sociedades relacionadas	8.a	5.664	53.049	(2.548)	(146)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos		664.194	(654.007)	(592.333)	(2.922.229)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira		-	-	136.734	9.066
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		906.069	(129.735)	546.115	(1.823.572)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.a	42.580	172.315	2.115.379	3.938.951
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.a	948.649	42.580	2.661.494	2.115.379
Transações sem efeito caixa:					
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	13.a	31.245	-	484.121	334.857
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	193.040	-
Fundo de reversão - previdência privada	10; 20.a	-	-	47.088	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - *(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ação)*

							Reservas de lucros						Patrimônio líquido atribuível a:		
	Nota explicativa	Capita social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Legal	Estatutária para inves-timentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumu-lados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**5.171.752**	**11.970**	**542.400**	**(485.383)**	**4.522**	**705.341**	**3.290.073**	**(146.317)**	**102.427**	**-**	**261.470**	**9.458.255**	**376.920**	**9.835.175**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	893.383	-	893.383	34.314	927.697
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social:															
Próprio	25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	126	-	-	-	126	-	126
Controladas	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(313.397)	-	-	-	(313.397)	-	(313.397)
Empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	190	-	-	-	190	-	190
(Ganhos) perdas de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social:															
Próprio	25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	156	-	-	-	156	-	156
Controladas	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(6.623)	-	-	-	(6.623)	(11.295)	(17.918)
Empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	875	-	-	-	875	-	875
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	12.a; 25.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	129.169	-	-	129.169	-	129.169
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(318.673)	129.169	893.383	-	703.879	23.019	726.898
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	25.d	-	-	54.763	-	-	-	-	-	-	-	-	54.763	-	54.763
Plano de ações	8.c	-	-	(3.114)	(3.685)	-	-	-	-	-	-	-	(6.799)	-	(6.799)
Instrumento patrimonial outorgado próprio	25.b	-	4.526	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.526	-	4.526
Instrumento patrimonial outorgado de controladas	12.a; 25.b	-	5.908	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.908	-	5.908
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	25.e	-	-	-	-	(185)	-	-	-	-	185	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	(774)	-	-	774	-	-	-	-
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.001)	-	(1.001)	1.001	-
Transações com sócios - alterações de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42	(42)	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.379)	(24.379)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	25.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(261.470)	(261.470)	-	(261.470)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	25.f; 25.h	-	-	-	-	-	44.669	-	-	-	(44.669)	-	-	-	-
Reserva Estatutária para Investimentos	25.f; 25.h	-	-	-	-	-	-	368.966	-	-	(368.966)	-	-	-	-
Dividendos propostos (R$ 0,44 por ação)	25.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(479.748)	55.391	(424.357)	-	(424.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**5.171.752**	**22.404**	**594.049**	**(489.068)**	**4.337**	**750.010**	**3.658.265**	**(464.990)**	**231.596**	**-**	**55.391**	**9.533.746**	**376.519**	**9.910.265**
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**5.171.752**	**4.309**	**542.400**	**(485.383)**	**4.712**	**686.665**	**3.412.427**	**(63.989)**	**65.857**	**-**	**109.355**	**9.448.105**	**351.924**	**9.800.029**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	373.526	-	373.526	29.418	402.944
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social:															
Próprio	25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	6	21	27
Controladas	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(51.346)	-	-	-	(51.346)	-	(51.346)
Empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(978)	-	-	-	(978)	-	(978)
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(30.010)	-	-	-	(30.010)	(6.777)	(36.787)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	12.a; 25.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	36.570	-	-	36.570	-	36.570
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(82.328)	36.570	373.526	-	327.768	22.662	350.430
Instrumento patrimonial outorgado de controladas	12.a; 25.b	-	7.661	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.661	-	7.661
Transação com sócios - ganho no reembolso de ações preferenciais B da Oxiteno Nordeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.489	-	1.489	(1.489)	-
Realização da reserva de reavaliação	25.e	-	-	-	-	(190)	-	-	-	-	190	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	25.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)	-	(31)	-	(31)
Tranferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	1.648	-	-	(1.648)	-	-	-	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(993)	(993)
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.180)	(2.180)
Aumento de capital realizado por acionista não-controladores da Iconic		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.996	6.996
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	25.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.355)	(109.355)	-	(109.355)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	25.f; 25.h	-	-	-	-	-	18.676	-	-	-	(18.676)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R$ 0,20 por ação)	25.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(217.382)	-	(217.382)	-	(217.382)
Dividendos propostos (R$ 0,24 por ação)	25.h	-	-	-	-	-	-	(124.002)	-	-	(137.468)	261.470	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**5.171.752**	**11.970**	**542.400**	**(485.383)**	**4.522**	**705.341**	**3.290.073**	**(146.317)**	**102.427**	**-**	**261.470**	**9.458.255**	**376.920**	**9.835.175**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL - A Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque ("NYSE") por meio de American Depositary Receipts ("ADRs") nível III sob o código UGP. A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga"), na produção e comercialização de produtos químicos ("Oxiteno"), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo") e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos ("Extrafarma"). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 32. ***a.* Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19 -** A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Sociedade constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia. Desde o início da pandemia do coronavírus, a Sociedade e suas controladas atuaram em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira. Todas as atividades das empresas controladas pela Sociedade são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia. A Sociedade e suas controladas adotaram com agilidade o regime de *home office* para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, as empresas praticaram diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como *lives* direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas. Por meio de um comitê multidisciplinar, foi estruturado um plano de retomada gradual para a volta dos colaboradores das áreas administrativas aos escritórios, a partir da adequação dos locais de trabalho através de inúmeras medidas preventivas e intensificação da limpeza e segurança, conforme as orientações dos governos estaduais e municipais e entidades de saúde. Com o objetivo de preservar o compromisso de manter os colaboradores nos respectivos postos de trabalho e mitigar os impactos da crise, a Sociedade e suas controladas se adaptaram às flexibilizações trabalhistas anunciadas pelo governo, como redução de jornada e/ou de salário, suspensão de contratos e reorganização do plano de férias, conforme necessidade. As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades das controladas em operação, garantindo a entrega dos serviços essenciais para a população e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros. Permanece incerto até que ponto as informações financeiras, após 31 de dezembro de 2020, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta a crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade e de suas controladas. **Impactos operacionais -** As medidas implementadas de isolamento social, restrições à movimentação de pessoas e a operação de certos negócios impactaram de forma significativa a atividade econômica no Brasil. A Ultragaz apresentou no segundo trimestre queda no volume vendido no segmento granel, em função da menor demanda das indústrias e de pequenas e médias empresas, que foram diretamente impactadas pelas medidas de isolamento social. No entanto, esse efeito foi compensado pelo aumento nas vendas no segmento envasado, em razão da maior demanda de GLP para uso residencial. Na parte de custos e despesas, a Ultragaz incorreu em gastos adicionais com fretes, devido à necessidade de retiradas de GLP em polos de abastecimento mais distantes, materiais de proteção e contratação de mão de obra temporária, além de diversas doações para hospitais de campanha e comunidades carentes. Não houve registro de aumento de inadimplência no período. No segundo semestre, a Ultragaz teve uma recuperação no volume do segmento granel, impulsionada pela retomada da indústria, enquanto as vendas no segmento envasado continuaram retornando gradualmente a patamares pré-pandemia. A Ultracargo registrou uma menor movimentação de combustíveis no segundo trimestre, fruto da retração da demanda, atenuada por contratações *spot*. Adicionalmente, foram registrados cerca de R$ 2 milhões em despesas extras com materiais de proteção e doações. A atuação em medidas de ganho de produtividade e a recuperação de créditos fiscais implementadas contribuíram para a melhora de resultados no segundo trimestre. No segundo semestre, a Ultracargo apresentou aumento na movimentação de produtos e de metros cúbicos faturados, fruto das expansões de capacidade ao longo do segundo semestre de 2019 até o primeiro semestre de 2020. Na Oxiteno, os segmentos de tintas, automotivo e óleo & gás sofreram retração na demanda no segundo trimestre, efeito que foi parcialmente compensado pelo maior volume de vendas nos segmentos de *Home & Personal Care e Crop Solutions*. No terceiro trimestre, a Oxiteno teve uma recuperação no volume de vendas para os setores de fluidos automotivos, tintas e vernizes, com manutenção do crescimento dos volumes para o setor de higiene e beleza. No quarto trimestre, o volume da Oxiteno ficou praticamente em linha com o terceiro trimestre. Em adição, a unidade dos EUA seguiu em processo de *ramp-up,* contribuindo com o aumento no volume de vendas no período e recuperação de rentabilidade da empresa. A Ipiranga foi o negócio mais impactado pela crise em função das medidas de isolamento e distanciamento social. Em abril, os volumes vendidos de ciclo Otto e diesel registraram uma queda de 37% e 17%, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em maio e junho os volumes vendidos registraram importante e gradual recuperação em relação a abril. Adicionalmente, a forte volatilidade nos preços de petróleo e derivados a partir do final de março, combinada com uma queda abrupta no preço do etanol em abril, ocasionaram perdas significativas de estoque no segundo trimestre. Para mitigar esses efeitos, a Ipiranga agiu prontamente com iniciativas para contenção de caixa e redução de despesas em diversas áreas, que possibilitaram a redução das despesas gerais, administrativas e de vendas em 32% na comparação anual. O nível de inadimplência registrado apresentou ligeiro aumento e manteve-se em patamares regulares para o período. No terceiro trimestre, observou-se uma evolução gradual nos volumes vendidos de combustíveis ao longo do trimestre e uma melhora no ambiente operacional, que possibilitou uma recuperação significativa dos resultados em relação ao segundo trimestre. No quarto trimestre, o volume vendido foi 5% maior que o terceiro trimestre, com crescimento de 18% no ciclo otto, fruto da recuperação gradual ao longo dos meses, atenuado pela redução de 5% no diesel. A Extrafarma apresentou queda no faturamento de aproximadamente R$ 45 milhões no segundo trimestre, principalmente em função do fechamento temporário de lojas localizadas em shoppings e da redução do fluxo de clientes nas lojas que permaneceram abertas. Em contrapartida, esta queda foi parcialmente compensada pelo rápido reforço ou expansão das operações de vendas por meio de canais como *delivery* e parcerias com aplicativos de entrega. Adicionalmente, a aprovação da Medida Provisória nº 936 pelo Governo Federal, envolvendo a suspensão de contratos e redução temporária de salários, bem como outras iniciativas internas de ganho de produtividade, contribuíram para uma redução de despesas no patamar de R$ 8 milhões, minimizando o impacto no resultado do segundo trimestre. No terceiro trimestre, a Extrafarma reabriu as lojas localizadas em shoppings, contribuindo com um aumento no faturamento e diluição dos custos em relação ao segundo trimestre. Durante o quarto trimestre, as lojas localizadas em shoppings permaneceram com fluxo de pessoas aquém do período pré-pandemia. **Principais riscos e medidas associadas -** Risco de crédito – a controlada Ipiranga implementou um pacote de ajuda para revendedores Ipiranga, incluindo antecipação dos créditos das vendas pelo aplicativo Abastece Aí, postergação de pagamentos de aluguéis e financiamentos e suspensão temporária de cláusulas de performance de volume. Essas ações amenizaram os impactos da pandemia sobre a condição financeira de seus clientes e, por consequência, mitigaram seus potenciais efeitos sobre as taxas de inadimplência da Ipiranga, que se mantiveram nos mesmos patamares de 2019. Os efeitos das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa do trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 estão divulgados nas notas explicativas nº 5 e 33.d. Risco de redução ao valor recuperável de ágios e intangíveis de vida útil indefinida – a Sociedade e suas controladas revisaram as projeções utilizadas nos testes de redução ao valor recuperável de ágios e ativos alocados às unidades geradoras de caixa, considerando os impactos atuais da pandemia. Os testes de redução ao valor recuperável não apontaram necessidade de reconhecimento de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2020. Risco de realização de ativos fiscais diferidos – a Sociedade e suas controladas realizaram estudo técnico de viabilidade de realização de créditos fiscais diferidos, considerando as projeções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração para cada segmento de negócios e não identificou necessidade de baixas para o período findo em 31 de dezembro de 2020. Riscos em instrumentos financeiros – o aumento da volatilidade nos mercados financeiros poderá impactar os resultados financeiros conforme análises de sensibilidades apresentadas na nota explicativa nº 33. Risco de liquidez – com o objetivo de reforçar a liquidez e posição de caixa da Sociedade, tendo em vista a incerteza gerada pela pandemia, ao final de março e início de abril de 2020, a Sociedade e suas controladas contrataram R$ 1,5 bilhão em novos financiamentos com vencimento em um ano. Desse total, R$ 1,3 bilhão foi obtido por meio de emissão de notas promissórias com crédito em abril, sendo R$ 0,3 bilhão liquidado antecipadamente em novembro de 2020. Além disso, como medida de contenção de caixa, a Sociedade anunciou em abril a redução de até 30% em seu plano de investimentos para 2020 e, em agosto, a Administração optou pelo não pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2020. Como consta no Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios serão pagos após a divulgação dos resultados do ano. Em julho de 2020, a Sociedade realizou a reabertura dos bonds emitidos no mercado internacional com vencimento em 2029 e captou US$ 350 milhões com cupom de 5,25% ao ano. Os recursos foram utilizados para pagamento de dívidas com vencimento no curto prazo, permitindo o alongamento do perfil da dívida da Sociedade, além de reforçar a posição de caixa. A administração da Sociedade e de suas controladas manteve a disciplina no controle de custos e despesas para preservação de caixa em todos os negócios e a seletividade na alocação de capital sem comprometer o crescimento sustentável dos negócios.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. ***a. Apuração do resultado -*** A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho e modalidade de frete da entrega. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 32. As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11). A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado à medida em que cada obrigação de desempenho são cumpridas ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.a. A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.b. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento. As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado em despesas gerais e administrativas e totalizaram R$ 63.746 em 2020 (R$ 61.589 em 2019). ***b. Caixa e equivalentes de caixa -*** Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a. ***c. Ativos financeiros -*** A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado. • Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir: • Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o *hedge* se torna inefetivo. • Contabilidade de proteção (*hedge* accounting) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado. • Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão", enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior. Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 33. ***d. Contas a receber e financiamentos a clientes -*** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5.a e 33.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) a duração do contrato, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. Os financiamentos a clientes são concedidos a taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide notas explicativas nº 5.b e 33.d.3). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas subsidiadas são de 0% a.m. e 1% a.m. respectivamente. Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro. ***e. Estoques -*** Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações. ***f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade -*** Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11). ***g. Investimentos -*** As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias. ***h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar -*** A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos.A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.u). Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 34.c). A Sociedade e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida. ***i. Imobilizado -*** Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14). As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens. ***j. Intangível -*** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo: • Ágios por expectativa de rentabilidade futura ("ágio") são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a). • Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente. A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e). ***k. Demais ativos -*** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente. ***l. Passivos financeiros -*** Os passivos financeiros incluem fornecedores, demais contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h). ***m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido -*** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9. Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária. ***n. Provisão para retirada de tanques -*** Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis de propriedade da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil do bem. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa n° 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. ***o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas -*** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22). ***p. Benefícios pós-emprego -*** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". ***q. Demais passivos -*** Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. ***r. Transações em moeda estrangeira -*** As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação. ***s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior - s.1 Controladas com autonomia administrativa -*** Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão" e serão reconhecidos no resultado se e quando esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 231.596 de ganho cambial (R$ 102.427 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2019), vide nota explicativa nº 25.g.2. As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

Controlada	Moeda funcional	País
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai

(i) A controlada Oxiteno Uruguay S.A. ("Oxiteno Uruguay") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano ("US$"), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda. ***s.2 Controladas sem autonomia administrativa -*** Os

(continua)

ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2020 totalizou R$ 30.928 (ganho de R$ 2.444 em 2019). ***t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos -*** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. ***t.1 Julgamentos -*** As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.I, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c). ***t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas -*** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.I, 4, 16 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33.d.3), determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas. ***u. Redução ao valor recuperável de ativos -*** A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma") (vide nota explicativa nº 15.a). ***v. Combinação de negócios -*** Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve combinações de negócios. ***w. Demonstrações de valor adicionado -*** As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, conforme Lei 11.638/07, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar. ***x. Demonstrações dos fluxos de caixa -*** A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamento e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos nas atividades de investimentos. ***y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB -*** Não existem normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que não tenham sido adotadas pela Sociedade. ***z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras -*** A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração ("CA") da Sociedade em 24 de fevereiro de 2021.

3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - ***a. Princípios de consolidação -*** Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados. A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle. Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade. ***b. Participações societárias -*** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

			% participação no capital social			
			31/12/2020		31/12/2019	
			Controle		Controle	
	Localidade	**Segmento**	**Direto**	**Indireto**	**Direto**	**Indireto**
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. (1)	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A. (2)	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
UVC Investimentos Ltda (3)	Brasil	Outros	-	99	-	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias (4)	Brasil	Ipiranga	100	-	-	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados	Brasil	Outros	-	100	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior (5)	Brasil	Outros	100	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A. (6)	Brasil	Abastece Aí	100	-	-	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados. (1) Empresa não operacional em fase de extinção. (2) Em outubro de 2020, houve alteração na participação do capital da empresa Utingás que passou a ser controlada pela Companhia Ultragaz S.A. ("Ultragaz"). (3) Companhia constituída em janeiro de 2020, a L.I.Z.S.P.E tem como objeto social a consultoria em avaliação de viabilidade financeira de negócios, gestão de negócios, assessoria econômica e financeira entre outros. Em setembro de 2020 a razão social da companhia foi alterada para "UVC Investimentos Ltda". (4) Em maio de 2020 houve alteração na participação do capital da empresa Millennium que passou a ser controlada direta da Sociedade. (5) Fundo constituído em janeiro de 2020, o UVC tem como objetivo investir em empresas promissoras que possam se alavancar ou sejam complementares aos negócios da Sociedade, além de apoiar o mapeamento e compartilhamento de *startups* e novas tecnologias. (6) Companhia criada em julho de 2020 sobre as bases dos programas Abastece Aí e Km de Vantagens para atuar no segmento de pagamentos digitais sob a marca Abastece Aí.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS DE PROTEÇÃO - Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários ("DI"), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros. Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas. Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R$ 8.672.160 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 5.712.097 em 31 de dezembro de 2019) e estão distribuídos conforme abaixo: ***a.Caixa e equivalentes de caixa -*** O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	9.419	381	285.306	182.237
Em moeda estrangeira	-	-	119.775	102.755
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	939.230	42.199	2.241.852	1.780.939
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	14.561	49.448
Total de caixa e equivalentes de caixa	948.649	42.580	2.661.494	2.115.379

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção - As aplicações financeiras que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	88.100	95.829	3.749.852	2.610.686
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	1.278.940	303.417
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	981.874	682.615
Total de aplicações financeiras	88.100	95.829	6.010.666	3.596.718
Circulante	88.100	95.829	5.033.258	3.090.212
Não circulante	-	-	977.408	506.506

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33.i).

5 CONTAS A RECEBER E FINANCIAMENTOS A CLIENTES (CONSOLIDADO) - a. Contas a receber de clientes - A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Clientes nacionais	3.443.641	3.867.163
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	151	739
Clientes estrangeiros	326.442	223.308
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	2.984	3.176
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(382.096)	(404.886)
	3.391.122	3.689.500
Circulante	3.318.927	3.635.834
Não circulante	72.195	53.666

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
	Total	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2020	3.773.218	2.963.163	124.606	27.970	21.389	47.169	588.921
31/12/2019	4.094.386	3.199.315	159.350	27.320	12.245	61.489	634.667

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
	Total	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2020	382.096	21.219	2.154	1.751	2.233	13.378	341.361
31/12/2019	404.886	28.861	1.456	1.625	3.749	23.698	345.497

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	385.080
Adições	189.192
Reversões	(119.640)
Baixas	(49.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	404.886
Adições	194.220
Reversões	(203.994)
Baixas	(13.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	382.096

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº 33.d.3. ***b. Financiamentos a clientes -*** A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.165.395	956.942
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(197.011)	(156.006)
	968.384	800.936
Circulante	549.129	436.188
Não circulante	419.255	364.748

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
	Total	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2020	1.165.395	787.904	10.230	15.237	21.200	28.989	301.835
31/12/2019	956.942	644.488	26.262	10.481	12.616	30.144	232.951

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
	Total	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2020	197.011	22.872	785	1.812	2.397	14.684	154.461
31/12/2019	156.006	21.337	2.519	1.063	1.313	14.639	115.135

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.699
Adições	30.601
Reversões	(14.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	156.006
Adições	74.745
Reversões	(29.791)
Baixas	(3.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	197.011

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº 33.d.3.

6 ESTOQUES (CONSOLIDADO) - A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	**Provisão para perdas**	**Saldo líquido**	**Custo**	**Provisão para perdas**	**Saldo líquido**
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.682.841	(5.344)	1.677.497	1.843.257	(2.073)	1.841.184
Produtos acabados	646.180	(22.281)	623.899	541.689	(22.048)	519.641
Produtos em elaboração	1.450	-	1.450	1.971	-	1.971
Matérias-primas	568.185	(1.827)	566.358	365.960	(2.552)	363.408
Gás liquefeito de petróleo - GLP	110.767	(5.761)	105.006	101.715	(5.761)	95.954
Materiais de consumo e outros itens para revenda	129.559	(2.598)	126.961	140.058	(2.587)	137.471
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	521.689	(2.611)	519.078	549.191	(2.877)	546.314
Compra para entrega futura (1)	198.986	(464)	198.522	183.170	(2.719)	180.451
Imóveis para revenda	27.532	(107)	27.425	29.273	(107)	29.166
	3.887.189	(40.993)	3.846.196	3.756.284	(40.724)	3.715.560

(1) Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis. A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(5.174)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	4.296
Oxiteno Andina (i)	(985)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.724
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.245
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(1.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.993

(i) Refere-se à baixa de ativos da Oxiteno Andina de 2019 (vide nota explicativa nº 3.b.3 das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2020). A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Ajuste ao valor de realização	17.488	15.243
Obsolescência e outras perdas	23.505	25.481
Total	40.993	40.724

7 TRIBUTOS A RECUPERAR - ***a. Impostos a recuperar (Consolidado) -*** Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2020	**31/12/2019**
ICMS (a.1)	1.129.325	872.670
PIS e COFINS (a.2) (a.3)	1.297.029	930.570
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	35.600	29.707
Outros	57.704	56.748
Total	2.519.658	1.889.695
Circulante	1.044.850	1.122.335
Não circulante	1.474.808	767.360

a.1 O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações: (i) As controladas Oxiteno S.A., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA") e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") acumulam créditos no montante de R$ 195.037 (R$ 151.393 em 31 de dezembro de 2019) uma vez que realizaram preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia; (ii) As controladas Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP"), Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana"), Ultragaz, AMPM, Iconic Lubrificantes S.A. ("Iconic") possuem créditos no montante de R$ 754.882 (R$ 563.565 em 31 de dezembro de 2019) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")), no caso das controladas Ipiranga, Bahiana e Ultragaz e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior a da operação efetiva praticada pela controlada Ipiranga; (iii) A controlada Extrafarma possui créditos no montante de R$ 179.405 (R$ 157.713 em 31 de dezembro de 2019) oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste, bem como, das restituições da parcela do ICMS-ST pago a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior a da operação efetiva. Os valores de ICMS a recuperar classificados no ativo circulante são consumidos pelas próprias operações, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo médio de até 10 anos. A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

Até 1 ano	422.548
De 1 ano a 2 anos	362.062
De 2 anos a 3 anos	200.586
De 3 anos a 5 anos	88.483
De 5 anos a 7 anos	26.420
De 7 anos a 10 anos	29.226
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	1.129.325

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas. **a.2** O saldo refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R$ 651.051 (R$ 539.026 em 31 de dezembro de 2019), cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRF") em um prazo estimado pela administração de 2 anos. As controladas Extrafarma, Tropical Transportes Ipiranga Ltda ("Tropical"), Emca, Oleoquímica e Oxiteno S.A. possuem créditos no montante de R$ 645.978 (R$ 391.544 em 31 de dezembro de 2019) oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 22.d.1). Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos **a.3.** Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. As controladas Extrafarma, Tequimar, Tropical e Oxiteno S.A. possuem créditos oriundos de decisões definitivas favoráveis transitadas em julgado sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 22.d), tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente exercício de 2020, o montante de R$ 746.962 (R$ 338.110 até 2019). Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos. ***b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar -*** Estão representados por IRPJ e da CSLL a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
IRPJ e CSLL	87.359	89.197	627.285	430.290
Circulante	47.913	49.750	366.080	325.343
Não circulante	39.446	39.447	261.205	104.947

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

8 PARTES RELACIONADAS - ***a. Sociedades relacionadas -*** Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo: ***a.1 Controladora***

	Ativo		Passivo		
	Debêntures [1]	**Demais contas a receber**	**Contas a pagar**	**Demais contas a pagar**	**Resultado Financeiro [1]**
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	753.459	15.545	-	-	23.812
Cia Ultragaz S.A.	-	10.147	-	8.469	-
SERMA - Associação dos usuários de equipamentos de processamentos de dados	-	9.635	-	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	3.785	5.272	142	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	-	4.476	-	548	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda	-	3.700	-	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	-	1.695	-	277	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	831	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	69	-	-	-
Eai Clube Automobilista S.A.	-	-	-	35	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	13	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	753.459	49.896	5.272	9.471	23.812

	Ativo	Passivo	
	Debêntures [1]	**Contas a pagar**	**Resultado Financeiro [1]**
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	759.123	-	50.884
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	4.220	-
Total em 31 de dezembro de 2019	759.123	4.220	50.884

(1) Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI. ***a.2 Consolidado -*** Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	**Passivo**
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (1)	-	2.875
Routeasy Serviços de Assessoria Logística LTDA (2)	2.334	-
Outros (1)	490	836
Total em 31 de dezembro de 2020	2.824	3.711

	Mútuos	
	Ativo	**Passivo**
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (1)	-	2.875
Outros (1)	490	1.050
Total em 31 de dezembro de 2019	490	3.925

(1) Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. (2) Os mútuos contratados possuem prazo de 36 meses podendo ser prorrogada de comum acordo entre as partes sendo remunerado pelo DI acrescido de um prêmio de 3% a.a..

	Operações comerciais				
	Contas a receber (1)	**Fornecedores (1)**	**Vendas e serviços prestados**	**Compras**	**Despesas**
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.772	471	19.077	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	65.215	-	314.587	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	151	104	3.062	154	-
LA'7 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (a)	-	-	-	-	1.613
Chevron (Thailand) Limited	166	6	-	759	-
Chevron Brasil Óleos Basicos LTDA	-	6	-	-	-
Chevron Latin America Marketing LLC	118	-	-	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	3	-	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	823	-	-	-	-
Chevron Marine Products	1.873	-	-	-	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	37.482	-	108.198	-
Chevron Products Company	-	87.754	-	247.578	-
Chevron Belgium NV	-	785	-	6.707	-
Chevron Petroleum CO Colombia	1	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	3.135	193.124	3.533	697.060	1.613

	Operações comerciais					
	Contas a receber (1)	**Fornecedores (1)**	**Demais a pagar**	**Vendas e serviços prestados**	**Compras**	**Despesas**
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.545	-	1	18.565	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	264.602	-	-	1.019.108	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	739	113	-	7.385	121	-
LA'7 Participações e Empreendimentos Imobiliário Ltda. (a)	-	124	-	-	-	1.477
Chevron Oronite Brasil LTDA.	1.333	5.177	-	-	90.912	-
Chevron Brasil Oleos Basicos LTDA.	-	-	6	-	6.336	-
Chevron (Thailand) Limited	86	6	-	13	506	-
Chevron Latin America Marketing LLC	-	-	285	-	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	58	-	-	42	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	506	-	-	104	-	-
Chevron Marine Products	1.193	-	-	345	-	-
Chevron Products Company	-	16.302	-	-	212.915	-
Chevron Belgium NV	-	2.119	-	-	15.019	-
Chevron Petroleum CO Colombia	-	-	7	30	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019	3.915	289.988	298	7.920	1.363.482	1.477

(1) Incluídas nas rubricas de "contas a receber de clientes nacionais", "fornecedores nacionais" e "fornecedores convênio", respectivamente. (a) Referem-se em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar. As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") referem-se a serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.j. ***b. Pessoal-chave da administração (Consolidado) -*** A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas. A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b. A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Remuneração de curto prazo	47.936	41.659
Remuneração em ações	4.786	9.881
Benefício pós-emprego	2.866	2.640
Total	55.588	54.180

c. Plano de ações (Consolidado) - A Ultrapar adota desde 2003 um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do CA da Ultrapar não são elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão. O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	**Saldo de ações restritas outorgadas**	**Prazo para transferência da nua-propriedade das ações**	**Valor de mercado das ações na data da outorga (em R$)**	**Custos totais das outorgas, incluindo impostos**	**Custos reconhecidos acumulados das outorgas**	**Custos não reconhecidos das outorgas**
4 de março de 2016	380.000	2021 a 2023	32,72	17.147	(14.076)	3.071
10 de dezembro de 2014	266.660	2021	25,32	28.405	(26.726)	1.679
5 de março de 2014	55.600	2021	26,08	5.999	(5.951)	48
	702.260			51.551	(46.753)	4.798

Em 2020, a amortização de R$ 2.360 (R$ 10.321em 2019) foi registrada como despesa geral e administrativa. O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.700.128
Ações transferidas aos administradores	(475.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.224.524
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(200.000)
Ações transferidas aos administradores	(322.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	702.260

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações ("Plano"), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas. Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias. O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	**Data da outorga**	**Saldo de ações restritas outorgadas**	**Prazo para transferência da nua-propriedade das ações**	**Valor de mercado das ações na data da outorga (em R$)**	**Custos totais das outorgas, incluindo impostos**	**Custos reconhecidos acumulados das outorgas**	**Custos não reconhecidos das outorgas**
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(6.848)	5.794
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	23.674	2021 a 2022	38,19	2.723	(1.852)	871
Restritas e Performance	4 de abril de 2018	121.720	2021 a 2023	34,35	8.451	(5.522)	2.929
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	3.691	(810)	2.881
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(761)	1.269
Restritas e Performance	3 de abril de 2019	469.872	2022 a 2024	23,25	20.900	(9.573)	11.327
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	9.965	(2.215)	7.750
Restritas e Performance	1 de abril de 2020	754.896	2023 a 2025	12,53	18.653	(3.584)	15.069
Restritas	16 de setembro de 2020	700.000	2026	23,03	22.236	(1.235)	21.001
		2.910.162			101.291	(32.400)	68.891

Em 2020, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R$ 12.664 em relação ao Plano (R$ 12.893 em 2019).

Saldo em 31 de dezembro de 2018	739.952
Ações outorgadas em 3 de abril de 2019	567.876
Ações outorgadas em 2 de setembro de 2019	440.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(9.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.738.660
Ações outorgadas em 1 de abril de 2020	877.788
Ações outorgadas em 16 de setembro de 2020	700.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(353.294)
Cancelamento de ações de performance	(52.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.910.162

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ***a. Imposto de renda e contribuição social diferidos -*** A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças caixa vs. competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	75.231	72.377
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	138.516	150.085
Provisão para benefícios pós-emprego	1.078	-	96.108	92.199
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	606.054	224.065
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	5.161	8.161
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.515	75.745
Provisão para retirada de tanques	-	-	15.728	14.762
Provisão para fornecedores	4.284	439	49.501	35.214
Provisão para participação nos lucros e bônus	9.445	-	56.873	44.818
Operações de arrendamento mercantil	976	-	41.932	19.003
Variação do valor justo do bônus de subscrição	22.833	16.338	22.833	16.338
Provisão sobre receita diferida	-	-	25.770	29.961
Demais provisões	95	204	14.917	15.355
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (9.d)	26.730	24.632	363.862	278.140
Total	65.441	41.613	1.588.001	1.076.223
Compensações de saldos passivos	(448)	-	(613.290)	(422.529)
Saldos líquidos apresentados no ativo	64.993	41.613	974.711	653.694
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.776	1.866
Operações de arrendamento mercantil	-	-	1.895	2.356
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	448	-	402.780	257.718
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	92.242	39.186
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	111.832	114.125
Demais provisões	-	-	15.497	14.809
Total	448	-	626.022	430.060
Compensações de saldos ativos	(448)	-	(613.290)	(422.529)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	12.732	7.531

(i) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges*). A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Saldo inicial	41.613	14.034	646.163	504.890
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	23.246	27.579	87.939	97.465
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(80)	-	210.034	40.497
Outros	214	-	17.843	3.311
Saldo final	64.993	41.613	961.979	646.163

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	**Consolidado**
Até 1 ano	13.729	203.341
De 1 a 2 anos	9.161	154.684
De 2 a 3 anos	5.406	79.646
De 3 a 5 anos	14.359	189.231
De 5 a 7 anos	15.293	634.200
De 7 a 10 anos	7.493	326.899
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	65.441	1.588.001

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido. As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. O saldo de R$ 1.588.001 foi suportado pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal ("CF") e pelo Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR"). ***b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado -*** Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(76.130)	(48.846)	1.542.681	793.698
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	25.884	16.608	(524.512)	(269.857)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(7.013)	11.023	(74.877)	(68.795)
Receitas não tributáveis (ii)	-	11	33.552	28.235
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	8.850	10.511
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (iv)	-	-	(123.300)	(146.820)
Demais ajustes	76	(63)	24.992	24.873
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	18.947	27.579	(655.295)	(421.853)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	83.928	43.244
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	18.947	27.579	(571.367)	(378.609)
Corrente	(4.299)	-	(659.306)	(476.074)
Diferido	23.246	27.579	87.939	97.465
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	24,9	56,5	37,0	47,7

(i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões; (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões; (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas; (iv) Vide nota explicativa nº 9.d. ***c. Incentivos fiscais – SUDENE -*** As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), conforme quadro abaixo:

Controlada	**Unidades**	**Incentivo - %**	**Término**
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape (1)	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (2)	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiteno S/A Indústria e Comércio (3)	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

(1) Com base na legislação em vigor o empreendimento pertence aos setores apontados como prioritários para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Aliado ao histórico bem sucedido do Tequimar no cumprimento dos requisitos para manutenção e renovação do incentivo, bem como no fato de terem sido realizados diversos investimentos na modernização do processo produtivo da unidade objeto do benefício, no terminal de Suape, protocolaremos em 2021 perante a SUDENE pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos. O pedido de renovação é usualmente feito no ano seguinte a expiração do incentivo e gera efeitos retroativos a partir de janeiro do ano em que o pedido é protocolado. (2) O pedido de renovação do incentivo da Oleoquímica será protocolado em 2022, pelos mesmos motivos descritos na nota 1 acima. (3) O pedido de transferência do direito à redução do IRPJ para a Oxiteno S.A. foi apresentado à SUDENE e aguarda manifestação. ***d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar -*** Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R$ 1.687.482 (R$ 1.268.964 em 31 de dezembro de 2019) e bases negativas de CSLL no montante de R$ 1.689.232 (R$ 1.270.714 em 31 de dezembro de 2019), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Oxiteno S/A	205.604	148.306
Extrafarma	72.318	72.318
Ipiranga	44.537	-
Ultrapar	27.736	27.051
Iconic	5.691	17.657
Abastece Aí	7.362	-
Tequimar Vila do Conde	489	-
Ultracargo	107	-
UVC Investimentos	18	-
Cia Ultragaz	-	12.808
	363.862	278.140

(continua)

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Extrafarma	294.400	237.664
Millennium	640	96
Integra Frotas	7.802	4.636
	302.842	242.396

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais, conforme demonstrado abaixo, sujeitos as regras de compensações locais.

	31/12/2020 US$ (milhares)	31/12/2019 US$ (milhares)	31/12/2020 R$ (milhares)	31/12/2019 R$ (milhares)
Oxiteno USA	217.837	184.781	1.132.035	744.797
Oxiteno Uruguai	7.943	7.444	41.279	30.005
Ultrapar International	6.261	10.420	32.535	42.000
	232.041	202.645	1.205.849	816.802

10 DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aluguéis	-	-	30.400	37.106
Propaganda e publicidade	-	-	17.752	24.857
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	2.970	-	9.900	15.965
Prêmios de seguros	971	327	58.675	61.884
Manutenção de *software*	3.105	-	24.233	23.216
Benefícios a funcionários	526	-	8.924	3.425
IPVA e IPTU	-	-	2.632	937
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 20.a)	-	-	36.068	-
Demais despesas antecipadas	-	-	14.045	13.181
	7.572	327	202.629	180.571
Circulante	3.684	72	132.122	111.355
Não circulante	3.888	255	70.507	69.216

11 ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES – DIREITOS DE EXCLUSIVIDADE (CONSOLIDADO) - Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato, sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. Em 31 de dezembro de 2020 os contratos possuíam prazo médio ponderado de amortização de cinco anos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.518.477
Adições	330.068
Amortizações	(355.250)
Transferências	(27.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.465.989
Adições	549.085
Amortizações	(289.436)
Transferências	(19.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.706.331
Circulante	478.908
Não circulante	1.227.423

12 INVESTIMENTOS - ***a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora) -*** Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

31/12/2020

	Controladas							Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Eaí Clube Automobilista S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	150	15.194.789	80.000.000	5.078.888
Ativo	1.423.217	8.142.503	20.612.986	7.239.492	4.385	14.902	85.858	462.990
Passivo	2.861	6.435.367	13.288.033	7.273.193	27	5.314	22.072	469.300
Patrimônio líquido	1.420.356	1.707.136(*)	7.324.953(*)	(33.701)	4.358	9.588	63.786	(6.310)
Receita líquida de vendas e serviços	-	4.039.475	64.352.163	-	-	10.034	17.223	1.455.668
Lucro (prejuízo) líquido	157.404	228.146(*)	617.218(*)	(6.201)	(3.598)	(1.601)	(19.014)	(65.623)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100	100	33

31/12/2019

	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.264.707	6.475.473	18.052.890	4.192.235	562.445
Passivo	2.710	4.672.264	11.032.143	4.219.735	505.851
Patrimônio líquido	1.261.997	1.803.209(*)	7.020.747(*)	(27.500)	56.594
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.514.022	73.679.913	-	2.156.432
Lucro (prejuízo) líquido	35.529	23.895(*)	365.680(*)	(41.055)	32.346
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas. Os percentuais acima estão arredondados. As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32. A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas								Empreeendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Eaí Clube Automobilista S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	-	-	-	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	35.529	23.895	365.680	-	-	-	(41.051)	384.053	10.740	394.793
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.015)	(1.011.490)	(198.000)	-	-	-	-	(1.259.505)	(4.295)	(1.263.800)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(31)	-	-	-	-	(31)	-	(31)
Instrumento patrimonial outorgado	303	687	6.671	-	-	-	-	7.661	-	7.661
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.605)	(52.854)	(19.385)	-	-	-	-	(73.844)	(7.771)	(81.615)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	36.570	-	-	-	-	-	36.570	-	36.570
Aumento de capital em dinheiro	-	-	1.450.000	-	-	-	3.964	1.453.964	-	1.453.964
Resgate de ações da controlada Oxiteno Nordeste	362	(254)	-	-	-	-	-	108	-	108
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	27.497	27.497	-	27.497
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.261.997	1.803.209	7.020.747	-	-	-	-	10.085.953	18.792	10.104.745
Equivalência patrimonial	157.404	228.146	617.218	(3.598)	(1.601)	(19.014)	(6.201)	972.354	(21.788)	950.566
Dividendos	-	(141.138)	(305.130)	-	-	-	-	(446.268)	(165)	(446.433)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(12)	-	-	-	-	(12)	-	(12)
Instrumento patrimonial outorgado	503	703	1.902	-	-	2.800	-	5.908	-	5.908
Ajustes de avaliação patrimonial (i)	487	(312.953)	(7.554)	-	-	-	-	(320.020)	1.065	(318.955)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	129.169	-	-	-	-	-	129.169	-	129.169
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	7.956	10.000	80.000	-	97.956	-	97.956
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais	(35)	-	(1.029)	-	-	-	-	(1.064)	-	(1.064)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	(1.189)	-	1.189	-	-	-	-	-
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	6.201	6.201	2.096	8.297
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.420.356	1.707.136	7.324.953	4.358	9.588	63.786	-	10.530.177	-	10.530.177

(i) Refere-se, principalmente, às perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, vide nota explicativa nº 33.h.2.

	Provisão para passivo a descoberto		
	Investimentos em controladas	Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Transferência para provisão de passivo a descoberto	27.497	-	27.497
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.497	-	27.497
Transferência para provisão de passivo a descoberto	6.201	2.096	8.297
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.698	2.096	35.794

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado) - A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense ("RPR"), que tem como atividade principal o refino de petróleo. A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. ("Ultracargo Participações") participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. ("União Vopak"), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá. A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamentos nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. ("Latitude"); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. ("Navegantes");em Cabedelo (PB),possui participação na Nordeste Logística I S.A. ("Nordeste Logística I"), na Nordeste Logística II S.A. ("Nordeste Logística II") e na Nordeste Logística III S.A. ("Nordeste Logística III") (vide nota explicativa nº 34.c). Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	-	-	-	-	101.954
Aporte de capital	-	-	35.000	23.581	1.930	4.183	4.079	79.124
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(7.771)	-	-	-	-	-	(7.771)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(1.474)	(4.295)	-	-	-	-	-	(5.769)
Equivalência patrimonial	1.370	10.740	(26.572)	-	-	-	-	(14.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.342	18.792	82.818	23.581	1.930	4.183	4.079	153.076
Aporte de capital	-	-	20.000	-	303	3.894	5.006	29.203
Redução de capital (i)	-	-	-	(363)	-	-	-	(363)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.065	-	-	-	-	-	1.065
Dividendos propostos	-	(165)	-	-	-	-	-	(165)
Equivalência patrimonial	392	(21.788)	(21.638)	(1.594)	(1.409)	(401)	626	(45.812)
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	2.096	-	-	-	-	-	2.096
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.734	-	81.180	21.624	824	7.676	9.711	139.100

(i) Refere-se a reembolsos de despesas que antecederam os leilões portuários e que foram rateadas entre os membros do consórcio.

	Provisão para passivo a descoberto RPR
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Transferência para provisão de passivo a descoberto	2.096
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.096

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

31/12/2020

	União Vopak	RPR	ConectCar	Navegantes Logística (*)	Nordeste Logística I (*)	Nordeste Logística II (*)	Nordeste Logística III (*)
Ativo circulante	8.510	291.720	161.371	24.691	972	18.531	21.513
Ativo não circulante	9.796	171.270	169.843	166.389	6.021	18.005	30.503
Passivo circulante	2.698	363.388	168.854	8	4	5	6
Passivo não circulante	140	105.912	-	126.201	4.516	13.504	22.877
Patrimônio líquido	15.468	(6.310)	162.360	64.871	2.473	23.027	29.133
Receita líquida	15.666	1.455.668	91.096	-	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(14.408)	(1.531.652)	(134.961)	(3.480)	(4.225)	(1.203)	1.878
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(474)	10.361	589	(1.301)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	784	(65.623)	(43.276)	(4.781)	(4.226)	(1.203)	1.878
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	248.768.000	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50	33	50	33	33	33	33

(*) Resultado acumulado do período a partir da constituição.

31/12/2019

	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	6.818	428.880	159.972
Ativo não circulante	9.182	133.565	161.817
Passivo circulante	1.116	418.289	155.542
Passivo não circulante	200	87.562	612
Patrimônio líquido	14.684	56.594	165.635
Receita líquida	15.400	2.156.432	80.387
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.083)	(2.130.323)	(136.764)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(577)	6.237	3.234
Lucro (prejuízo) líquido	2.740	32.346	(53.143)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	228.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados. **c. Sociedades coligadas (Consolidado) -** A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural. A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. Acontrolada Oxiteno S.A. participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente a Química da Bahia está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa. Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	(818)	-	-	-	(87)	(905)
Equivalência patrimonial	1.790	568	(36)	(90)	85	2.317
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.661	15.934	3.554	138	463	25.750
Dividendos	(2.357)	-	-	-	-	(2.357)
Equivalência patrimonial	1.846	414	(12)	(91)	38	2.195
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.150	16.348	3.542	47	501	25.588

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

31/12/2020

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	10.570	65.136	47	58	352
Ativo não circulante	12.822	77.339	10.146	414	2.196
Passivo circulante	2.189	26.116	-	28	154
Passivo não circulante	602	7.994	3.109	302	890
Patrimônio líquido	20.601	108.365	7.084	142	1.504
Receita líquida	14.295	58.677	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(6.475)	(54.163)	(24)	(212)	396
Resultado financeiro e imposto de renda	(437)	(1.770)	-	(60)	(39)
Lucro (prejuízo) líquido	7.383	2.744	(24)	(272)	357
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

31/12/2019

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	12.172	45.178	71	40	151
Ativo não circulante	14.041	84.705	10.147	703	2.440
Passivo circulante	2.944	11.041	-	25	34
Passivo não circulante	626	9.634	3.110	302	1.167
Patrimônio líquido	22.643	109.208	7.108	416	1.390
Receita líquida	12.348	43.463	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.815)	(36.791)	(84)	(213)	285
Resultado financeiro e imposto de renda	(157)	(2.483)	12	(57)	(29)
Lucro (prejuízo) líquido	7.376	4.189	(72)	(270)	256
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

13 ATIVOS DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS A PAGAR - Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos. ***a.Ativos de direito de uso • Controladora***

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Cessão de contrato (i)	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Custo:							
Imóveis	7	5.799	1.123	-	35.001	-	41.923
Veículos	3	-	2.762	(171)	-	-	2.591
		5.799	3.885	(171)	35.001	-	44.514
Amortização acumulada:							
Imóveis		-	-	-	(4.762)	(4.201)	(8.963)
Veículos		-	-	-	-	(489)	(489)
		-	-	-	(4.762)	(4.690)	(9.452)
Custo líquido		5.799	3.885	(171)	30.239	(4.690)	35.062

(i) Cessão de contrato da Cia Ultragaz para a Ultrapar em função da implantação do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC").

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Custo:				
Imóveis	7	5.799	-	5.799
		5.799	-	5.799
Amortização acumulada:				
Imóveis		-	-	-
		-	-	-
Custo líquido		5.799	-	5.799

• Consolidado

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Custo:							
Imóveis	10	2.068.254	259.244	(78.529)	5.463	-	2.254.432
Áreas portuárias (i)	20	68.007	200.527	-	-	-	268.534
Veículos	4	91.868	55.616	(7.893)	252	-	139.843
Equipamentos	6	31.822	7.833	(572)	5.853	-	44.936
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
		2.287.797	523.220	(86.994)	11.568	-	2.735.591
Amortização acumulada:							
Imóveis		(256.430)	-	46.282	(697)	(271.130)	(481.975)
Áreas portuárias		-	-	-	-	(3.962)	(3.962)
Veículos		(27.492)	-	5.509	232	(41.340)	(63.091)
Equipamentos		(7.600)	-	572	(1.996)	(10.595)	(19.619)
Outros		(15.363)	-	-	-	(1.295)	(16.658)
		(306.885)	-	52.363	(2.461)	(328.322)	(585.305)
Custo líquido		1.980.912	523.220	(34.631)	9.107	(328.322)	2.150.286

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Custo:								
Imóveis	7	1.636.330	308.622	(55.605)	98.043	80.930	-	2.068.320
Áreas portuárias (i)	-	-	68.007	-	-	-	-	68.007
Outros	4	95.097	26.235	(1.981)	27.847	4.272	-	151.470
		1.731.427	402.864	(57.586)	125.890	85.202	-	2.287.797
Amortização acumulada:								
Imóveis		-	-	6.682	-	36	(262.750)	(256.032)
Outros		-	-	442	(14.068)	81	(37.308)	(50.853)
		-	-	7.124	(14.068)	117	(300.058)	(306.885)
Custo líquido		1.731.427	402.864	(50.462)	111.822	85.319	(300.058)	1.980.912

(i) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R$ 68.007 pagos pelas controladas da Sociedade no 4º trimestre de 2019 (vide nota explicativa nº 34.c). As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	66.604	48.134
Despesas com vendas e comerciais	-	-	257.846	244.974
Despesas gerais e administrativas	4.690	-	3.872	6.950
	4.690	-	328.322	300.058

b. Arrendamentos a pagar - A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	46.066
Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	5.799	1.363.803
Apropriação de juros	200	128.996
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	-	(321.716)
Adições e remensurações	-	334.857
Baixas de contratos	-	(52.129)
Variação monetária e cambial	-	88.796
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.999	1.588.673
Apropriação de juros	2.865	144.655
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(6.256)	(360.787)
Adições e remensurações	3.885	484.121
Baixas de contratos	(171)	(35.381)
Variação monetária e cambial	-	12.007
Cessão de contrato (i)	31.612	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.934	1.833.288
Circulante	4.688	260.189
Não circulante	33.246	1.573.099

(i) Cessão de contrato da Cia Ultragaz para a Ultrapar em função da implantação do CSC. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

	31/12/2020	
	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	7.733	396.010
De 1 a 2 anos	7.733	351.894
De 2 a 3 anos	7.128	316.195
De 3 a 4 anos	6.763	284.575
De 4 a 5 anos	6.763	256.429
Mais de 5 anos	14.015	1.129.281
	50.135	2.734.384

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas). ***c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor -*** As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Extrafarma, Ipiranga, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento considerados como baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de fábrica, equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. As controladas têm a opção de comprar os ativos referentes a equipamentos de informática por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/12/2020	1.147	6.145	-	7.292
31/12/2019	3.474	6.028	-	9.502

O total de arrendamento mercantil considerado como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecido como despesa em 31 dedezembro de 2020, foi R$ 17.749 (R$ 11.400 em 31 de dezembro de 2019). ***d. Efeitos de inflação -*** Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	35.062	2.150.286
Base inflacionada	42.677	2.587.651
	21,7%	20,3%
Passivo de arrendamento	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	37.934	1.833.288
Base inflacionada	45.548	2.270.653
	20,1%	23,9%
Despesa financeira	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	2.865	144.655
Base inflacionada	4.069	194.094
	42,0%	34,2%
Despesa de amortização	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	4.690	328.322
Base inflacionada	5.658	376.946
	20,6%	14,8%

14 IMOBILIZADO - A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

• Controladora

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Saldo em 31/12/2020
Custo:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	-	142	-	2.052	2.194
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	82	82
Móveis e utensílios	10	-	104	-	398	502
Obras em andamento	-	2.532	-	-	(2.532)	-
Equipamentos de informática	5	-	13.293	-	-	13.293
		2.532	13.539	-	-	16.071
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	(178)	-	(178)
Máquinas e equipamentos		-	-	(6)	-	(6)
Móveis e utensílios		-	-	(37)	-	(37)
Equipamentos de informática		-	-	(1.522)	-	(1.522)
		-	-	(1.743)	-	(1.743)
Custo líquido		2.532	13.539	(1.743)	-	14.328

(i) Refere-se a valores transferidos do intangível.

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Saldo em 31/12/2019
Custo:					
Obras em andamento	-	-	2.532	-	2.532
		-	2.532	-	2.532
Depreciação acumulada:					
Obras em andamento		-	-	-	-
		-	-	-	-
Custo líquido		-	2.532	-	2.532

• Consolidado

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Custo:								
Terrenos	-	667.865	21.300	-	2.113	(14.427)	10.257	687.108
Edificações	32	1.925.946	25.572	-	148.527	(27.210)	81.875	2.154.710
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	1.121.528	28.374	-	89.559	(16.954)	315	1.222.822
Máquinas e equipamentos	13	5.707.721	144.089	-	378.883	(5.554)	273.223	6.498.362
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.991.472	90.279	-	133.963	(46.394)	-	3.169.320
Tanques e vasilhames para GLP	10	755.460	65.230	-	289	(44.500)	-	776.479
Veículos	8	320.161	22.495	-	8.363	(40.517)	334	310.836
Móveis e utensílios	9	295.604	13.985	-	6.775	(3.694)	4.042	316.712
Obras em andamento	-	827.086	506.367	-	(765.785)	(1.167)	14.194	580.695
Adiantamentos a fornecedores	-	12.544	28.339	-	(6.185)	(56)	-	34.642
Importações em andamento	-	250	1.437	-	(822)	-	1	866
Equipamentos de informática	5	412.809	32.134	-	539	(2.827)	2.189	444.844
		15.038.446	979.601	-	(3.781)	(203.300)	386.430	16.197.396
		Saldo em 31/12/2019	**Adições**	**Depreciações**	**Transferências (i)**	**Baixas**	**Variação cambial**	**Saldo em 31/12/2020**
Depreciação acumulada:								
Edificações		(793.835)	-	(65.318)	2.376	20.021	(14.641)	(851.397)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(614.379)	-	(80.995)	49	6.252	(88)	(689.161)
Máquinas e equipamentos		(3.231.627)	-	(317.694)	59	4.091	(53.133)	(3.598.304)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.766.878)	-	(176.404)	(6)	36.335	-	(1.906.953)
Tanques e vasilhames para GLP		(425.554)	-	(56.267)	(30)	27.200	-	(454.651)
Veículos		(139.045)	-	(24.585)	48	19.997	(269)	(143.854)
Móveis e utensílios		(171.475)	-	(21.060)	7	2.988	(2.173)	(191.713)
Equipamentos de informática		(318.063)	-	(35.080)	122	2.676	(1.911)	(352.256)
		(7.460.856)	-	(777.403)	2.625	119.560	(72.215)	(8.188.289)
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		(110)	-	-	-	-	-	(110)
Terrenos		(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(1.599)	910	-	-	639	(11)	(61)
Máquinas e equipamentos		(2.875)	-	-	-	156	(138)	(2.857)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(98)	-	-	-	25	-	(73)
		(4.828)	910	-	-	820	(149)	(3.247)
Custo líquido		7.572.762	980.511	(777.403)	(1.156)	(82.920)	314.066	8.005.860

(i) Refere-se a valores transferidos entre rúbricas e para o intangível.

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxiteno Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Custo:									
Terrenos	-	620.879	43.420	-	4.785	(2.017)	1.059	(261)	667.865
Edificações	32	1.801.073	18.117	-	105.861	(4.339)	7.023	(1.789)	1.925.946
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.015.640	19.191	-	129.234	(42.552)	15	-	1.121.528
Máquinas e equipamentos	13	5.219.256	131.831	-	365.953	(4.967)	9.596	(13.948)	5.707.721
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.864.333	103.288	-	81.038	(57.187)	-	-	2.991.472
Tanques e vasilhames para GLP	10	743.016	65.351	-	(6.993)	(45.914)	-	-	755.460
Veículos	7	308.756	24.686	-	7.564	(20.353)	(394)	(98)	320.161
Móveis e utensílios	9	279.016	15.009	-	4.399	(2.665)	198	(353)	295.604
Obras em andamento	-	922.799	591.525	-	(695.301)	(108)	8.344	(173)	827.086
Adiantamentos a fornecedores	-	14.088	7.378	-	(8.921)	-	(1)	-	12.544
Importações em andamento	-	41	9.513	-	(9.304)	-	-	-	250
Equipamentos de informática	5	395.063	21.771	-	872	(5.249)	352	-	412.809
		14.183.960	1.051.080	-	(20.813)	(185.351)	26.192	(16.622)	15.038.446
		Saldo em 31/12/2018	**Adições**	**Depreciações**	**Transferências (i)**	**Baixas**	**Variação cambial**	**Oxiteno Andina (*)**	**Saldo em 31/12/2019**
Depreciação acumulada:									
Edificações		(743.117)	-	(58.158)	187	4.681	893	1.679	(793.835)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(558.042)	-	(84.664)	2.040	26.291	(4)	-	(614.379)
Máquinas e equipamentos		(2.969.209)	-	(298.767)	2.983	3.510	16.340	13.516	(3.231.627)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.657.608)	-	(159.961)	-	50.691	-	-	(1.766.878)
Tanques e vasilhames para GLP		(401.056)	-	(57.890)	4.467	28.925	-	-	(425.554)
Veículos		(123.650)	-	(27.106)	28	11.274	311	98	(139.045)
Móveis e utensílios		(155.339)	-	(18.944)	(12)	2.280	204	336	(171.475)
Equipamentos de informática		(288.083)	-	(34.782)	50	5.061	(309)	-	(318.063)
		(6.896.104)	-	(740.272)	9.743	132.713	17.435	15.629	(7.460.856)
Provisão para perdas:									
Adiantamento a fornecedores		(83)	(27)	-	-	-	-	-	(110)
Edificações		(306)	-	-	-	-	-	306	-
Terrenos		(827)	-	-	-	-	-	681	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(1.385)	(1.528)	-	-	111	1.203	-	(1.599)
Máquinas e equipamentos		(6.117)	-	-	-	769	1.138	1.335	(2.875)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(165)	-	-	-	67	-	-	(98)
Obras em andamento		(38)	-	-	-	-	-	38	-
Móveis e utensílios		(70)	-	-	-	1	-	69	-
		(8.991)	(1.555)	-	-	948	2.341	2.429	(4.828)
Custo líquido		7.278.865	1.049.525	(740.272)	(11.070)	(51.690)	45.968	1.436	7.572.762

(continua)

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível, estoques e direito de uso. (*) Refere-se à baixa de ativos da Oxiteno Andina de 2019 (vide nota explicativa nº 3.b.3 das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2020). As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição. Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais. As despesas de depreciações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	429.984	405.966
Despesas com vendas e comerciais	-	-	297.172	285.671
Despesas gerais e administrativas	1.743	-	50.247	48.635
	1.743	-	777.403	740.272

15 INTANGÍVEL - A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

• *Controladora*

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Custo:					
Ágio (a)	-	246.163	-	-	246.163
Software (b)	5	-	9.111	-	9.111
		246.163	9.111	-	255.274
Amortização acumulada:					
Software		-	-	(1.032)	(1.032)
		-	-	(1.032)	(1.032)
Custo líquido		246.163	9.111	(1.032)	254.242

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Custo:						
Ágio (a)	-	246.163	-	-	-	246.163
		246.163	-	-	-	246.163
Custo líquido		246.163	-	-	-	246.163

• *Consolidado*

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Custo:								
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	4	1.210.529	184.027	-	993	(6.633)	6.130	1.395.046
Tecnologia (c)	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	-	7.934	-	-	-	(7.934)	-	-
Fundo de comércio	10	133.599	-	-	-	-	-	133.599
Marcas (d)	-	122.504	-	-	-	-	14.458	136.962
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	44.900	1.040	-	-	-	4.758	50.698
Créditos de descarbonização (f)		-	125.345	-	(1.058)	(124.287)	-	-
		3.191.963	310.412	-	(65)	(138.854)	25.346	3.388.802
Amortização acumulada:								
Software		(648.861)	-	(175.144)	-	3.375	(4.394)	(825.024)
Tecnologia		(32.616)	-	-	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(6.384)	-	(85)	-	6.469	-	-
Fundo de comércio		(108.932)	-	(4.394)	-	-	-	(113.326)
Direito de uso de marcas		(6.119)	-	(2.937)	-	-	-	(9.056)
Outros		(32.713)	-	(121)	-	-	(11)	(32.845)
		(835.625)	-	(182.681)	-	9.844	(4.405)	(1.012.867)
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "*impairment*":								
Ágio (a)		(593.280)	-	-	-	-	-	(593.280)
Direitos de propriedade comercial		(465)	-	-	-	465	-	-
		(593.745)	-	-	-	465	-	(593.280)
Custo líquido		1.762.593	310.412	(182.681)	(65)	(128.545)	20.941	1.782.655

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e despesa antecipada.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxiteno Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Custo:										
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	3	1.062.486	-	145.004	-	2.553	(784)	1.551	(281)	1.210.529
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	64.032	(56.114)	3.820	-	(1.401)	(2.403)	-	-	7.934
Fundo de comércio	6	142.989	-	1.505	-	(10.895)	-	-	-	133.599
Marcas (e)	-	120.571	-	-	-	-	-	1.933	-	122.504
Direito de uso de marcas (e)	35	114.792	-	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros	10	43.281	-	1.668	-	(355)	-	306	-	44.900
		3.105.856	(56.114)	151.997	-	(10.098)	(3.187)	3.790	(281)	3.191.963
Amortização acumulada:										
Software		(537.438)	-	-	(110.088)	13	(611)	(998)	261	(648.861)
Tecnologia		(32.613)	-	-	(3)	-	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(23.931)	16.186	-	(848)	(669)	2.878	-	-	(6.384)
Fundo de comércio		(106.597)	-	-	(6.511)	4.176	-	-	-	(108.932)
Direito de uso de marcas		(3.182)	-	-	(2.937)	-	-	-	-	(6.119)
Outros		(32.740)	-	-	(105)	136	-	(4)	-	(32.713)
		(736.501)	16.186	-	(120.492)	3.656	2.267	(1.002)	261	(835.625)
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "*impairment*":										
Ágio (a)		-	-	(593.280)	-	-	-	-	-	(593.280)
Direitos de propriedade comercial		-	-	(465)	-	-	-	-	-	(465)
		-	-	(593.745)	-	-	-	-	-	(593.745)
Custo líquido		2.369.355	(39.928)	(441.748)	(120.492)	(6.442)	(920)	2.788	(20)	1.762.593

(i)Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e direito de uso. (*) Refere-se à baixa de ativos da Oxiteno Andina de 2019 (vide nota explicativa nº 3.b.3 das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2020). As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	9.575	11.183
Despesas com vendas e comerciais	-	-	7.825	3.872
Despesas gerais e administrativas	1.032	-	165.281	105.437
	1.032	-	182.681	120.492

a. Ágio - O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	31/12/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Extrafarma - *impairment*	Extrafarma	(593.280)	(593.280)
Extrafarma - líquido	Extrafarma	68.273	68.273
Ipiranga (1)	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxiteno	583	583
		931.808	931.808

(1) Inclui R$ 246.163 na Ultrapar. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo: Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas. Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2020 variaram de 8,5% a 11,0% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2021 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA. Os testes de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não indicaram a necessidade de reconhecimento de perda.No exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreu o reconhecimento no montante de R$ 593.280 para a controlada Extrafarma (vide nota explicativa nº 2.u). A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda. ***b. Software -*** Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com *softwares* em andamento no montante de R$ 35.718 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 56.472 em 31 de dezembro de 2019. ***c. Tecnologia -*** As controladas Oxiteno S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia. ***d. Marcas e direito de uso de marcas -*** Marcas representam os custos de aquisição da marca "AM/PM" no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco. ***e. Outros intangíveis -*** Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma. **f. Créditos de descarbonização -** Os créditos de descarbonização ("CBIO") adquiridos são registrados pelo custo de aquisição e são aposentados no exercício para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS DE PROTEÇÃO - *a. Composição • Controladora:*

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2020 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.734.113	1.752.081	DI	105,3	2023
Nota Promissória - Ultrapar (h.1)	1.038.499	-	R$ + DI	3,1	2021
Total	2.772.612	1.752.081			
Circulante	1.048.495	28.713			
Não circulante	1.724.117	1.723.368			

• *Consolidado:*

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2020 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	7.267.687	4.213.662	US$	5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.047.644	1.057.407	US$	3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (e)	312.200	604.741	US$ + LIBOR (1)	1,4	2021
Financiamento externo (c.1) (*)	261.284	608.685	US$ + LIBOR (1)	1,0	2022
Instituições financeiras (e)	154.783	132.417	US$	2,5	2021 a 2022
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	105.579	-	US$	3,7	2021
Instituições financeiras (e)	39.350	41.164	MX$ (2)	8,4	2021
Financiamento externo (c.2)	-	243.837	US$+ LIBOR (1)	-	2020
BNDES (d)	-	208	US$	-	2020
Total moeda estrangeira	9.188.527	6.902.121			
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.037.602	2.036.647	DI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.734.113	1.752.080	DI	105,3	2023
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	1.679.036	1.868.612	DI	105,0	2021 a 2022
Nota promissória - Ultrapar (h.1)	1.038.499	-	R$ + DI	3,1	2021
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	1.000.824	941.614	IPCA	4,6	2024 a 2025
Banco do Brasil pós-fixado (f)	407.420	611.276	DI	110,9	2021 a 2022
Cédula de Crédito Bancário	50.692	-	R$ + DI	3,5	2021
Debêntures – Tequimar (g.7)	92.541	89.278	R$	6,5	2024
FINEP	29.803	41.345	TJLP (3)	1,6	2021 a 2023
BNDES (d)	-	62.578	TJLP (3)	-	2021
Banco do Nordeste do Brasil	-	10.039	R$ (4)	-	2021
FINEP	-	12.820	R$	-	2020 a 2021
BNDES (d)	-	30.392	SELIC (5)	-	2020
BNDES (d)	-	3.913	R$	-	2020 a 2022
FINAME	-	22	TJLP (3)	-	2020 a 2022
Total moeda nacional	8.070.530	7.460.616			
Total moeda estrangeira e nacional	17.259.057	14.362.737			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	117.159	29.985			
Total	17.376.216	14.392.722			
Circulante	3.255.944	1.117.441			
Não circulante	14.120.272	13.275.281			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33.h). (**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33.i). 1) LIBOR = London Interbank Offered Rate. 2) MX$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio. 3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de dezembro de 2020, a TJLP estava fixada em 4,55% a.a. 4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%. 5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.756.954	15.116.139
Captações com efeito caixa	-	2.105.737
Apropriação de juros	107.802	845.844
Pagamento de principal	-	(2.644.704)
Pagamento de juros	(112.675)	(1.469.780)
Variação monetária e cambial	-	296.441
Variação de valor justo	-	113.060
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.752.081	14.362.737
Captações com efeito caixa	994.996	3.591.624
Apropriação de juros	94.323	757.161
Pagamento de principal	-	(2.795.002)
Pagamento de juros	(68.788)	(740.853)
Variação monetária e cambial	-	2.048.688
Variação de valor justo	-	34.702
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.772.612	17.259.057

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
De 1 a 2 anos	2.702.626	1.424.775
De 2 a 3 anos	3.091.641	3.115.495
De 3 a 4 anos	784.778	3.451.988
De 4 a 5 anos	231.271	765.263
Mais de 5 anos	7.309.956	4.517.760
	14.120.272	13.275.281

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa n° 16.i. Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa n° 33.h). ***b. Notas no mercado externo -*** Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. ("Ultrapar International") emitiu US$ 750.000 (equivalente a R$ 3.897.525 em 31 de dezembro de 2020) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3). Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US$ 500.000 (equivalente a R$ 2.598.350 em 31 de dezembro de 2020) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3). Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US$ 200.000 (equivalente a R$ 1.039.340 em 31 de dezembro de 2020) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026. Em 13 de julho de 2020, a controlada Ultrapar International realizou a reabertura das notas no mercado externo emitidas em 2019, no montante de US$ 350.000 (equivalente a R$ 1.818.845 em 31 de dezembro de 2020) com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 99,994% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles: • Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP. • Restrição de gravames em ativos superior a US$ 150.000 (equivalente a R$ 779.505 em 31 de dezembro de 2020) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados. A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento. ***c. Financiamentos externos -*** **c.1.** A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US$ 235.000 (equivalente a R$ 1.221.225 em 31 de dezembro de 2020). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,1% do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 33.h.1).Desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade. Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US$ (milhares)	R$ (milhares)	Custo em % do DI
Encargos (1)	16.877	87.703	-
julho/2021	60.000	311.802	101,8
junho/2022	50.000	259.835	105,0
setembro/2023	60.000	311.802	105,0
setembro/2023	65.000	337.786	104,8
Total / custo médio	251.877	1.308.928	104,1

(1) Considera juros, custo de transação e marcação a mercado. A controlada IPP liquidou antecipadamente US$ 160.000 de tais financiamentos em 2020. A partir de 2020, a controlada IPP não possui mais contratos de financiamentos externos com *covenants* financeiros. **c.2.** A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation ("GPPTC") contratou um financiamento externo no montante de US$ 60.000, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do DI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.. O financiamento foi liquidado pela controlada GPPTC no vencimento. ***d. BNDES -*** As controladas possuíam financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro. As controladas liquidaram antecipadamente R$ 39.843 de tais empréstimos em 2020. ***e. Instituições financeiras -*** As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC ("Oxiteno USA") e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro. A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 1,4% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US$ (milhares)	R$ (milhares)
Encargos (1)	3	15
março/2021	60.000	312.185
Total	60.003	312.200

(1) Considera juros. Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. A controlada Oxiteno USA liquidou antecipadamente US$ 70.000 de tais financiamentos em 2020. A partir do terceiro trimestre de 2020, a controlada Oxiteno USA não possui mais contratos de financiamentos com covenants financeiros. ***f. Banco do Brasil -*** A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2020):

Vencimento	31/12/2020
maio/2021	204.328
maio/2022	203.092
Total	407.420

g. Debêntures - **g.1** Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.2 Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. **g.3** Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.4 Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. **g.5** Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.6 Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. **g.7** Em novembro de 2019, a controlada Tequimar efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Tequimar designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2020):

Vencimento	31/12/2020
Encargos[1]	205.533
maio/2021	166.670
julho/2021	750.000
abril/2022	660.139
julho/2022	750.000
outubro/2022	730.384
março/2023	1.725.336
dezembro/2023	660.000
abril/2024	352.361
outubro/2024	213.693
novembro/2024	90.000
dezembro/2025	240.000
Total	6.544.116

(1)Considera juros, custo de transação e marcação a mercado. ***h. Notas promissórias -*** **h.1** Em abril de 2020, a Sociedade efetuou sua segunda emissão pública de notas promissórias em série única de 40 notas comerciais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 25.000.000,00
Vencimento final:	6 de abril de 2021
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	DI + 3,10%
Pagamento da remuneração:	Em única parcela, no vencimento
Repactuação:	Não haverá repactuação

h.2 Em abril de 2020, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de notas promissórias em série única de 15 notas comerciais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 20.000.000,00
Vencimento final:	3 de abril de 2021
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	DI + 2,00%
Pagamento da remuneração:	Em única parcela, no vencimento
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP liquidou antecipadamente as notas promissórias em novembro de 2020. ***i. Custos de transação -*** Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2019	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Debêntures (g)	0,2	41.406	-	(13.058)	28.348
Notas no mercado externo (b)	0,1	28.114	13.263	(4.265)	37.112
Notas Promissórias (h)	0,5	-	6.802	(5.484)	1.318
Banco do Brasil (f)	0,1	770	-	(438)	332
Financiamentos externos (c)	-	94	-	(94)	-
Outros	-	1.382	-	(1.382)	-
Total		71.766	20.065	(24.721)	67.110

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Debêntures (g)	0,2	56.376	692	(15.662)	41.406
Notas no mercado externo (b)	0,1	13.881	18.442	(4.209)	28.114
Banco do Brasil (f)	0,2	3.437	-	(2.667)	770
Financiamentos externos (c)	-	331	-	(237)	94
Outros	0,2	2.432	-	(1.050)	1.382
Total		76.457	19.134	(23.825)	71.766

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	12.403	9.274	5.318	1.139	214	-	28.348
Notas no mercado externo (b)	4.890	4.893	4.896	4.913	4.903	12.617	37.112
Notas Promissórias (h)	1.318	-	-	-	-	-	1.318
Banco do Brasil (f)	257	75	-	-	-	-	332
Total	18.868	14.242	10.214	6.052	5.117	12.617	67.110

j. Garantias - Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R$ 75.251 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 73.536 em 31 de dezembro de 2019) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R$ 13.758.033 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 11.833.294 em 31 de dezembro de 2019). A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R$ 129.139 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 293.509 em 31 de dezembro de 2019). Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de "*vendor*"), conforme abaixo:

	IPP		Oxiteno	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	330.944	81.344	-	2.753
Vencimento de até	46 meses	60 meses	-	4 meses
Valor justo das garantias outorgadas	5.496	1.237	-	68

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2020, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica "demais contas a pagar" no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	16.870	2.173	2.306.398	1.800.348
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	5.102	96.908
Fornecedores nacionais - convênio (i)	-	-	1.021.424	262.870
Fornecedores nacionais - convênio (i) - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	61.989	193.080
Fornecedores estrangeiros	-	-	307.486	237.618
Fornecedores estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	126.033	23.604
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	-	-	212.220	85.643
	16.870	2.173	4.040.652	2.700.071

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais. Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

(continua)

18 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões sobre folha de pagamento	7.886	-	195.286	184.716
Participação nos lucros, bônus e prêmios	27.779	-	184.306	133.533
Encargos sociais	5.632	958	73.267	70.228
Outros	1.103	-	15.771	17.159
	42.400	958	468.630	405.636

19 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	180.522	149.547
PIS e COFINS	13.187	40.676
ISS	38.328	26.986
IVA das controladas no exterior	27.322	25.619
Outros	26.655	27.094
	286.014	269.922

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (CONSOLIDADO) - a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar - Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em maio de 2020, o Conselho Deliberativo da Ultraprev aprovou a utilização do fundo de reversão no montante de R$ 47.088 sendo R$ 11.020 utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras. O saldo de R$ 36.068 em 31 de dezembro de 2020 será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras num período médio entre 10 e 70 meses dependendo da patrocinadora. Em 2020, as controladas contribuíram à Ultraprev com R$20.505, incluindo a utilização do fundo de reversão de R$11.020 (em 2019 as controladas contribuíram à Ultraprev com R$ 21.357), valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2020 atingiu 7.290 participantes ativos e 361 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 23 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas. ***b. Benefícios pós-emprego -*** As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Plano de Assistência Médica e Odontológica (1)	-	-	200.318	154.142
Indenização do FGTS	2.527	-	53.952	66.309
Gratificação por tempo de serviço (2)	-	-	16.336	34.485
Seguro de vida (1)	-	-	14.118	17.931
Total	2.527	-	284.724	272.867
Circulante	-	-	27.077	28.951
Não circulante	2.527	-	257.647	243.916

(1) Somente aplicável a IPP, Tropical e Iconic . (2) Em setembro de 2020, houve alteração na política de gratificação para aposentadoria com redução do benefício. A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	272.867	249.815
Custo dos serviços correntes	(13.568)	(10.704)
Custo dos juros	18.779	21.386
Despesa do exercício	5.211	10.682
Perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	24.822	44.489
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(18.969)	(33.510)
Variações cambiais de benefícios pós-emprego de controladas no exterior	793	1.391
Saldo final	284.724	272.867

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Plano de Assistência Médica e Odontológica	11.127	10.442
Indenização do FGTS	6.689	(5.818)
Gratificação por tempo de serviço	(13.722)	4.765
Seguro de vida	1.117	1.293
Total	5.211	10.682

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2020	31/12/2019
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,22	8,79
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,07	7,64
Taxa de inflação (longo prazo)	3,25	3,80
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,38	7,95

Hipóteses demográficas - Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80; Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%; Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB - 1983 e RRB-1944; Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca. Análise de sensibilidade - As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	2.559	diminuição 1,0 p.p.	2.857
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	18.391	aumento 1,0 p.p.	23.271

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas. Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego - Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente. Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente. Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

21 PROVISÃO PARA RETIRADA DE TANQUES (CONSOLIDADO) - Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos de propriedade da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n). A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
Adições (novos tanques)	290
Gastos com tanques retirados	(5.456)
Despesa com atualização	1.741
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.242
Adições (novos tanques)	163
Gastos com tanques retirados	(4.306)
Despesa com atualização	6.336
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.435
Circulante	4.267
Não circulante	49.168

22 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO) - ***a.Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas -*** A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2020
IRPJ e CSLL (a.1.1)	541.281	-	(537)	-	7.118	547.862
PIS e COFINS	10.155	-	(10.264)	-	109	-
ICMS	96.472	15.580	-	(4.085)	601	108.568
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	85.855	-	(4.070)	(24.199)	186	57.772
Trabalhistas (a.3.1)	98.010	6.382	-	(17.083)	3.366	90.675
Outras	92.822	-	(254)	-	600	93.168
Total	924.595	21.962	(15.125)	(45.367)	11.980	898.045
Circulante	40.455					43.660
Não circulante	884.140					854.385

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados. A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributários	789.624	753.810
Trabalhistas	57.603	71.605
Cíveis e outros	102.569	96.028
Total – ativo não circulante	949.796	921.443

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias - a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R$ 523.136 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 515.825 em 31 de dezembro de 2019). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e Supremo Tribunal Federal ("STF") cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes. ***a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias - a.2.1*** A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R$57.772 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 85.855 em 31 de dezembro de 2019). A controlada IPP celebrou acordo em dois processos cíveis que estavam provisionados pelo valor esperado de perda no montante de R$ 27.995 razão pela qual, com o encerramento dos casos, a referida provisão foi baixada no período. ***a.3 Provisões trabalhistas - a.3.1*** A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R$90.675 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 98.010 em 31 de dezembro de 2019) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista. ***b.Passivos contingentes (possíveis) -*** A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R$ 3.236.982 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 2.840.086 em 31 de dezembro de 2019). ***b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários -*** A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R$ 2.419.000 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 2.028.159 em 31 de dezembro de 2019), dos quais se destacam: ***b.1.1*** A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R$ 176.390 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 173.738 em 31 de dezembro de 2019). ***b.1.2*** A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R$ 958.134 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 836.822 em 31 de dezembro de 2019). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R$ 300.707 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 319.849 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R$ 92.687 (R$ 126.772 em 31 de dezembro de 2019) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R$ 98.157 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 92.567 em 31 de dezembro de 2019); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R$ 119.894 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 117.753 em 31 de dezembro de 2019); e de diferenças de estoque no valor de R$ 269.581em 31 de dezembro de 2020 (R$ 172.736 em 31 de dezembro de 2019) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto. ***b.1.3*** A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R$ 709.338 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 699.360 em 31 de dezembro de 2019) dos quais se destaca a seguinte: ***b.1.3.1*** A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R$ 212.350 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 208.449 em 31 de dezembro de 2019), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente. ***b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias -*** A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de 561.713 totalizando 2.840 processos em 31 de dezembro de 2020 (R$ 549.664 totalizando 3.109 processos em 31 de dezembro de 2019), dos quais se destacam: ***b.2.1*** A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R$ 33.895 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 33.603 em 31 de dezembro de 2019). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. ***b.2.2*** Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação ("TCC") com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final. ***b.2.3*** A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e no Distrito Federal. O processo referente aos supostos atos anticompetitivos de Joinville, instaurado em outubro de 2015, está em fase de julgamento (até o momento foram proferidos dois votos favoráveis e um voto desfavorável) enquanto que o processo relativo ao Distrito Federal, oriundo de inquérito administrativo instaurado em maio de 2012, que foi convertido em processo administrativo em junho de 2020, está em fase de apresentação de defesa. Além destes, em abril de 2019, a IPP recebeu multa administrativa no montante de R$ 40.693, por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. No caso, houve opção pela discussão judicial da autuação e penalidade aplicada, a qual tem como última movimentação relevante a apresentação de réplica pela IPP, sendo certo que já foi proferida decisão concedendo tutela para suspensão da exigibilidade da multa. A administração não reconheceu provisão para estas contingências, suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota. ***b.2.4*** Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo ("MPE"), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal ("MPF") desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial ("TAC") no montante de R$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R$ 4.428 (R$ 11.403 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existiam pleitos extrajudiciais. ***b.3 Passivos contingentes trabalhistas -*** A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de 256.269 totalizando 1.306 processos em 31 de dezembro de 2020 (R$ 262.263 totalizando 1.649 processos em 31 de dezembro de 2019), dos quais destaca-se: ***b.3.1*** O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno S.A e EMCA, ajuizou, em 1990, ações coletivas contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho 1989/1990 (CCT 1989/1990), que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. As ações coletivas contra as controladas, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável à Oxiteno Nordeste e à EMCA. Paralelamente, em 1990, houve a propositura de dissídio coletivo de natureza jurídica, em que figuravam, na referida a ação coletiva, os Sindicatos dos Empregados e o Sindicato das Empresas SINPEQ, discutindo o mesmo objeto (validade da cláusula quarta da CCT 1989/1990). Esta ação transitou em julgado somente em outubro de 2019 e restou desfavorável ao SINPEQ, tendo o STF declarado válida a cláusula quarta. Durante o trâmite do dissídio coletivo entre os Sindicatos, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou nova ação de cumprimento em face da Oxiteno Nordeste e, em 2017, em face da EMCA, pois estas empresas não firmaram o acordo de 2010 com o Sindiquímica. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas. Em todas as ações em curso cujo objeto é a cláusula quarta, todas as medidas legais cabíveis têm sido tomadas para a defesa das empresas e ainda não há novas decisões transitadas em julgado além das julgadas favoravelmente às empresas na década de 90. ***c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron -*** No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridos antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R$ 101.663 (R$ 5.423 em 31 de dezembro de 2019) estão refletidas na consolidação destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R$ 102.777 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 188.073 em 31 de dezembro de 2019). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis. ***d. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS -*** Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Todas as controladas da Sociedade, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiteno S.A., Extrafarma, Tequimar, Tropical, Ipiranga, EMCA e Oleoquímica já há decisões definitivas transitadas em julgado, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, (vide nota explicativa nº 7.a.3). Em razão de liminares obtidas, algumas controladas já excluíram o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de suas apurações no montante de R$ 215.365 até 31 de dezembro de 2020 (R$ 141.618 até 31 de dezembro de 2019). Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração. A administração da Sociedade ressalta ser possível o STF modular os efeitos do seu julgamento, seja restringindo sua eficácia para alcançar fatos geradores a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, ou reinterpretando a importância de ICMS a ser excluída. Após o efetivo trânsito em julgado da decisão do STF, a administração da Sociedade avaliará o impacto sobre as ações de suas Controladas, o que poderá vir a resultar em redução dos créditos tributários pleiteados.

23 RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO) - As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil (a)	814	956
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	15.424	25.096
Programa de fidelidade Clube Extrafarma(b)	2.044	1.574
Total circulante	18.282	27.626

a. Taxa inicial de franquia - A am/pm é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga e, em 31 de dezembro de 2020, possuía 58 lojas com taxa inicial de franquia diferida (63 lojas em 31 de dezembro de 2019). A Jet Oil é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga e, em 31 de dezembro de 2020, possuía 45 lojas com taxa inicial de franquia diferida (46 lojas em 31 de dezembro de 2019). Para maiores informações sobre a receita diferida de taxa inicial de franquia vide nota explicativa nº 2.a. ***b. Programas de fidelidade -*** A controlada IPP participa de um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipirangaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas. A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas. A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos. Para maiores informações sobre a receita diferida de programa de fidelidade vide nota explicativa nº 2.a.

24 BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO – INDENIZAÇÃO - Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo dividend yield até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 19 de fevereiro e 12 de agosto de 2020 o CA confirmou a emissão de, respectivamente, 2.108.542 e 86.978 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos anteriores a 31 de janeiro de 2014, 574.648 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Permanecem retidas 3.641.075 ações, vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020 o número máximo de ações que poderiam ser emitidas futuramente, vinculadas ao bônus de subscrição – indenização, era de até 3.641.075 ações, totalizando R$ 86.439. Em 24 de fevereiro de 2021, o CA confirmou a emissão de 70.939 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 35.b.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ***a. Capital social -*** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.005.712 (1.112.810.192 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 23,74 (R$ 25,48 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA. Em 19 de fevereiro e em 12 de agosto de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 e 86.978 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição - indenização. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 24. Em 21 de fevereiro de 2021, o CA confirmou a emissão de 70.939 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 35.b. Em 31 de dezembro de 2020, estavam em circulação no exterior 47.413.094 ações ordinárias na forma de ADRs (46.518.315 ações em 31 de dezembro de 2019). Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. ***b. Instrumento patrimonial outorgado -*** A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c). ***c. Ações em tesouraria -*** A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 31 de dezembro de 2020 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade 24.739.626 ações ordinárias (26.780.298 em 31 de dezembro de 2019) adquiridas ao custo médio de R$ 19.77. ***d. Reserva de capital -*** A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c. Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 19 de fevereiro e 12 de agosto de 2020 houve um aumento da reserva no montante de R$ 53.072 e R$ 1.691, respectivamente, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 24). ***e. Reserva de reavaliação -*** A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas. ***f. Reservas de lucros - f.1 Reserva legal -*** Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. ***f.2 Reserva estatutária para investimentos -*** Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 54.b) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 50% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social. A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R$ 3.658.265 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 3.290.073 em 31 de dezembro de 2019). ***g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - g.1 Ajustes de avaliação patrimonial -*** (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro. (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira. (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas. A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(76.479)	478	-	-	(76.001)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	23.683	-	-	-	23.683
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(41.794)	-	(41.794)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	11.784	-	11.784
Em 31 de dezembro de 2019	(296.132)	205	(47.759)	197.369	(146.317)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(477.570)	64	-	-	(477.507)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	164.425	-	-	-	164.425
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(7.725)	-	(7.724)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	2.133	-	2.133
Em 31 de dezembro de 2020	(609.277)	269	(53.351)	197.369	(464.990)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	102.427	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	202.277	46.330
Variação cambial dos instrumentos financeiros	(110.770)	(14.788)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	37.662	5.028
Saldo final	231.596	102.427

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício - Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para a reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2019, cujo o montante em 31 de dezembro de 2019 totalizava R$ 261.470 (R$ 0,24 – vinte quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020, e foram pagos a partir de 06 de março de 2020. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2020, cujo o montante em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 479.748 (R$ 0,44 – quarenta e quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021, e serão pagos a partir de 12 de março de 2021. A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2020 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

	31/12/2020
Destinação do lucro líquido	
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	893.383
Reserva legal (5% do lucro líquido)	44.669
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	848.714
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido ajustado)	424.357
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	55.391
Reserva legal (5% do lucro líquido)	44.669
Reserva estatutária de investimentos	368.966
Total da destinação do lucro líquido	893.383
Distribuição de dividendos	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido ajustado)	424.357
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	55.391
Total da distribuição(R$ 0,44 por ação)	479.748

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.689	16.694
Provisões	685.827	710.206
Pagamentos	(261.422)	(284.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	439.094	442.133

26 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de vendas bruta	86.754.003	94.296.759
Receita de serviços prestados bruta	929.304	869.084
Impostos sobre vendas	(4.291.081)	(4.031.295)
Devoluções e abatimentos	(1.871.825)	(1.494.814)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(289.436)	(355.250)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	10.137	13.491
Receita líquida de vendas e serviços	81.241.102	89.297.975

27 DESPESAS POR NATUREZA - A Sociedade apresenta as despesas na demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	-	-	73.933.944	81.819.820
Gastos com pessoal	153.338	11.566	2.275.115	2.415.581
Fretes e armazenagens	-	-	1.424.753	1.170.870
Depreciação e amortização	2.775	-	938.841	844.647
Amortização de ativos de direito de uso	4.690	-	328.322	300.058
Propaganda e marketing	312	13	153.057	206.103
Serviços prestados por terceiros	40.030	13.040	357.195	322.589
Outras despesas	19.885	3.979	301.417	444.078
Rateio CSC/Holding	(221.030)	(28.598)	-	-
Total	**-**	**-**	**79.712.644**	**87.523.746**
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	75.628.214	83.187.109
Despesas com vendas e comerciais	-	-	2.547.850	2.610.384
Despesas gerais e administrativas	-	-	1.536.580	1.726.253
Total	-	-	79.712.644	87.523.746

28 RESULTADO NA VENDA DE BENS E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS ("***IMPAIRMENT***") **(CONSOLIDADO) -** O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado e intangível. Para o exercício o resultado foi um ganho de R$ 76.150 em 2020 (perda de R$ 30.019 em 2019), representado principalmente pela venda de ativo imobilizado. Em 2019 os testes de recuperabilidade de ativos identificaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R$ 593.280 para o ágio da Extrafarma.

29 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	31/12/2019
Parceria comercial (1)	24.367	40.816
Merchandising (2)	29.672	44.396
Programa de fidelidade (3)	145	12.943
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (4)	-	(3.733)
Créditos fiscais extraordinários (5)	292.977	144.949
Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar (6)	-	(65.539)
Provisão para obrigação de descarbonização (7)	(124.287)	-
Outros	(1.480)	5.793
Outros resultados operacionais, líquidos	221.394	179.625

(1) Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis. (2) Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais. (3) Refere-se a venda de KM de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes. (4) Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4. (5) Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS da Oxiteno S.A., Ipiranga, Oleoquímica, EMCA, Tequimar e Tropical (vide nota explicativa nº 7.a.2) e, em 2019, substancialmente aos créditos da Extrafarma, Ipiranga e Iconic. (6) Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4. (7) Refere-se a obrigação adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio (instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia) para atingimento das metas de descarbonização do setor.

30 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	42.749	73.201	135.502	302.793
Juros de clientes	-	-	134.001	138.462
Juros Selic sobre créditos extraordinários de PIS/COFINS (vide nota explicativa nº 7.a.2)	-	-	242.661	11.146
Outras receitas	273	-	15.546	4.888
	43.022	73.201	527.710	457.289
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(43.503)	-	(372.017)	(388.897)
Juros sobre debêntures	(53.960)	(111.732)	(321.654)	(482.361)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(4.238)	(200)	(147.687)	(132.994)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.853)	(2.692)	(79.882)	(62.687)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	25	158.007	134.544
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	(17.353)	(7.760)	(17.353)	(7.760)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(16.498)	(23.988)
	(120.907)	(122.359)	(797.084)	(964.143)
Resultado financeiro, líquido	(77.885)	(49.158)	(269.374)	(506.854)

31 LUCRO POR AÇÃO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) - A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Sociedade	893.383	373.526
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.087.050	1.086.642
Lucro básico por ação - R$	0,8218	0,3437
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	893.383	373.526
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.093.478	1.092.826
Lucro diluído por ação - R$	0,8170	0,3418
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.087.050	1.086.642
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	3.570	3.570
Plano de ações	2.858	2.614
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	1.093.478	1.092.826

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.195.520 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 24 e pela emissão de 70.939 ações ordinárias divulgados na nota explicativa nº 35.b.

32 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo o território brasileiro. O segmento químico (Oxiteno) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros. ***a. Informações financeiras relativas aos segmentos -*** As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

(continua)

	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	7.408.342	7.094.823
Ipiranga	66.133.035	75.452.481
Oxiteno	5.210.704	4.254.237
Ultracargo	644.177	540.758
Extrafarma	1.988.411	2.060.568
Abastece Aí	17.223	-
	81.401.892	89.402.867
Outros (1)	48.325	44.770
Vendas entre segmentos	(209.115)	(149.662)
Total	81.241.102	89.297.975
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	4.710	3.794
Ipiranga	207	535
Oxiteno	16.069	22.265
Ultracargo	139.452	78.390
	160.438	104.984
Outros (1)	48.677	44.678
Total	209.115	149.662
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	7.403.632	7.091.029
Ipiranga	66.132.828	75.451.946
Oxiteno	5.194.635	4.231.971
Ultracargo	504.725	462.368
Extrafarma	1.988.411	2.060.569
Abastece Aí	17.223	-
	81.241.454	89.297.883
Outros (1)	(352)	92
Total	81.241.102	89.297.975
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	494.213	368.975
Ipiranga	915.432	1.674.439
Oxiteno	355.852	(12.833)
Ultracargo	251.759	83.171
Extrafarma	(69.672)	(720.252)
Abastece Aí	(28.966)	-
Holding(2)	(107.451)	(96.432)
	1.811.167	1.297.068
Outros (1)	888	3.484
Total	1.812.055	1.300.552

	31/12/2020	31/12/2019
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragaz	(53)	(5)
Ipiranga	(932)	1.790
Oxiteno	402	532
Ultracargo	392	1.370
	(191)	3.687
Outros (3)	(43.426)	(15.832)
Total	(43.617)	(12.145)
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.768.438	1.288.407
Resultado financeiro, líquido	(269.374)	(506.854)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.499.064	781.553
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	309.083	249.784
Ipiranga	338.848	370.864
Oxiteno	210.144	255.016
Ultracargo	218.898	217.377
Extrafarma	39.824	89.850
Abastece Aí	15.434	-
	1.132.231	1.182.891
Outros (1)	32.437	20.186
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	1.164.668	1.203.077
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(163)	(290)
Provisão para desmobilização de máquinas e equipamentos	(375)	-
Juros capitalizados	(13.316)	(30.748)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.150.814	1.172.039
Adições de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	543.382	330.068
Ultragaz	5.703	-
Total	549.085	330.068

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado:		
Ultragaz	192.241	186.221
Ipiranga	314.511	290.747
Oxiteno	260.780	212.328
Ultracargo	65.838	59.618
Extrafarma	82.530	80.550
Abastece Aí	4.053	-
	919.953	829.464
Outros (1)	18.888	15.183
Total	938.841	844.647
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	287.800	355.055
Ultragaz	1.636	195
Total	289.436	355.250
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	41.015	31.264
Ipiranga	177.039	164.543
Oxiteno	14.283	9.676
Ultracargo	19.482	20.673
Extrafarma	71.369	73.774
Abastece Aí	40	-
	323.228	299.930
Outros (1)	5.094	128
Total	328.322	300.058

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.927.061	2.998.623
Ipiranga	18.761.207	16.278.320
Oxiteno	8.892.850	7.453.476
Ultracargo	2.197.675	1.871.799
Extrafarma	1.845.038	2.060.182
Abastece Aí	85.787	-
	34.709.618	30.662.400
Outros (1)	1.540.544	533.072
Total	36.250.162	31.195.472

(1) A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") e Imaven Imóveis Ltda. (2) Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo a Presidência, Diretoria Financeira, CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e de Riscos, Compliance e Auditoria. (3) A linha "Outros" inclui a equivalência patrimonial dos empreendimentos controlados em conjunto ConectCar e RPR. ***b. Informações relativas à área geográfica -*** Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Estados Unidos	1.152.876	909.787
México	163.042	124.809
Uruguai	90.347	74.732
	1.406.265	1.109.328

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México e no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	79.364.726	87.927.198
México	239.968	220.021
Uruguai	59.606	41.648
Outros países da América Latina	647.469	418.368
Estados Unidos e Canadá	590.926	437.669
Extremo Oriente	91.428	74.093
Europa	151.150	118.917
Outros	95.829	60.061
Total	81.241.102	89.297.975

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pela Oxiteno.

33 RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONSOLIDADO) - ***a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança -*** Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites. A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo: A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo. O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras ("Comitê"), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento. A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade. O Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR") assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política. ***b. Risco de moedas -*** A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais: ***b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira***

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	1.413.276	455.620
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	307.829	213.544
Outros ativos no exterior	1.767.626	1.445.022
	3.488.731	2.114.186
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(9.246.707)	(6.895.052)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(633.013)	(344.523)
	(9.879.720)	(7.239.575)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	4.837.554	3.636.418
Posição líquida passiva – total	(1.553.435)	(1.488.971)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	186.306	452.178
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.739.741)	(1.941.149)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira - Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido. A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R$ 1.553.435 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020:

	Risco	Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	18.631	46.577	93.153
(2) Efeito no patrimônio líquido		(173.974)	(434.935)	(869.871)
(1) + (2)	Efeito	(155.343)	(388.358)	(776.718)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(18.631)	(46.577)	(93.153)
(4) Efeito no patrimônio líquido		173.974	434.935	869.871
(3) + (4)	Efeito	155.343	388.358	776.718

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R$ 1.488.971 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

	Risco	Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	45.218	113.045	226.089
(2) Efeito no patrimônio líquido		(194.115)	(485.287)	(970.575)
(1) + (2)	Efeito	(148.897)	(372.242)	(744.486)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(45.218)	(113.045)	(226.089)
(4) Efeito no patrimônio líquido		194.115	485.287	970.575
(3) + (4)	Efeito	148.897	372.242	744.486

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 25.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h.Contabilidade de proteção abaixo). ***c. Risco de juros -*** A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16. A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. ***c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes -*** Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	2.241.852	1.780.939
Aplicações financeiras	4.b	3.749.852	2.610.686
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	-	19.323
Financiamentos e debêntures	16.a	(6.947.362)	(6.268.615)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	(2.124.146)	(3.318.289)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	33.g	(2.203.705)	(821.902)
Posição líquida passiva em DI		(5.283.509)	(5.997.858)
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	(29.803)	(103.945)
Posição líquida passiva em TJLP		(29.803)	(103.945)
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33.g	260.958	850.307
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	(573.484)	(1.457.263)
Posição líquida ativa em LIBOR		(312.526)	(606.956)
SELIC			
Empréstimos e financiamentos - SELIC	16.a	-	(30.392)
Posição líquida passiva em SELIC		-	(30.392)
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(5.625.838)	(6.739.151)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes - Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base. As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

		31/12/2020		
	Risco	Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	13.175	32.937	65.875
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(19.674)	(49.184)	(98.368)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(1.137)	(11.934)	(29.929)
Despesa incremental		(7.636)	(28.181)	(62.422)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(301)	(752)	(1.503)
Despesa incremental		(301)	(752)	(1.503)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	528	1.320	2.640
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1.410)	(3.525)	(7.050)
Redução de receita		(882)	(2.205)	(4.410)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(41)	(102)	(203)
Despesa incremental		(41)	(102)	(203)

		31/12/2019		
	Risco	Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	29.304	73.261	146.522
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	55	137	274
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(44.469)	(111.173)	(222.345)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(39.175)	(85.571)	(162.897)
Despesa incremental		(54.285)	(123.346)	(238.446)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1.213)	(3.033)	(6.065)
Despesa incremental		(1.213)	(3.033)	(6.065)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1.722	4.305	8.609
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3.551)	(8.876)	(17.753)
Despesa incremental		(1.829)	(4.571)	(9.144)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(251)	(628)	(1.257)
Despesa incremental		(251)	(628)	(1.257)

d. Risco de crédito - Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5). ***d.1 Risco de crédito de instituições financeiras -*** Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. ***d.2 Risco de crédito de governos -*** A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

	Valor justo	
Rating de crédito da contraparte	**31/12/2020**	**31/12/2019**
AAA	8.190.428	4.906.077
AA	317.894	331.512
A	163.838	418.020
BBB	-	56.488
Total	8.672.160	5.712.097

d.3 Risco de crédito de clientes - A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência. Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	31/12/2020	31/12/2019
Ipiranga	447.389	447.235
Ultragaz	113.621	94.985
Oxiteno	16.430	13.252
Extrafarma	73	3.419
Ultracargo	1.594	2.001
Total	579.107	560.892

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	1,2%	3.751.067	44.091	1,3%	3.843.803	50.198
< 30 dias	2,2%	134.836	2.939	2,1%	185.612	3.975
31 a 60 dias	8,2%	43.207	3.563	7,1%	37.801	2.688
61 a 90 dias	10,9%	42.589	4.630	20,4%	24.861	5.062
91 a 180 dias	36,8%	76.158	28.062	41,8%	91.633	38.337
> 180 dias	55,7%	890.756	495.822	53,1%	867.618	460.632
		4.938.613	579.107		5.051.328	560.892

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	31/12/2020	31/12/2019
Brasil	568.461	550.928
México	-	1.123
Uruguai	76	267
Outros países da América Latina	271	561
Estados Unidos e Canadá	1.146	889
Europa	9.120	7.075
Outros	33	49
	579.107	560.892

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b. ***d.4 Risco de preços -*** A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de commodities, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina,entre outros. Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional, utilizando-se de contratos derivativos de *heating oil* (diesel) e RBOB (gasolina) negociados em bolsa. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas. A tabela abaixo demonstra as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de commodities em aberto em 31 de dezembro de 2020:

Derivativo	Contrato			Nocional (m^3)		Nocional (USD mil)		Valor justo	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
								R$ mil	R$ mil
Termo de Mercadorias	Vendido	*Heating Oil*	janeiro 21	108.429	76.950	42.399	40.529	(563)	(2.378)
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	dezembro 20	-	64.867	-	29.243	-	1.107
								(563)	(1.271)

e. Risco de liquidez - As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "*joint ventures*", ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos. A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamento suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R$ 3.620.550 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2021 totaliza R$ 1.890.763. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade e suas controladas possuíam R$ 7.694.752 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4). A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 da Sociedade e suas controladas por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	**Total**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	20.131.159	3.620.550	6.716.208	1.695.276	8.099.125
Instrumentos de proteção (3)	472.647	133.092	88.918	106.885	143.752
Fornecedores	4.040.652	4.040.652	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.734.384	396.010	668.089	541.004	1.129.281

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 2,29% para 2021, 3,74% para 2022 e 4,84% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R$ 4,86 em 2021, R$ 4,33 em 2022, R$ 4,17 em 2023, R$ 4,20 em 2024, R$ 4,22 em 2025, R$ 4,24 em 2026, R$ 4,26 em 2027, R$ 4,28 em 2028 e R$ 4,30 em 2029; (iii) TJLP de 4,39%; (iv) IGP-M de 4,79% em 2021, 4,02% em 2022, 3,25% a partir de 2023; (v) IPCA de 3,6% em 2021, 3,3% em 2022 e 3,0% a partir de 2023 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras). (2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos. (3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2020, e na curva futura de LIBOR (ICE – Intercontinental Exchange) e contratos das commodities *heating oil* e RBOB cotados na New York Mercantile Exchange ("NYMEX") em 31 de dezembro de 2020. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação. ***f. Gestão de capital -*** A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. ***g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros -*** Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez. A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos. A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - *Hedge Accounting*

Produto	**Objeto de proteção**	**Taxas Contratadas**		**Vencimento**	**Nota explicativa**	**Valor de referência (nocional)[1]**		**Valor justo**	
		Ativo	**Passivo**			**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Swap cambial	Dívida	USD + 4,58 %	103,9% DI	novembro 23	33.h.1	USD 185.000	USD 245.000	298.889	69.298
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,0% DI	junho 22	33.h.1	USD 50.000	USD 150.000	94.782	74.970
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% DI	dezembro 25	33.h.1	R$ 806.054	R$ 806.054	203.837	144.123
Swap de Juros	Dívida	6,47%	99,9% DI	novembro 24	33.h.1	R$ 90.000	R$ 90.000	3.498	584
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	*Heating Oil* / RBOB	janeiro 21	33.h.1	USD 42.399	-	(563)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	janeiro 21	33.h.1	USD 23.124	-	(733)	-
Opções (ZCC)	Margem Operacional	Put USD 3,86	Call USD 4,33	-	33.h.2	-	USD 60.000	-	(121)
								599.710	288.854

Não Designados - *Hedge Accounting*

Produto	**Objeto de proteção**	**Taxas Contratadas**		**Vencimento**	**Valor de referência (nocional)[1]**		**Valor justo**	
		Ativo	**Passivo**		**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Swap cambial	Dívida	USD + 0,18%	55,5% DI	junho 29	USD 320.000	USD 853.000	519.260	353.451
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	março 21	USD 378.550	USD 71.600	(112.152)	(1.080)
Swap de Juros	Dívida	1,9%	100% DI	janeiro 21	R$ 1.300.000	-	(5)	-
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 2,0%	105,9% DI	-	-	USD 60.000	-	48.535
Swap cambial	Compromissos firmes	USD + 0,00%	33,5% DI	-	-	USD 17.896	-	(2.203)
Swap cambial	Margem Operacional	34,8% DI	USD + 0,00%	-	-	USD 4.680	-	612
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	*Heating oil / RBOB*	-	-	USD 56.000	-	(1.271)
							407.103	398.044

[1] Moeda conforme indicado. Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A. ***h. Contabilidade de proteção (hedge accounting) -*** A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo. ***h.1 Hedge de valor justo -*** A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos. Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor nocional – US$	235.000	395.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	574.378	79.466
Ajuste de valor justo da dívida – R$	(13.131)	(36.764)
Resultado financeiro da dívida – R$	(597.735)	(130.320)
Custo médio efetivo - % do DI	104,1	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1. Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2020	31/12/2019
Valor nocional – R$	806.054	806.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	67.446	72.957
Ajuste de valor justo da dívida – R$	(18.446)	(76.992)
Resultado financeiro da dívida – R$	(99.555)	(68.054)
Custo médio efetivo - % do DI	95,8	95,8

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.2, 16.g.4 e 16.g.6.

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2020	31/12/2019
Valor nocional – R$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	6.528	584
Ajuste de valor justo da dívida – R$	3.250	(208)
Resultado financeiro da dívida – R$	(8.968)	(377)
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	99,9

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.7. Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e commodities designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A controlada Ipiranga realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge* accouting, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	31/12/2020	31/12/2019
Valor nocional – US$	65.523	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	(87.448)	-
Ajuste de valor justo do estoque – R$	18.468	-

h.2 Hedge de fluxo de caixa - A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos "compromissos firmes" e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das "transações futuras altamente prováveis", para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US$ 468.215 (US$ 550.000 em 31 de dezembro de 2019), sendo reconhecida uma perda não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R$ 315.403 em 31 de dezembro de 2020 (perda de R$ 293.277 em 31 de dezembro de 2019), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2020 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), não foram renovados e não possuíam saldo em aberto (US$ 60.000 em 31 de dezembro de 2019) ou despesa não realizada reconhecida em "Outros resultados abrangentes" (perda de R$ 74 em 31 de dezembro de 2019). ***h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior -*** A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US$ 95.000 (US$ 95.000 em 31 de dezembro de 2019), sendo reconhecida uma perda em "Outros resultados abrangentes" de R$ 73.108 em 31 de dezembro de 2020 (perda de R$ 55.682 em 31 de dezembro de 2019), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido. ***i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção -*** As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	31/12/2020	
	Resultado	**Patrimônio líquido**
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de commodities	497.210	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(330.999)	80
c - Swaps de juros em Reais (iii)	58.131	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(919.219)	(737.471)
Total	694.877	(737.391)

	31/12/2019	
	Resultado	**Patrimônio líquido**
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de commodities	230.000	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(1.667)	(80)
c - Swaps de juros em Reais (iii)	(4.035)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(262.098)	(348.959)
Total	(37.800)	(349.039)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes); (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais; (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e (iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b). ***j. Valor justo dos instrumentos financeiros -*** Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			31/12/2020		31/12/2019	
	Categoria	**Nota explicativa**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	405.081	405.081	284.992	284.992
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.241.852	2.241.852	1.780.939	1.780.939
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.a	14.561	14.561	49.448	49.448
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.b	3.643.286	3.643.286	1.937.967	1.937.967
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	31.315	31.315	595.816	595.816
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4.b	75.251	75.251	76.904	76.904
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mensurado ao valor justo por outros resutados abrangentes	4.b	1.278.940	1.278.940	303.417	303.417
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.b	981.874	981.874	682.615	682.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.391.122	3.369.766	3.689.500	3.663.247
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	968.384	965.645	800.936	839.090
Total			13.031.666	13.007.571	10.202.534	10.214.435
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.308.928	1.308.928	1.666.092	1.666.092
Financiamentos	Mensurado pelo custo amortizado	16.a	9.406.013	10.186.947	6.008.414	7.268.742
Debêntures	Mensurado pelo custo amortizado	16.a	5.450.751	5.363.621	5.657.339	5.603.669
Debêntures	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.093.365	1.093.365	1.030.892	1.030.891
Arrendamentos a pagar	Mensurado pelo custo amortizado	13	1.833.288	1.833.288	1.588.673	1.588.673
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	117.159	117.159	29.985	29.985
Fornecedores	Custo amortizado	17	4.040.652	4.008.457	2.700.071	2.678.808
Bônus de subscrição - indenização	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	24	86.439	86.439	130.657	130.657
Total			23.336.595	23.998.204	18.812.123	19.997.517

(continua)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS - *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado. • Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado. • Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24). • Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b). O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendor (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. ***j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros -*** Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias: (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	405.081	405.081	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.241.852	-	2.241.852
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.a	14.561	14.561	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.b	3.643.286	3.643.286	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	31.315	-	31.315
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4.b	75.251	-	75.251
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	1.278.940	30.245	1.248.695
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.b	981.874	-	981.874
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.369.766	-	3.369.766
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	965.645	-	965.645
Total			13.007.571	4.093.173	8.914.398
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.308.928	-	1.308.928
Financiamentos	Mensurado pelo custo amortizado	16.a	10.186.947	8.049.976	2.136.971
Debêntures	Mensurado pelo custo amortizado	16.a	5.363.621	-	5.363.621
Debêntures	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.093.365	-	1.093.365
Arrendamento a pagar	Mensurado pelo custo amortizado	13	1.833.288	-	1.833.288
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	117.159	-	117.159
Fornecedores	Custo amortizado	17	4.008.457	-	4.008.457
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	24	86.439	-	86.439
Total			23.998.204	8.049.976	15.948.228

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	284.992	284.992	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	1.780.939	-	1.780.939
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.a	49.448	49.448	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.937.967	1.937.967	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	595.816	-	595.816
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4.b	76.904	-	76.904
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.417	18.985	284.432
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	4.b	682.615	-	682.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.663.247	-	3.663.247
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	839.090	-	839.090
Total			10.214.435	2.291.392	7.923.043
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.666.092	-	1.666.092
Financiamentos	Mensurado pelo custo amortizado	16.a	7.268.742	4.587.932	2.680.810
Debêntures	Mensurado pelo custo amortizado	16.a	5.603.669	-	5.603.669
Debêntures	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.030.891	-	1.030.891
Arrendamento a pagar	Mensurado pelo custo amortizado	13	1.588.673	-	1.588.673
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	16.a	29.985	-	29.985
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.678.808	-	2.678.808
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	24	130.657	-	130.657
Total			19.997.517	4.587.932	15.409.585

(1) Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2. ***k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos -*** A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário base as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2020. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R$ 8,23 (R$ 5,76 em 31 de dezembro de 2019) no cenário base. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário base, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/12/2020	Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	1.013.826	1.522.343	2.030.860
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(1.013.824)	(1.522.330)	(2.030.835)
(1)+(2)	Efeito líquido	2	13	25
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	59	17.877	35.694
(4) Margem bruta da Oxiteno/Ipiranga		(59)	(17.877)	35.694
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

31/12/2019	Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	700.499	1.668.202	2.635.905
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(700.465)	(1.668.031)	(2.635.596)
(1)+(2)	Efeito líquido	34	172	309
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	376	62.559	124.742
(4) Margem bruta da Oxiteno		(376)	(62.559)	(124.742)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	42.101	102.917
(6) Margem bruta da Oxiteno		-	(42.101)	(102.917)
(5)+(6)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2020 para os vencimentos de cada *Swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário base. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário base. Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2020	Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(39.412)	(230.705)	(187.597)
(2) Dívida a taxa fixa		39.412	230.705	187.597
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

31/12/2019	Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(195.123)	(137.260)	(74.027)
(2) Dívida a taxa fixa		195.123	137.260	74.027
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção a oscilações ao preço de commodities em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário base. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das demonstrações financeiras em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das commodities nos diferentes cenários:

31/12/2020	Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço Commodities	-	551.794	1.103.589
(2) Margem Bruta da Ipiranga		-	(551.794)	(1.103.589)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

31/12/2019	Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço Commodities	100.542	1.490.893	2.881.245
(2) Margem Bruta da Ipiranga		(100.542)	(1.490.893)	(2.881.245)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

34 COMPROMISSOS (CONSOLIDADO) - ***a. Contratos -*** **a.1.** A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	397.000 ton.	2031
Itaqui	1.222.377 m³	2049

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2020, essas tarifas eram de R$ 8,37 e R$ 2,67 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R$ 0,78 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato. **a.2.** A controlada Oxiteno S.A. possui contratos de fornecimento com a Braskem S.A., que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. Esses contratos estabelecem um compromisso mínimo de compra conforme tabela abaixo:

Planta	Compra mínima em toneladas por ano	Vencimento
Camaçari	205.000	2021
Mauá	44.100	2023

Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato. ***b. Cobertura de seguros -*** A Sociedade está amparada por apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)	
Oxiteno	US$ 1.142	(equivalentes a R$ 5.935 milhões em 31/12/2020)
Ipiranga	R$ 1.530	
Ultracargo	R$ 1.000	
Ultragaz	R$ 272	
Extrafarma	R$ 160	

(*) em milhões. Conforme condições das apólices. O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US$ 250 milhões (equivalentes a R$ 1.299 milhões em 31 de dezembro de 2020), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços. São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US$ 80 milhões (equivalentes a R$ 416 milhões em 31 de dezembro de 2020), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo. São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, riscos cibernéticos, entre outros. As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas. ***c. Arrendamento de áreas portuárias -*** Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos. Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

35 EVENTOS SUBSEQUENTES - ***a. Esclarecimentos sobre o incidente cibernético -*** A Sociedade sofreu em 11 de janeiro de 2021 um ataque cibernético do tipo *ransomware* em seu ambiente de tecnologia da informação. Como medida preventiva, a Sociedade interrompeu seus sistemas, afetando parcialmente, por um curto intervalo de tempo, as operações de suas controladas. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle para sanar o ocorrido e, a partir de 14 de janeiro de 2021, os sistemas operacionais da Sociedade e de suas controladas começaram a ser gradualmente restabelecidos, com cautela e segurança, conforme ordem de prioridade e relevância de cada processo afetado. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, todos os sistemas críticos de informação da Sociedade e de suas controladas encontram-se em pleno funcionamento. Durante as investigações em curso, a Sociedade identificou cópia não autorizada e divulgação de certos dados e está apurando a quantidade de informações exfiltradas e/ou divulgadas, bem como a existência de impactos sobre seus negócios e terceiros, a fim de adotar as medidas cabíveis. De acordo com a apuração feita até esta data, a Sociedade não espera efeitos relevantes nos seus resultados em decorrência deste incidente. A Sociedade possui apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos, a qual já foi devidamente acionada. ***b. Emissão de ações de bônus de subscrição -*** Extrafarma Em 24 de fevereiro de 2021, o CA confirmou a emissão de 70.939 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25) emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.115.076.651 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A. São Paulo – SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria -** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Realização dos tributos ativos diferidos -** Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria -** Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos fiscais diferidos no equivalente a R$ 1.588.001 mil, dos quais R$ 1.224.139 mil são relativos a diferenças temporárias e R$ 363.862 mil são relativos a prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas de geração de lucros tributáveis futuros incluem a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos, que envolvem elevado grau de complexidade e julgamentos que impactam a expectativa de realização dos tributos ativos diferidos nos próximos exercícios. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos a realização dos impostos diferidos registrados. • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças coorporativas, das premissas e dados utilizados pela Companhia na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros considerando as projeções de fluxos de caixa futuros. • Avaliação da precisão dos saldos registrados com o auxílio dos nossos especialistas em tributos; • Comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente. • Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes referentes aos ativos fiscais diferidos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor dos impostos diferidos ativos registrados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado -** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, datado de 24 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Geraldo Toffanello **Marcelo Amaral Moraes** **William Bezerra Cavalcanti Filho**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ - O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar é um órgão estatutário de assessoramento de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, e submetido à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e o seu Regimento Interno. Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, (4) do desempenho das funções da auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes e (5) do gerenciamento de riscos da Companhia. A composição atual do Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar conta com três membros independentes do Conselho de Administração e um membro independente externo o qual exerce a função de Coordenador do Comitê. O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A KPMG Auditores Independentes é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Comission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no Sarbanes-Oxley Act. O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração. Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições a riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre qualquer revisão de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de risco. O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, código de conduta e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders. Trimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente sempre que necessário, o Comitê de Auditoria e Riscos participa de reunião conjunta com o Conselho de Administração., relatando o andamento de seus trabalhos. Anualmente é preparado o relatório de atividades do Comitê, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. A cada mandato, o Comitê realiza uma autoavaliação de desempenho, que é apresentada ao Conselho de Administração. No período dos últimos doze meses, em virtude da pandemia que acometeu o país, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se quatorze vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes da KPMG Auditores Independentes em suas reuniões.

ATIVIDADES DO COMITÊ - COVID 19 - • Notificação sobre a instalação do Comitê de Crises. • Informações sobre a adoção de providências em relação à saúde das pessoas e à continuidade operacional da Companhia. • Análise de cenários e potenciais impactos nos negócios e nas finanças corporativas da Companhia. • Ciência sobre as ações sociais voltadas ao combate da pandemia. **Auditores Independentes -** • Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes. • Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos. • Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria. • Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes. **Demonstrações Financeiras -** • Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna. • Análise da carta de controles internos emitida pela KPMG Auditores Independentes com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados. • Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. • Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas. • Apresentação e análise das projeções financeiras utilizadas pela administração da Companhia para fins de identificação da eventual necessidade de *impairment* de ativos e recuperabilidade de impóstos. • Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes. • Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da KPMG Auditores Independentes para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras. • Relato e análise sobre os principais pontos relativos ao formulário 20F enviado à SEC. • Apresentação do relatório anual integrado, elaborado com os conceitos do GRI. **Auditoria Interna -** • Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna. • Acompanhamento dos resultados referentes aos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas. • Acompanhamento de testes de controles internos para fins de certificação SOX. **Gestão Integrada de Riscos -** • Análise das atualizações da Matriz Sistêmica de Riscos, periodicamente elaboradas pelas áreas de negócios da Companhia. • Reformulação e nova proposta da Matriz de Riscos, objetivando maior foco nos riscos mais relevantes, bem com a simplificação e visualização da matriz. • Revisão da Política Corporativa de Gestão de Riscos Financeiros e encaminhamento ao Conselho de Administração para aprovação. • Acompanhamento de incidente sobre "cyber attack" nos sistemas da Companhia e as respectivas providências adotadas pela administração. **Conformidade -** • Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia das denúncias recebidas pelo Canal Aberto Ultra. • Análise e discussão sobre os resultados de apurações de denúncias e das medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados. • Acompanhamento do Programa de Conformidade da Companhia e das atividades de treinamento de seus colaboradores e stakeholders. • Revisão da Política Corporativa de Conflito de Interesses e Transações com Partes relacionadas e encaminhamento ao Conselho de Administração para aprovação. • Análise da Política Corporativa sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. **Governança -** • Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê. • Preparação e aprovação do orçamento anual do Comitê. • Análise de alterações no Formulário de Referência e Relatório de Governança encaminhados à CVM • Apresentação de relatórios trimestrais de atividades ao Conselho de Administração. • Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos. • Realização de Autoavaliação do Comitê de Auditoria e Riscos pelos seus membros.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO - Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião: • As informações fornecidas pela administração e pela KPMG Auditores Independentes foram adequados para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores. • A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção; • O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, o porte e complexidade da Companhia; Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 à Assembléia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021
Flavio Cesar Maia Luz
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
José Maurício Pereira Coelho
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Wongtschowski
Presidente

Lucio de Castro Andrade Filho
Vice Presidente

Alexandre Gonçalves Silva
Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Flávia Buarque de Almeida
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
Jorge Marques de Toledo Camargo
José Galló
José Maurício Pereira Coelho
Nildemar Secches

DIRETORIA

Frederico Pinheiro Fleury Curado
Diretor Presidente

Rodrigo de Almeida Pizzinatto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Pereira Malta de Araújo
João Benjamin Parolin
Tabajara Bertelli Costa
Décio de Sampaio Amaral
Diretores

José Carlos Layber de Oliveira
Gerente de Informações Contábeis – Contador - CRC nº 1SP185528/O-7